



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ISRAEL FERREIRA DOS SANTOS

ANATOMIA DA *FAKE HISTORY*:

CASOS, CARACTERÍSTICAS E MOTIVAÇÕES.

**INFOGRÁFICOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Israel Ferreira dos Santos

3. Título do trabalho

ANATOMIA DA FAKE HISTORY: CASOS, CARACTERÍSTICAS E MOTIVAÇÕES. INFOGRÁFICOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Professor do Magistério Superior**, em 28/10/2025, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Israel Ferreira Dos Santos, Discente**, em 28/10/2025, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5749598** e o código CRC **BB591BAA**.

ISRAEL FERREIRA DOS SANTOS

**ANATOMIA DA *FAKE HISTORY*:
CASOS, CARACTERÍSTICAS E MOTIVAÇÕES.
INFOGRÁFICOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Dissertação apresentada Programa de Pós-graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UFG, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Professor Dr. Breno Mendes

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Israel Ferreira dos
ANATOMIA DA FAKE HISTORY: [manuscrito] : CASOS,
CARACTERÍSTICAS E MOTIVAÇÕES. INFOGRÁFICOS DIDÁTICOS
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. / Israel
Ferreira dos Santos. - 2025.
101 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. BRENO MENDES.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de
História, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Anexos.
Inclui fotografias.

1. Fake History. 2. Virtudes epistêmicas. 3. Ensino de História. 4.
Infográficos didáticos. I. MENDES, BRENO, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **059/2025** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **ISRAEL FERREIRA DOS SANTOS**, que confere o título de **MESTRE(A) em Ensino de História (ProfHistória/UFG)**, na área de concentração em **Ensino de História**.

Ao/s **vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **14h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **"ANATOMIA DA FAKE HISTORY: CASOS, CARACTERÍSTICAS E MOTIVAÇÕES. INFOGRÁFICOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA"**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Breno Mendes (PPGH/ProfHistoria-UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Walderez Simões Costa Ramalho (UDESC)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Marlon Jeison Salomon (PPGH/ProfHistoria-UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Breno Mendes**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Professor do Magistério Superior**, em 28/10/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Lima Gomes, Vice-Coordenador de Pós-Graduação**, em 28/10/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Jeison Salomon, Professor do Magistério Superior**, em 30/10/2025, às 07:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5699631** e o código CRC **F84DB81D**.

Referência: Processo nº 23070.051691/2025-48

SEI nº 5699631

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é a memória do coração.”
Antístenes (c. 445–365 a.C.)

Um empreendimento desse porte, complexidade e duração jamais pode ser visto como uma obra totalmente individual. “Nesta longa estrada da vida”, no dizer cancionista da dupla Milionário & José Rico, foram vários os aportes materiais, emocionais e espirituais que recebi de Familiares, Amigos, Professores e até de desconhecidos que me impulsionaram um passo a mais na direção da conclusão deste trabalho. Nos momentos de dúvida, desânimo, hostilidade, enfermidade, frustração, cansaço e até de esgotamento – que não foram poucos – esses apoios pontuais foram fundamentais para prosseguir lenta e gradualmente. Assim, mesmo correndo o risco (e mesmo injustiça!) de deixar alguém de fora, por puro esquecimento devido ao meu atual cansaço mental e físico (o decantado “peso dos anos” é, de fato, pesado!), vou tentar mencionar aqui as contribuições mais constantes.

Em primeiríssimo lugar, e o MAIS importante, sou eternamente grato ao DEUS Triúno, meu CRIADOR, sem o qual não haveria dissertação, nem razão, nem inteligência, nem existência possível, muito menos a minha! Na pessoa do VERBO encarnado, que habitou entre nós cheio de graça e de verdade, meu SALVADOR & SENHOR, ofereço a minha mais sincera e voluntária ADORAÇÃO racional.

A dedicatória, logo adiante, vai para minha Mãezinha, na pessoa de quem cumprimento meus irmãos deste clã matriarcal: Julimar, Jubileu, Roberto, Elias, Moacir e Shirlei Santos.

Meu núcleo familiar imediato é inestimável: minha digníssima Esposa Sandra Nunes Oliveira dos Santos e o nosso disciplinado e estudioso Filho unigênito Micaías Oliveira dos Santos. Eles são sempre meu primeiro amparo e anteparo cotidiano nas lutas, enfermidades, perseguições e conquistas. São eles que convivem com o pior e o melhor de mim diariamente, os que me aturam e me dão o pronto suporte, que administram “os primeiros socorros” e também colhem as primícias do meu trabalho. Sem eles não haveria doce, nem lar!

Ao meu Orientador, com carinho, Prof. Dr. Breno Mendes (UFG), a escolha mais acertada que fiz neste programa. Imagina o que foi para ele orientar um sujeito desorientado, indisciplinado, procrastinador, confuso e desatualizado! Essa paciência de Jó, quase monástica, me permitiu retomar as marchas após tantas contramarchas. Seu incentivo ético e discreto – mas constante – me motivou a prosseguir nos momentos mais agudos, só ele mesmo para tolerar tantos atrasos, confusões conceituais, etc. E, na sua pessoa, agradeço

também aos demais membros da qualificada banca, os Doutores Marlon Salomon (UFG) & Walderez Simões Costa Ramalho (UDESC) que não só leram na íntegra este trabalho desde seus primórdios, quando era apenas um projeto de pesquisa, como fizeram críticas pertinentes e ofereceram sugestões valiosas para o aperfeiçoamento desta modesta obra, tolerando também minhas muitas limitações. A eles também meu apreço sem preço.

Aos demais Professores do PROFHISTÓRIA da UFG, que também tiveram participação nesta conquista, cada um a seu tempo e modo: Heloísa Capel, Clarissa Adjuto, Cristiano Nicolini, Sônia Maria de Magalhães, Alexandre Martins e David Maciel. Agradeço a interlocução, compreensão e tolerância quanto aos atrasos nos trabalhos finais.

Ao Prof. Gleydson Gonzada Lucena, hoje Doutor pelo PROFGEO, quem primeiro me indicou o PROFHISTÓRIA e aos Primos Antônio & Ceny, que me hospedaram uma noite em Goiânia e me levaram cedinho à Faculdade de História, no *Campus Samambaia*, para fazer as provas seletivas desta pós-graduação.

Ao meu mano Elias Ferreira dos Santos e toda sua amável Família que me hospedaram várias noites durante o curso em Goiânia. Esse apoio foi imprescindível!

À gentil bibliotecária Aline David dos Santos, através de quem cumprimento todos os funcionários da *Biblioteca Seccional das Humanidades* e da Biblioteca Central que foram bastante pacientes aos meus pedidos constantes de renovação das obras emprestadas.

Aos prestativos Jean Hardy Varela e Margarida Amaral, através de quem cumprimento todos os demais funcionários da Secretaria da FH.

Aos colegas de turma que foram empáticos, democráticos, tolerantes e respeitosos quanto à alteridade e ao pensamento divergente, Demercino José Silva (“Meu Capitão Lamarca”) & Diogo Ferreira Lacerda, agora também Mestres em História por este programa.

Ao brilhante jovem acadêmico de Direito, Pedro Henrique Engler Urso (Mackenzie-SP), especialista em *Holodomor*, que me compartilhou fontes e perspectivas acerca desse hediondo fato histórico. Ao Dr. Isaías Lobão, seu Orientador que o indicou e a todos os demais bravos membros do *Grupo de Historiadores Protestantes do Brasil* (GHPB), com quem tenho interlocução quase diária. Sou grato também ao *Grupo de Homens de Honra* (GHH), pelo apoio constante.

Aos intercessores que me apoiaram em oração, além dos Familiares próximos, sobretudo no momento mais crítico no qual perdi boa parte dos escritos no computador: Ivone Reis dos Santos (Águas Lindas-GO), Dejanira Ribeiro Custódio de Almeida (Residencial Santos Dumont), Dilze Mara Batista Borges (Gurupi-TO), Suely Alves de Lima Batista (Psicóloga & Prof^a de História), Pr. Hélio Martins (IBRE), Pr. Ariston Pereira (2IPRSM), Pr.

Francisco Gutemberg & Ana Kevlia (IPR de Mossoró-RN), Pr. Rogério Carvalho de Souza (AD Ministério Camboatá), Pr. Luiz Spósito & Laura Luppi e Dr. Silas Sanprini de Toledo Contaifer (*Virginia Commonwealth University - USA*). Aos amigos Alessandro da Silva Viana (TI) e Pr. Gerineldo de Souza Almeida (IBAV) que aguentaram firme durante a Defesa desta Dissertação, através dos quais agradeço a todos os demais irmãos e amigos que também participaram desse processo comigo, direta ou indiretamente.

Ao Diretor do CEF 01 do Riacho Fundo II (DF), Prof. Fernando de Araújo Pinheiro, que me apoiou nas coordenações de área, para que eu tivesse mais um tempinho para a pesquisa, através de quem agradeço toda a Direção, Corpo Docente, Discente (cerca de 400 alunos!), Funcionários da Limpeza, da Cozinha, da Portaria, da Secretaria, dos Bombeiros e de toda essa comunidade escolar.

À revisora deste trabalho, Lilian Acássia, que chegou no final chegando, e que aceitou o desafio de elaborar comigo de forma descontraída e alegre os infográficos, mesmo sem experiência na área, e que me aturou nos inúmeros “detalhes tão pequenos de nós dois”, produzindo um ótimo resultado, traduzindo artisticamente a contento meus devaneios. Não posso me esquecer, neste ponto, do *designer* do 1º infográfico, João Otávio, que doou todo seu honorário a uma creche em São Sebastião-DF, auxiliada pela *Bridges International Church of Brasilia*, da qual fazemos parte.

Aos prestimosos, compreensivos e flexíveis servidores do Setor de Afastamento da SEEDF (Alzira, Deise, Marcella, Taís, etc) que sempre ajudaram a solucionar – não a complicar mais, como de praxe no serviço público – as pendengas que iam se apresentando.

À Srª Suely Alves Ramos e demais funcionários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), que também foram sempre solícitos nas questões relacionadas à generosa e oportuna bolsa de estudos concedida por essa renomada instituição.

Aos meus distantes Familiares do Tocantins, começando pelos meus irmãos gêmeos negros, Rodrigo (“Bebezão”) & Rogério (“Bebezim”), passando pelo irmão indígena Ixahanan Javaé, com eles formo o “grupo dos bastardos” e aos demais irmãos de Gurupi-TO a quem cumprimento na pessoa do nosso patriarca comum, Wilson Amaral.

E, para não deixar ninguém de fora, agradeço a todos os amigos e familiares que foram privados da minha companhia tantas vezes, por conta desse amontoado de papel, quando tive que declinar dos seus convites.

A todos meu MUITO OBRIGADO!

*Dedico esta singela obra à D. **Maria Aires de Sousa**, minha Mãezinha octogenária, que na minha mais tenra idade me apresentou as Sagradas Letras e desde então me apoia e incentiva – até hoje, incondicionalmente – nos empreendimentos acadêmicos, laborais e eclesiásticos, de todas as formas (material, espiritual, financeira, emocional, etc). Ela, que certa feita declarou que não há a palavra “desânimo” no seu vocabulário, me transmitiu essa determinação para prosseguir nos momentos mais críticos. A minha história está inextricavelmente dependente e ligada à dela (anônima, para o grande público) e , por tudo isso, não há neste planeta nenhum vulto apenas humano da História que seja mais relevante pra mim que essa linda senhorinha.*

RESUMO

O objetivo central desta dissertação é analisar a *Fake History* (FH) em suas múltiplas manifestações, características, motivações e impactos no conhecimento histórico. A pesquisa organizou o conceito por meio de um modelo tipológico representado no “Diagrama dos 4 Círculos”: (I) Fato histórico; (II) Discurso sobre o passado com aparência de verdadeiro; (III) Motivação pelo interesse na obtenção de algum benefício; e (IV) Adulteração intencional de evidências históricas. Em seguida, foram examinados casos ilustrativos de FH, como as narrativas sobre o nariz da Esfinge de Gizé, o negacionismo do Holocausto e o silenciamento ou a minimização do Holodomor. Como produto educacional, foram elaborados infográficos didáticos destinados a desenvolver a consciência histórica crítica e virtudes epistêmicas no alunado. Espera-se que os infográficos produzidos constituam recursos eficazes e práticos para combater a FH, promover o pensamento crítico e fortalecer o ensino de História na Educação Básica.

Palavras-chave: *Fake History*; Virtudes epistêmicas; Ensino de História; Infográficos didáticos.

ABSTRACT

The central objective of this dissertation is to analyze *Fake History* (FH) in its multiple manifestations, characteristics, motivations, and impacts on historical knowledge. The research organized the concept through a typological model represented in the “Four Circles Diagram”: (I) Historical fact; (II) Discourse about the past with the appearance of being true; (III) Motivation by the pursuit of some benefit; and (IV) Intentional adulteration of historical evidence. Subsequently, illustrative cases of FH were examined, such as the narratives about the nose of the Sphinx of Giza, Holocaust denial, and the silencing/minimization of the Holodomor. As a product, didactic infographics were developed to foster critical historical consciousness and epistemic virtues among students. It is expected that the infographics produced will serve as effective and practical resources to combat FH, promote critical thinking, and strengthen the teaching of History in Basic Education.

Keywords: *Fake History*; epistemic virtues; history teaching; didactic infographics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – DAS DEFINIÇÕES	11
<u>DIAGRAMA DOS 4 CÍRCULOS:</u>	
CÍRCULO I - FATO HISTÓRICO	14
CÍRCULO II - DISCURSO SOBRE O PASSADO COM APARÊNCIA E PRETENSÃO DE SER VERDADEIRO	18
CÍRCULO III - MOTIVAÇÃO PELO INTERESSE NA OBTENÇÃO DE ALGUM BENEFÍCIO	20
CÍRCULO IV- ADULTERAÇÃO INTENCIONAL DE EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS	22
CAPÍTULO 2 – DA ANÁLISE DE CASOS ILUSTRATIVOS DE <i>FAKE HISTORY</i> À LUZ DO DIAGRAMA DOS 4 CÍRCULOS	34
CAPÍTULO 3 - OS INFOGRÁFICOS NO ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	57
PRODUTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	575
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

Nos tempos de secundarista, no *Colégio Elefante Branco*¹, surgiu um pequeno debate entre meus pares pois uma colega saiu com a ideia de que o personagem histórico **Jesus Cristo** teria morado a maior parte de sua vida no extremo oriente. Eu, que aparentemente ainda não tinha inclinação para os estudos históricos naquela quadra, considerada então uma disciplina “fácil”, indaguei imediatamente acerca das evidências daquela afirmação. No dia seguinte, essa minha colega de turma me emprestou um livro², *Jesus viveu na Índia*, de Holger Kersten³. Ao lê-lo com avidez, logo percebi que o autor se confundia em referências/informações elementares e que, portanto, não mereceria crédito. Anos mais tarde, já como Professor de História, outra discussão surgiu na minha sala de aula entre os alunos, acerca do mesmo personagem histórico, quando um deles lia *O Código da Vinci*, de Dan Brown⁴, como História. Ao ser envolvido no debate, lembrei ao aluno que o próprio autor, na introdução, deixou claro que aquela obra se tratava de um relato ficcional e que assim deveria ser lido (pois baseada em *Fake Gospels*⁵, como podem ser caracterizados os livros apócrifos⁶). Ele, com ar prepotente, não aceitou a recomendação, mesmo tendo-lhe apresentado resumidamente os argumentos contidos em uma obra que lera recentemente, *Cracking Da Vinci's Code*, de James L. Garlow e Peter Jones⁷. Mais tarde, como Historiador, me deparei com a “Teoria do Cristo Mítico”, uma pseudo-história que nega qualquer historicidade a tal personagem⁸. Outro exemplo ousado aplicado ao sujeito histórico em questão foi dado pelo historiador e ativista ateu estadunidense, David Fitzgerald, cujo livro, *Nailed: Dez Mitos*

¹ Hoje, CEMEB (Centro de Ensino Médio Elefante Branco), em Brasília-DF.

² O ano letivo acabou há décadas e acabei não devolvendo o livro a minha colega *Aline*, com quem perdi o contato, mas teria todo o interesse (e vergonha) de fazê-lo se a reencontrasse.

³ Editora Record.

⁴ Editora Arqueiro.

⁵ Evangelhos Falsos.

⁶ Refere-se à literatura não-canônica. O vocábulo "apócrifo" vem do grego *ἀπόκρυφα* e significa "coisas escondidas". O termo é geralmente aplicado para designar livros que não foram considerados pelo Cristianismo Ortodoxo como divinamente inspirados.

⁷ Editora Victor. Na época não havia tradução, mas hoje já temos, sob o título *Desmascarando o Código da Vinci* (Ed. A.D. Santos).

⁸ Inicialmente minha pesquisa tinha a intenção de tratar justamente do debate em torno do chamado “Jesus Histórico”, mas ao longo do curso, esse tema foi mudado, por razões diversas, que não cabem serem explicitadas aqui.

Cristãos Que Mostram Que Jesus Sequer Existiu”⁹, tentou pôr em xeque sobejas evidências e o consenso historiográfico acadêmico praticamente mundial sobre o personagem¹⁰.

Esse foi, portanto, meu primeiro contato, por assim dizer, com uma mentira histórica que, volta e meia, me “persegueia” e reaparecia sob novas roupagens, como é aquela do **negacionismo**, entendido aqui provisoriamente não apenas como a definição literal pode sugerir, isto é, como uma negação de um personagem e/ou fato histórico em si, mas também como formas de “suavização” da sua abrangência, impacto e até dos seus efeitos.

Com o advento da *internet* e das redes sociais, esse tipo de confusão entre a ficção e a história, entre a imaginação e a realidade, entre a afirmação e a negação, etc se multiplicou sobremaneira em sala de aula, abarcando um temário variado, envolvendo reportagens, filmes, livros, seriados e assemelhados, sob diversas manifestações, no geral classificadas como *Fake News*. Nesse contexto, ficou muito mais nebuloso distinguir entre o **verdadeiro** e o **falso** nesse dilúvio hodierno, na constatação do Dr. Mairon Escorsi Valério, ao discorrer sobre a ***Fake History e o Ensino de História:***

(...) a partir do momento que você tem uma certa profusão, um dilúvio de pontos de vistas diferentes circulando sobre determinados elementos, determinados fatos e, no caso da História, sobre determinados fatos do passado, determinados discursos sobre o passado ou representações sobre o passado, **fica muito difícil pro cidadão comum conseguir diferenciar aquilo que é, que tem uma certa aferição correta ou não**, ou tá fora de qualquer tipo de aferição que seja aceitável pela comunidade, que é a comunidade acadêmica.¹¹

Nas últimas décadas, o debate em torno da produção e circulação de narrativas falsas ganhou relevância tanto na esfera pública quanto no campo acadêmico. Se as *Fake News* se consolidaram como um problema contemporâneo amplamente discutido, sobretudo em função de sua difusão nas redes digitais, a *Fake History* (FH) configura-se como um fenômeno específico, cujas consequências ultrapassam a esfera informativa imediata e incidem diretamente sobre a construção da consciência histórica e da identidade coletiva. O termo,

⁹ FOLHA DE S.PAULO. *Contra o consenso atual, historiador defende que Jesus foi apenas um mito*. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/04/1875702-contra-o-consenso-atual-historiador-defende-que-jesus-foi-apenas-um-mito.shtml>>. Acesso em: 12/04/2023.

¹⁰ Há também fontes extra bíblicas que comprovam essa existência, vide a propósito: <<https://www.bartehrman.com/historicity-of-jesus/>>. Acesso em: 07/02/2024.

A confusão frequente feita, nessa toada, com a mitologia oriental deve ser, de pronto, esclarecida e descartada em: <<https://www.gotquestions.org/Portugues/Jesus-mito.html>>. Acessado em 07/02/2024.

¹¹ O trecho, extraído com adaptações [grifos nossos], faz parte de uma longa palestra que pode ser conferida na íntegra nesta referência:

YOUTUBE (Brasil). Fundação Pró-Memória de São Carlos. *[PALESTRAS FPMSC] Fake History e o ensino de História – com Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério*. São Carlos, 2023. 1 vídeo (2h11min). Publicado em: 31/01/2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XIMOUKcdd18>>. Acesso em 01/02/2024.

desenvolvido e difundido por Jason Steinhauer, aponta para a apropriação distorcida do passado em narrativas que se apresentam com aparência de verdade, mas que, em essência, resultam de manipulações intencionais de evidências históricas, motivadas por interesses diversos.

Embora a instrumentalização do passado não seja inédita na história da humanidade, a velocidade, o alcance e a intensidade com que essas distorções circulam no ambiente digital contemporâneo representam um desafio singular para o fazer historiográfico e para o ensino de História. Nesse contexto, torna-se necessário construir instrumentos conceituais e pedagógicos capazes de identificar, analisar e enfrentar a *Fake History*.

O objetivo central desta dissertação é analisar a *Fake History* em suas múltiplas manifestações, características e motivações, bem como refletir sobre seus impactos na produção do conhecimento histórico e no ensino de História. Como produto educacional vinculado ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), foram desenvolvidos infográficos didáticos com vistas a fomentar a consciência histórica crítica e o desenvolvimento de virtudes epistêmicas no âmbito da Educação Básica. Parte-se do pressuposto de que tais recursos visuais, ao aliar referencial conceitual e linguagem acessível, podem constituir instrumentos pedagógicos eficazes para promover o pensamento crítico, auxiliar na identificação de distorções históricas e fortalecer o papel social da disciplina de História.

A dissertação organiza-se em três capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta a fundamentação conceitual da *Fake History*, discutindo definições, delimitações e o modelo tipológico representado pelo “Diagrama dos 4 Círculos”. O Capítulo 2 dedica-se à análise de casos ilustrativos de *Fake History*, cotejados à luz do modelo proposto, de modo a evidenciar sua aplicabilidade e pertinência. O Capítulo 3, por sua vez, concentra-se no ensino de História na Educação Básica e na elaboração do produto educacional — os infográficos didáticos — concebidos para auxiliar professores e estudantes na identificação crítica de distorções do passado.

CAPÍTULO 1 – DAS DEFINIÇÕES

“Mas o historiador, esse, não é um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade.”
Paul Veyne¹²

Na última década a noção de *Fake News* se disseminou em tão larga escala mundial que até mesmo as camadas menos ilustradas das populações a utilizam cotidianamente. Parte desse *boom* deve-se a notórios presidentes eleitos nesse período, como os dos EUA¹³ e Brasil¹⁴, que as popularizaram ainda mais; parte deve-se à profusão global das velozes e furiosas redes sociais.

A noção de *Fake History* (FH), entretanto, ainda está mais circunscrita aos círculos acadêmicos, “bolha” que pretendemos romper ao ampliá-la e disseminá-la, através deste trabalho e consequente produto final, através da nossa prática pedagógica diária no chão da sala de aula nas escolas de Educação Básica nas quais lecionamos. O conceito original, promovido pelo Prof. Dr. Jason Steinhauer¹⁵, lida com as contingências próprias do nosso tempo presente¹⁶:

Para além da desinformação e manipulação política inerentes às *fake news*, Steinhauer identifica um processo de mistificação do passado e de perda de espaço do discurso histórico acadêmico no debate público como consequência do atual estágio de desenvolvimento tecnológico e da nova lógica comunicacional e discursiva. À emergência deste novo cenário informacional que associa passado e História sem um debate crítico e que utiliza a legitimidade da palavra história para autorizar discursos falseados sobre o passado e, desse modo, influir na construção de identidades, o autor dá o nome de *Fake History* (...).¹⁷

Conquanto a história seja pródiga em exemplos de manipulação do discurso sobre o passado – em todas as épocas – e a academia nunca de fato exerceu o monopólio do discurso histórico no seio das sociedades, trata-se de uma reação ao fenômeno hodierno de

¹² VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, EdUnB, 1982, p.15.

¹³ TRUMP, Donald. Mandato presidencial: 2017-2021.

¹⁴ BOLSONARO, Jair. Mandato presidencial: 2019-2022.

¹⁵ Jason Steinhauer é um “*historiador público*” que trabalha na intersecção entre a História, Tecnologia, Rede Social e Política.

STEINHAUER, Jason. *Site oficial*. Disponível em: <<https://www.jasonsteinhauer.com>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

¹⁶ STEINHAUER, Jason. “*Fake News? Fake History?*” Foreign Policy Research Institute (FPRI), 2017. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2017/06/fake-news-fake-history/>>. Acesso em: 12/04/2023.

¹⁷ SOUZA, R. F. de; DUARTE, R. Aldeia. *Sobre fake news e fake history*. Mídia e Cotidiano, v. 15, n. 3, p. 324, 2021.

pulverização estonteante da informação que nos conduziu a uma grave crise de proporções inéditas:

As consequências das *fake news* são muito reais. Informações imprecisas ou propositadamente enganosas nos meios de comunicação têm o poder de influenciar nossa política, nossos governos e as políticas que criamos para o futuro. No longo prazo, contudo, é a informação sobre o passado que tem o poder para moldar nossas identidades, nossas nações, nossas instituições e nossas opiniões sobre outros. Todo zelo para combater as *'fake news'* tem que ser complementado com um igual – senão maior – zelo para enfrentar a *'fake History'*. *'Fake History'* é um fenômeno de longo prazo que tem emergido ante nossos olhos. E de modo distinto de como as 'notícias reais' contrapõem-se às *'fake news'* todo dia na esfera pública, a 'História real' que se contrapõem à *'fake History'* desapareceu gradualmente da vista do público.¹⁸

Embora falsificações de fatos e de personagens históricos não seja um fenômeno novo, a velocidade absurda de propagação atual desses relatos não encontra precedentes na História humana, chegando a ameaçar o fazer historiográfico e a consciência histórica coletiva seriamente, o que requer – é o que pleiteamos muitos de nós historiadores – uma tomada de iniciativa condizente:

Já vimos o que ocorre quando há uma carência generalizada de competência em História numa população. Não é somente que membros do governo e candidatos a cargos políticos falem descuidada e perigosamente sobre o passado, ou que agentes do Estado utilizem falsidades para deliberadamente semear instabilidade numa região. É também o fato de cidadãos terem falta de habilidade, motivação e autoconfiança intelectual para desembaraçar mito de fato, ideologia de pesquisa honesta. É isso que deve nos compelir a agir. Da mesma forma que as *fake news* nunca deixarão de existir, a *Fake History* também não vai desaparecer. Autoritários e demagogos continuarão a usar o passado como meio de incitar e dividir a sociedade. Precisamos de História real que confronte essa situação, comunicada ampla, popular e efetivamente – e a sabedoria para poder diferenciar entre os dois.¹⁹

Como se vê, o conceito é amplo e pode ser usado, por exemplo, de forma intercambiável ao de **Pseudo-História**²⁰, como o faz a historiadora letã Mila Oiva²¹, ao dissertar sobre o tema *Uncovering the Formation of Fake History Narratives*.²² Contudo, há que se elaborar uma tipologia operacional das denominações correlatas, a fim de traduzir essa celeuma conceitual de maneira minimamente funcional para o ensino de História na Educação Básica.

¹⁸ *Ibidem*, p.329.

¹⁹ *Ibidem*, p.336.

²⁰ O conceito corresponde a uma espécie de pseudociência que se apresenta como histórica, mas que não segue as convenções historiográficas do método histórico. Saiba mais em: *Pseudohistory. The Skeptic's Dictionary*. Disponível em: <<https://skepdic.com/pseudohs.html>>. Acesso em: 02/07/2024.

²¹ OIVA, Mila. *Publications*. Disponível em: <<https://miloiva.fi/publications/>>. Acesso em: 02/07/2024.

²² Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IVzPAYtaKmk&t=1518s>>. Acesso em 07/06/2024.

Justifica-se, para nosso propósito, a manutenção da expressão anglicista por três razões básicas: a) O uso do Inglês, nosso “Latim Moderno”, na comunicação global, tem pelo menos dois séculos de prevalência basicamente pela subsequência de dois impérios anglófonos²³; b) O vocábulo *fake* se incorporou definitivamente ao repertório linguístico da sociedade brasileira de forma ampla, em particular ao dos nativos digitais (que já se constitui na maior faixa etária do alunado da Educação Básica), graças à profusão mundial²⁴ da expressão *fake news*, já aludida; e c) O acoplamento do substantivo *history* pega carona nessa popularidade, mantendo o apelo idiomático e, sobretudo, remetendo a sua legitimidade historicamente construída: “(...) a terminologia de História carrega conotações de autoridade, credibilidade e reverência.”²⁵

Nesse intuito, e após ser exposto a mais de uma centena de casos²⁶ (Boa parte deles levantados pela historiadora holandesa Jo Hedwig Teeuwisse), pareceu-nos adequado estabelecer alguns elementos comuns/básicos que pudessem abalizar operacionalmente a noção²⁷ de *Fake History* através da confluência destes 4 círculos²⁸:

²³ Império britânico e império estadunidense, respectivamente.

²⁴ Mesmo os franceses, tradicionalmente zelosos do seu vernáculo, já incorporaram o anglicismo em questão, como se observa em canais de TV francófonos.

²⁵ SOUZA, R. F. de; DUARTE, R. A. *Sobre fake news e fake history. Mídia e Cotidiano*, v. 15, n. 3, p. 333, 2021.

²⁶ TEEUWISSE, Jo Hedwig. *Fake history: 101 things that never happened*. London: Penguin Books, 2023.

²⁷ “(...) o conceito é não raro uma imagem, que o historiador – ou o cientista – permite a si mesmo depreciar um uso mais livre de imagens neste ou naquele praticante de seu ofício menos preso a condicionamentos estilísticos sancionados pela academia”.

BARROS, José D’Assunção. *O discurso da história: o historiador e os seus modos de escrita. Lusíada. História*, n. 5–6, p. 130, 2009.

²⁸ Diagrama de autoria própria, elaborado em 2025.



Assim, cabe discorrer *en passant* sobre cada um desses elementos separadamente para, depois, identificar as conexões possíveis:

- **CÍRCULO I - Fato Histórico**

“Os fatos são coisas teimosas; e quaisquer que sejam nossos desejos, nossas inclinações ou os ditames de nossas paixões, eles não podem alterar o estado de fatos e evidências.”

John Adams

Muito do caráter entediante atribuído à disciplina de História pelo alunato em geral deve-se à opinião bastante difundida de que “a História consiste num amontoado de nomes, eventos e datas infundáveis que a gente tem que memorizar pra passar de ano”. Outra noção ainda mais corriqueira no senso comum é que “tudo o que aconteceu e/ou seja antigo, velho, é *histórico*”. Parafraseando Paul Veyne, nesse ponto, “Se tudo é histórico, logo a História (como ciência) não pode existir!”

Com efeito, podemos dizer popularmente que, assim como “Nem tudo que reluz é ouro”, principalmente sob o escrutínio de um ourives, analogamente se pode dizer que, para um historiador, “Nem tudo que é passado é histórico”. Há sempre uma *triagem* em curso no

processo historiográfico de tornar essa montanha de eventos minimamente inteligível, e para onde concorrem elementos subjetivos e/ou *valorativos* (Como nesta na acepção Weberiana):

(...) os acontecimentos que julgamos dignos de história distinguem-se dos outros pelo valor que lhes atribuímos: nós afirmamos que uma guerra entre nações europeias é história, mas uma ‘rixa entre tribos cafres’ ou Peles-Vermelhas não o seria. Não nos interessaríamos por tudo o que é passado, mas daríamos, tradicionalmente, atenção apenas a certos povos, a certas categorias de acontecimentos ou a certos problemas (independentemente dos julgamentos de valor, favoráveis ou desfavoráveis, que tivermos sobre esses povos ou acontecimentos); nossa escolha constitui a história em suas fronteiras.²⁹

Essa *seleção não-natural* é inelutável diante da impossibilidade da criatura humana, por mais pretensiosa que seja, de apreender a totalidade do ser e da realidade, seja ela histórica, social, física ou metafísica:

Em resumo, parece que na história só existe um único geometral autêntico: é a História, a história no seu todo, a totalidade de tudo que se passa. Mas esse geometral não é para nós; somente Deus, se é que ele existe, vê uma pirâmide sob todos os seus ângulos ao mesmo tempo, pode contemplar a História ‘como uma mesma cidade vista de diferentes lados’...³⁰

Assim, é dos fragmentos da realidade existentes³¹, mediatizado pelos documentos (sentido lato)³², que o historiador elabora seu arrazoado inteligível a partir do seu elemento fundamental: o fato histórico. Ora, por ser um elemento fundamental, não deve ser entendido como simplório, há formulações complexas do conceito por parte da historiografia em suas diversas linhas, escolas etc. Não é o objetivo de este trabalho fazer um inventário dessas e de outras formulações – tomar-se-ão de empréstimo conceitos de vários pensadores –, mas traçar características comuns que irão nos auxiliar na redação de um modelo factível ao ensino de História na Educação Básica, que não é muito dado a elucubrações teóricas, embora não prescindam totalmente delas³³. Portanto, partindo do elementar:

²⁹ VEYNE, *op. cit.*, p.15.

³⁰ *Ibidem*, p.31.

³¹ “Podemos acrescentar que, se um mesmo ‘acontecimento’ pode ser disperso por várias tramas, inversamente, dados pertencentes a categorias heterogêneas – o social, o político, o religioso... – podem compor um mesmo acontecimento. É um caso até frequente: a maioria dos acontecimentos são ‘fatos sociais totais’, no sentido de Marcel Mauss; na realidade, a teoria do fato social total quer dizer, simplesmente, que nossas categorias tradicionais mutilam a realidade”.

VEYNE, *op. cit.*, p. 29.

³² “Por essência, a história é conhecimento mediante documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo ‘como se você estivesse lá’(...)”

Ibidem, p. 12.

³³ Michel de Certeau, por exemplo, considerava a reflexão epistemológica essencial: “(...) em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’”.

A história é comumente distinguida da ficção³⁴ porque se baseia em fatos. Acima de tudo, é esta base factual que geralmente se acredita que distingue a história da fábula, da lenda e do mito (Levy-Bruhl...). O historiador E. H. Carr (...) caracteriza a história como “um processo contínuo de interação entre o historiador e os seus fatos”. “O historiador sem os seus fatos é desenraizado e fútil”, afirma Carr; “os fatos sem seu historiador estão mortos e sem sentido.”³⁵

É preciso reconhecer, desde logo, que a noção de fato não é uniforme para todos os historiadores, nem tampouco estática, pois a compreensão do mesmo evento³⁶ pode ser modificada dinamicamente (e geralmente o é) ao longo do tempo:

D. H. Fischer (...), por exemplo, sustenta que embora os acontecimentos passados “acontecessem da forma como aconteceram, e não de outra forma, fatos, ou declarações verdadeiras sobre eventos passados, podem e irão mudar, à medida que outros eventos ocorrerem.” Fischer amplia isto ao sugerir que “o significado dos acontecimentos é sempre, em parte, dependente de acontecimentos posteriores; e, portanto, a importância dos acontecimentos passados depende parcialmente de acontecimentos futuros”.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 46.

³⁴ Essa distinção não é rígida, estanque, mas tênue. Não é nosso foco aqui essa discussão, mas as fronteiras entre história e ficção foram praticamente eliminadas no chamado **giro linguístico**, iniciado na segunda metade da década de 1960. Um dos historiadores expoentes dessa perspectiva — que dava ao fato, sobretudo, uma existência linguística, narrativa e metahistórica — foi Hayden White, que propunha uma espécie de “metaficção historiográfica”. Quando potencializado ao máximo, esse discurso sobre o discurso foi visto como inconsequente e como terreno fértil para a proliferação de todo tipo de *Fake History*. Mas, no meio desse caminho havia um *Shoah* a ser considerado, o que forçou uma reconsideração mais realista desse e de outros teóricos:

“(...) De fato, existe uma vasta e cuidadosamente empírica literatura sobre o extermínio nazista dos judeus. Claramente, considerá-lo ficcional, ou irreal, ou não mais próximo da realidade histórica do que, por exemplo, o trabalho dos revisionistas que negam que Auschwitz tenha realmente acontecido é simplesmente errado. **Essa é uma questão em que a evidência realmente conta e pode ser usada para estabelecer os fatos essenciais. Auschwitz não foi um discurso. É uma banalização do assassinato em massa vê-lo como um texto. As câmaras de gás não foram uma peça de retórica.** (...)”

Hayden White, em particular, **recuou de sua posição anterior** para se defender da acusação de que seu hiper-relativismo dava respaldo ao empreendimento ‘revisionista’ de negação do Holocausto. Ele admitiu que os fatos do Holocausto fecharam a possibilidade de usar certos tipos de enredo (*emplotment*) para descrevê-lo. Mas, ao fazer essa concessão, reconheceu implicitamente à primazia da realidade passada em moldar a forma como os historiadores escrevem sobre ela, abandonando, assim, seu princípio teórico central. O passado, afinal, não se mostrou completamente à mercê da narratividade e do enredo (*emplotment*) históricos.”

EVANS, Richard J. *In Defense of History*. New York: Norton, 2000, p. 95. [Tradução e grifos nossos].

³⁵ RITTER, Harry. *Dictionary of concepts in history*. Connecticut, Greenwood Press, 1986, p.153. [Tradução nossa].

³⁶ “A noção de *evento* é, muitas vezes, vista na literatura como sinônimo daquela de *acontecimento*, mas também podem aparecer de forma diferenciada. Enquanto aquela pode ser entendida como o que aconteceu de forma objetiva e cronológica, algo que poderia ser descrito sem interpretação, um dado, algo que marca um momento, mas sem necessariamente ser relevante para o entendimento mais amplo da história; essa pode ser entendida como o evento que se transforma em algo significativo; ele passa a ser interpretado e adquire relevância histórica. O acontecimento é o evento que passa a fazer parte da narrativa histórica e que é resgatado como um marco de importância. Outra distinção correlata é feita, por exemplo, por Hayden White: (...) “fatos” – diferente de eventos – são entidades linguísticas e por isto eu digo que, como formula o filósofo Arthur Danto, fatos são eventos sob uma descrição. (...) A relação entre fatos e eventos está sempre aberta a negociação e a reconceitualização não porque os eventos mudam com o tempo, mas porque nós mudamos nossa forma de conceitualizá-los”. Citado por: (RICOEUR, 2000: 227-228).”

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado*, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho, 2011, nota 17, p.10.

(...) Fischer (...), por exemplo, define um fato histórico como uma “declaração descritiva verdadeira sobre acontecimentos passados”.³⁷

Assim sendo, não se pode advogar uma criação factual *ex nihilo* inteiramente gestada na mente do historiador, mas estabelecer sim, quase como um axioma, um lastro fático fundamental:

(...) A posição dominante parece, portanto, ser a de que os historiadores não exercem a interpretação na criação de fatos, mas apenas na sua seleção e classificação; a própria noção de que fatos podem ser criados seria considerada altamente heterodoxa. Em última análise, os fatos são declarações que se referem ou correspondem a fenômenos que existiram no mundo real, eventos ou processos que “realmente aconteceram”.³⁸

Sim, os fatos com os quais o historiador trabalha realmente aconteceram³⁹, mas não exatamente “*daquele jeito*”, como sustentava a ilusão positivista da “história como ela foi”, pela impossibilidade do ser mortal, já aludida, de apreender a totalidade. Por conseguinte, “(...) os fatos são afirmações que os historiadores ‘constituem’ (...) com base em evidências; são construções da comunidade de estudiosos que ganham o seu estatuto de fatos em virtude do consenso profissional e da sua relação lógica com as evidências”⁴⁰

Em suma, mesmo sem a pretensão de exaurir todas as possibilidades teóricas envolvidas na definição em questão, basta para nossos propósitos conceber que o fato histórico é uma construção historiográfica, isto é, algo que é selecionado, interpretado e atribuído a um significado específico pelos historiadores ao longo do tempo. Um fato histórico não é qualquer acontecimento⁴¹, mas um acontecimento que foi “digno de memória” e que recebe um contexto e interpretação que o transforma em um marco de significado coletivo. É, portanto, o tratamento conferido a essa matéria-prima no ateliê metodológico do historiador que eleva um simples acidente e/ou incidente a um *status* qualificado de histórico: “(...) todo tipo de fato torna-se uma caça para o historiador, contanto que ele disponha dos conceitos e categorias necessários para imaginá-lo: haverá uma história econômica ou religiosa, desde que se tenha meios de conceber os fatos econômicos e religiosos.”⁴²

³⁷ FISCHER, David Hackett. *Historians' fallacies: toward a logic of historical thought*. New York: Harper & Row, 1970. p. 156–157. [Tradução nossa].

³⁸ *Ibidem*, p.157. [Tradução nossa].

³⁹ Curiosamente, há fatos históricos que têm origem em acontecimentos irreais ou inexistentes, por mais contraditório que possa parecer. Isso ocorre quando eventos fictícios, mitos, lendas ou narrativas construídas socialmente se tornam parte da memória coletiva e influenciam o comportamento, a cultura e as crenças de uma sociedade. Esses fatos históricos baseados em eventos inexistentes ou distorcidos ainda possuem relevância na história porque suas consequências e impactos são reais e significativos.

⁴⁰ *Ibidem*, p.158. [Tradução nossa].

⁴¹ “(...) um acontecimento só é conhecido mediante indícios e que qualquer fato da vida de todos os dias é indício de algum evento (quer esteja catalogado, quer durma, ainda, na floresta do não-factual).”

VEYNE, *op.cit.*, p.21.

⁴² *Ibidem*, p.41.

De fato, não se pode falar em História como ciência⁴³ sem fato que lhe consubstancie, que lhe dê fundamento. Se esse não existe ou é descaracterizado, manipulado a seu bel-prazer, pode-se estar entrando na esfera da *Fake History* como discorreremos mais adiante. Tampouco se pode ser dogmático a esse respeito, se entrincheirando nos extremos. Há que se buscar um ponto de equilíbrio, como algumas perspectivas teóricas o têm logrado.⁴⁴

• CÍRCULO II - Discurso sobre o passado com aparência e pretensão de ser verdadeiro

No único país pentacampeão da Copa do Mundo de Futebol diz-se que todo brasileiro é “técnico da seleção”. É incrível perceber que, durante as transmissões dos jogos, de crianças a anciãos, homens e mulheres, não importa a formação, parecem saber exatamente qual é o melhor jogador a ser escalado, a quem se deve dar o passe em determinado momento e até com que perna se deve chutar a bola para fazer gol “onde a coruja dorme”!

De igual modo, pode-se dizer que, de certa forma, o ser humano é “historiador”, em um sentido bem lato. É comum a falta de acanhamento em se dar “pitaco” sobre eventos históricos ou, dito de forma mais adequada para fins acadêmicos, em *produzir discursos sobre o passado*, seja de maneira informal ou formal, até porque essa prerrogativa humana chega a ser ontológica:

A consciência do passado é constitutiva da existência histórica. O homem tem realmente um passado a que ele tem consciência, pois só esta consciência introduz a possibilidade do diálogo e da escolha. Caso contrário, os indivíduos e as sociedades trariam consigo um passado que eles ignoram, que eles se submetem passivamente... Então eles não teriam consciência do que eles são e do que foram, eles não compreenderiam a dimensão da própria história.⁴⁵

Logo, não é competência exclusiva do historiador profissional – que jamais teve esse monopólio, como já mencionamos em parágrafos pretéritos – de emitir discursos sobre o passado; trata-se de uma capacidade das mais democráticas e difundidas no seio de todas as sociedades humanas, uma manifestação da chamada **Consciência Histórica** (CH) que

⁴³ “(...) a história não é senão respostas a nossas indagações, porque não se pode, materialmente, fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir, e porque o progresso do questionário histórico coloca-se no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência; sim, a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre.”

Ibidem, p.25.

⁴⁴ Por exemplo, alguns reconhecem que “(...) na epistemologia ricoeuriana, na qual também há uma militância contra duas frentes, o realismo ingênuo e o relativismo radical. (...) Por relativismo radical entendemos uma postura epistemológica antirrealista que postula não ser possível representar de forma adequada o passado histórico e referir-se a uma realidade extradiscursiva.”

MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade*. In: *hist. historiogr.* Ouro preto. n. 19/12/2015. p. 97. Doi: <10.15848/hh.v0i19.912>.

⁴⁵ ARON, Raymond. *Dimensions de la conscience historique*, Paris, Plon, 1964, p. 5. [Tradução Nossa]

(...) é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo. (...) A CH inclui a consciência da historicidade intrínseca a toda existência humana, inserida no conjunto da cultura, das instituições e das ações das pessoas. A historicidade é um pressuposto fundamental da condição existencial de todo ser humano. Refletir sobre essa condição é um procedimento de pensamento histórico, necessário a todos e a cada um, a que se procede sempre e, a todo o momento, em toda e qualquer circunstância, ao longo de toda a vida.⁴⁶

Desta maneira, e como decorrente da consciência histórica, pode-se conceber que um **discurso sobre o passado** é qualquer narrativa, interpretação, representação⁴⁷ ou explicação que constrói sentido em relação a eventos, períodos ou processos históricos. O discurso sobre o passado não é apenas uma descrição objetiva dos acontecimentos; ele é uma construção que envolve escolhas sobre o que incluir como interpretar e quais significados atribuir. Esse conceito é amplo e engloba não só textos acadêmicos, mas também memórias, mitos, símbolos culturais e outros modos pelos quais uma sociedade ou grupo dá sentido ao passado.

Uma vez que essa competência de discursar sobre o passado é universal, por assim dizer, pode-se tentar distingui-la no âmbito do “Operador da História”. Esse, por ofício, idealmente, tem mais prudência, ética e rigor ao discursar sobre o passado, instrumentalizado pelo seu método de investigação, lastreado em documentos e circunscrito ao(s) *fato(s) histórico(s)*, como já vimos, mais ou menos bem identificados, classificados e delimitados a fim de produzir uma narrativa a mais verossímil⁴⁸ possível. Os promotores da *Fake History*, por sua vez, não se dão à faina do historiador, de natureza não menos laboriosa que as demais ciências:

⁴⁶ MARTINS, Estevão de Rezende (2019). *Consciência histórica*. Apud: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV Editora. p. 55

⁴⁷ Há, claramente, diversas aproximações que rondam o conceito de representação para expressar a verdade histórica. A nós basta a interessante formulação da “representação (com)fiável” proposta por Paul Ricoeur: “Se a verdade, particularmente, a histórica, não deve ser reduzida à mera verificação, disso não se deve deduzir um relativismo insensato, que interdita ao conhecimento histórico a construção de algum tipo de verdade. Para além da questão da correspondência e da semelhança, Ricoeur acredita na possibilidade de a historiografia oferecer uma representação *fiável* do passado. A atenção que ele dirige à dimensão narrativa da história e seu entrecruzamento com a ficção não é empecilho para que, de igual modo, o filósofo confie nos procedimentos metódicos da investigação histórica. Ainda que entremeada pela subjetividade, a história possui um certo tipo de objetividade. Embora não chegue a uma verdade nua, crua e imutável, o saber histórico pode atingir uma verdade no âmbito da probabilidade, o que impulsiona a história a ser constantemente reescrita.”

MENDES, *op. cit.*, p.104.

⁴⁸ Diferentemente do pacto entre um autor e um leitor de ficção que se baseia na dupla convenção de suspender a expectativa de qualquer descrição do real extralinguístico e, em contrapartida, reter o interesse do leitor, o autor e o leitor de um texto histórico convencionam que se tratará de situações, acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente, isto é, antes que tenham sido relatados, o interesse ou o prazer de leitura resultando como que por acréscimo.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 289.

O perigo com a história é que ela parece fácil e não o é. Ninguém se aventura a improvisar-se físico porque todo mundo sabe que, para isso, é preciso uma formação matemática; apesar de menos espetacular, nem por isso é menor a necessidade, para um historiador, de uma experiência histórica. Apenas, no caso da história, as consequências dessa insuficiência se dissimularão melhor: não se produzirão segundo a lei do tudo ou do nada; o livro de história terá defeitos (conceitos inconscientemente anacrônicos, nós de abstrações não esclarecidos, resíduos de acontecimentos não analisados), mas, sobretudo, lacunas; pecará menos pelo que afirma do que pelo que deixa de investigar. A dificuldade da historiografia está menos em encontrar respostas do que em encontrar perguntas. O físico é como Édipo: é a esfinge que interroga quanto a ele cabe encontrar a resposta correta; o historiador é como Percival: o Graal está lá, diante dele, debaixo de seus olhos, mas só lhe pertencerá se ele se lembrar de fazer a pergunta.⁴⁹

Esses impostores, mesmo não acompanhando adequadamente o historiador na sua operação historiográfica⁵⁰, sabem artificialmente emulá-la, em seus traços mais característicos, a fim dar ares de um discurso verdadeiro sobre o passado. Ao fazê-lo, carregam parte do peso que o substantivo *History* da expressão em análise adquiriu ao longo dos séculos.

- **CÍRCULO III - Motivação pelo interesse na obtenção de algum benefício**

*"L'intérêt parle toutes sortes de langues,
et joue toutes sortes de personnages,
même celui de désintéressé."*⁵¹
François de La Rochefoucauld⁵²

Quando Thomas Hobbes, o filósofo-matemático, escreveu seu clássico *Leviatã*⁵³, ele partiu do pressuposto de uma natureza humana essencialmente egoísta e que, nesse estado, os seres humanos estariam em constante competição uns com os outros, movidos por interesses de autopreservação e desejo de poder. Isso difere de uma visão posterior mais benevolente

⁴⁹ VEYNE, *op.cit.*, p.113.

⁵⁰ “A história deve ser encarada como uma *operação*. Isso significa, em princípio, que ela deve ser compreendida como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a *construção de um texto* (uma literatura). (...) Para Certeau, portanto, a operação histórica se refere à: combinação de *um lugar social*, determinadas *práticas* ou *procedimentos técnicos* e, por fim, a *escrita*”.

MIRANDA JUNIOR, Robson Freitas de. *A história como “logos do outro”*: Michel de Certeau e a operação historiográfica. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 104, jan./abr. 2019. ISSN 1984-6150.

⁵¹ “O interesse fala todos os tipos de línguas e interpreta todos os tipos de personagens, até mesmo o do desinteressado.” [Tradução nossa]

⁵² LA ROCHEFOUCAULD. *Oeuvres*. Tome I. Par M.D.L. Gilbert. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie, 1868, p. 20.

⁵³ HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. (Os Pensadores) Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

acerca da natureza humana — por exemplo de um Rousseau⁵⁴, o filósofo-músico — que, aliada à autopreservação juntava a compaixão. Seu contemporâneo Adam Smith, o economista, por seu turno, aparentemente negava essa bondade toda como motivação primária: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos seus interesses próprios.”⁵⁵ Em outras palavras, embora cada indivíduo buscasse seu autointeresse (o que não significa dizer em absoluto que, o fazendo, fosse desprovido de preocupações éticas/morais), essa busca poderia levar, segundo ele, a benefícios coletivos alocados, de forma mais ou menos equilibrada, pela “mão invisível do mercado”:

(...) os benefícios econômicos para a sociedade não foram buscados intencionalmente pelos indivíduos, mas surgiram sistematicamente de interações do mercado, sob pressões da concorrência e impulsionados pela motivação do ganho individual. Sentimentos morais eram necessários somente para moldar a estrutura geral de leis dentro da qual esse processo sistêmico poderia prosseguir. (...) o funcionamento da economia e da sociedade exigia que cada indivíduo fizesse coisas para as outras pessoas; era simplesmente a *motivação* – moral ou econômica – por trás desses atos que, no fim das contas, era egocêntrica. Tanto em suas análises morais quanto econômicas, Smith confiava mais em incentivos do que em inclinações para fazer com que o trabalho fosse feito.⁵⁶

Fernand Braudel, o historiador-sociólogo-geógrafo-economista, certamente não teria dificuldades em assentir com Smith, pois também considerava que os interesses econômicos e materiais influenciavam a história de longa duração: “As estruturas da vida diária são frequentemente ditadas pelos interesses econômicos dos indivíduos e das sociedades.”⁵⁷

Esses pensadores, só para citar alguns de passagem, sem prejuízo dos demais, cada um em seu contexto e abordagem, ofereceram perspectivas sobre como o interesse pessoal influencia o comportamento humano, seja de forma explícita ou implícita. Para o conceito que estamos sugerindo, não é penoso intuir que é demasiado improvável que alguém vá se lançar em uma empreitada de forjar um simulacro de história sem ter em vista algum benefício, seja pessoal, seja do agrupamento a que pertence.

O menu de interesses é bastante variado, e atende a todos os gostos: poder (político/partidário/ideológico), econômico, posição social (status), titularidade (reconhecimento), reputação (fama/renome), sexual (*affaires*), cultural

⁵⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 1755.

⁵⁵ SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Livro I, Capítulo II, 1776. [Tradução nossa].

⁵⁶ SOWELL, Thomas. *Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas*. São Paulo: É Realizações, 2012, p. 26-27.

⁵⁷ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Vol. 1, Parte I. 1949. [Tradução nossa].

(valores/crenças/tradições), satisfação sádica (vingança), nacional, étnico, de gênero etc. Desse modo, conseguir identificar interesses (aparentemente legítimos), que sejam de alguma maneira manifestos de forma imoral/antiética (implícita e/ou explicitamente), envolvidos na produção de um *Fake History*, já auxilia bastante na sua caracterização.

- **CÍRCULO IV- Adulteração intencional de evidências históricas**

Não foram poucos os autores que usaram a metáfora do *historiador-detetive*.⁵⁸ Um dos mais eloquentes, nesse sentido, foi o historiador Carlo Ginzburg que se valeu extensivamente do “paradigma indiciário”⁵⁹ nas suas pesquisas. Com efeito, é na perseguição desses indícios que se lança o detetive do passado para fundamentar e (re) elaborar seus fatos históricos com suas respectivas representações.

Outra metáfora interessante que pode ser relacionada ao historiador-detetive é aquela dos *rastros* que ele deve não só perseguir, mas significar e representar adequadamente:

Os rastros do passado colocam em jogo boa parte das questões ligadas à representação do passado. Os vestígios indicam uma marca que foi deixada pela passagem de um ser. A marca assume a forma de um signo que vale pela passagem e demanda interpretação. Essa significância combina uma relação de causalidade entre a coisa marcante e a coisa marcada, análoga à existente entre o vestígio e a passagem. O rastro, assim como a escrita da história, exerce uma função vicária em relação ao passado. O rastro *vale pelo* passado na medida em que é seu representante, lugar-tenente. Essa analogia também coloca em evidência o modo indireto da referência ao passado, já que, como uma *ciência por rastros*, a historiografia não atinge seu referente senão através das mediações.⁶⁰

E essas mediações são feitas precipuamente, por meio das fontes, documentos, enfim, evidências históricas cujos registros sobreviveram às tempestades de areia do tempo:

O passado registrado é o que propicia toda investigação histórica, pois permite o acesso ao passado. Oakeshott (...) classifica o passado registrado

⁵⁸ BLOCH, Marc; CERTEAU, Michel de; DAVIS, Natalie; GAY, Peter, entre outros.

⁵⁹ De acordo com a síntese redigida pela Prof^a. Dr.^a Márcia B. F. Rodrigues (DCSO/PPGHIS/UFES), trata-se do “(...) conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma. O que poderia ser entendido por pistas, indícios ou sintomas? Os documentos oficiais, relatórios, decretos leis, fontes secundárias e voluntárias, ou seja, as fontes investigadas pelo pesquisador que, se submetidas a análise semiótica ou sintomal, pode revelar muito mais do que o testemunho tomado apenas como um dado. Entretanto, outras fontes podem e devem ajudar no trabalho de construção da narrativa histórica e da análise sociológica, trata-se das fontes involuntárias, isto é, aquelas que não foram convidadas a testemunhar. Identificadas por acaso, muitas vezes teimam, insistem e se intrometem na pesquisa. Nesse caso, o pesquisador deverá fazer uso de sua intuição e sensibilidade para argüi-las com criatividade e inteligência, e estar atento aos atos falhos, as metáforas, as metonímias e aos deslocamentos.”

RODRIGUES, Márcia B. F.; COELHO, C. M. *Paradigma indiciário: breve definição*. Disponível em: <https://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/RODRIGUES,%20M.B.F.%20e%20COELHO,%20C.M.%20Paradigma%20Indici%C3%A1rio_Breve%20defini%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 02/01/2025.

⁶⁰ MENDES, *op. cit.*, p.102.

como “o conjunto [de] objetos, que corresponderam no seu tempo a realizações humanas, e que, como tais, foram manifestações performativas de um presente-futuro passado de compromisso prático”. Mas o passado registrado não é sinônimo imediato de passado histórico. Este passado deve ser inferido para constituir-se enquanto ciência e nesse sentido os registros do passado são importantes para a construção da História.⁶¹

Os registros desses rastros, vestígios, indícios e evidências históricas podem ser, no entanto, e o são com frequência, manipulados *ao gosto do freguês*. Dir-se-ia, por exemplo, que o patrono da Diplomacia Brasileira teria omitido uma relevante carta cartográfica, que daria vantagens à Bolívia, nas negociações que culminaram no Tratado de Petrópolis (1903):

Aqui é necessário interromper-se o curso da história por um problema moral. Saber-se-ia Rio Branco, então, da existência do Mapa da Linha Verde, que, mostrando que havia alternativas oblíquas à hipótese predominante da paralela, tornava falha esta nova interpretação oficial? Oliveira Lima diz que sim, mas não prova. Rio Branco diz que não e explica que conheceu o mapa só meses mais tarde, com a questão resolvida, quando um funcionário da mapoteca do Itamaraty o descobriu. A verdade pura não se sabe e, na dúvida, é preferível ficar com Rio Branco⁶². Mas, admitindo-se a hipótese de que Rio Branco conhecesse durante as negociações com a Bolívia o célebre mapa e omitisse o fato, deveria ele por isso ser condenado? Se sim, é de se perguntar quantos governantes de tantos países seriam nesse tribunal absolvidos...⁶³

Seja por ação ou omissão, se há intenção consciente de adulteração no todo ou em parte das evidências conhecidas, em particular daquelas de cunho histórico, é mui provável que estejamos diante de um caso, pelo menos em parte, precursor de uma proto *Fake History*, por assim dizer. Digo consciente porque não é de todo incomum alguém produzir uma pseudo-história dentro de uma bolha social e/ou informacional⁶⁴ na qual essa pessoa confia piamente na veracidade daquela narrativa com os elementos (factuais e analíticos) dos quais dispõe. Isso pode se dar até por meio de uma invenção puramente mental do indivíduo: “Em

⁶¹ SANTOS, Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos. *O conceito de passado e sua significância histórica para professores de história e os livros didáticos recebidos no PNLEM*. ANTÍTESES, v. 5, n. 10, p. 761-782, jul./dez. 2012. DOI: <10.5433/1984-3356.2012v5n10p761>, p. 767.

⁶² Preferimos ficar, nessa questão, com Oliveira Lima, pois não é admissível que um exímio conhecedor da História e da Geografia pátrias, como foi José Maria da Silva Paranhos Junior, inclusive dos mapas limítrofes, ignorasse o tal *Mapa da Linha Verde*. Discutimos pessoalmente essa questão com o Embaixador Synesio, em debate promovido pelo Instituto Rio Branco e ele nos instou a escrever sobre o imbróglio, desafio que até hoje não aceitamos.

⁶³ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.292.

⁶⁴ Segundo uma formulação bastante contemporânea, essas bolhas: “(...) nada mais são do que grupos de indivíduos se retroalimentando de ideias em espaços virtuais, especialmente nas redes sociais. Elas são resultado da algoritmização da sociabilidade online e têm potencial para gerar consequências ruins a democracias em geral e empresas em específico. Se sempre existiram falhas de informação, a Era dos Dados tornou esse fenômeno mais acirrado e potencializou suas consequências negativas. Isso porque *indivíduos tendem a perder a capacidade de pensar para além da ideologia a qual pertencem seus pares*; no extremo, a rivalidade com quem pensa diferente pode transformar-se em violência real.” [Grifos nossos]

CORTEX INTELLIGENCE. Bolhas de informação. Disponível em: <<https://www.cortex-intelligence.com/blog/bolhas-de-informacao>>. Acesso em: 02/05/2025.

outro campo, o da Psicologia, a mentira é a raiz de vários distúrbios de personalidade, um deles é a chamada ‘mitomania’, quando a pessoa mente de forma compulsiva sem demonstrar constrangimento ou arrependimento.”⁶⁵

Outro mecanismo psicológico, nesse sentido, é o **viés de atribuição intelectual**:

(...) as psicólogas sociais Carol Tavis e Carole Wade (1997) explicam que há uma tendência de as pessoas “receberem o crédito pelas suas boas ações (uma atribuição disposicional) e deixarem a situação explicar as suas más ações”. Ao lidar com os outros, por exemplo, podemos atribuir o nosso próprio sucesso ao trabalho árduo e à inteligência, enquanto o sucesso da outra pessoa é atribuído à sorte e às circunstâncias (...). Acreditamos ter encontrado evidências de um viés de atribuição intelectual, onde consideramos as nossas próprias ações como sendo motivadas racionalmente, enquanto vemos as de outras como mais motivadas emocionalmente.⁶⁶

O artifício psicológico mais comum percebido, tanto na produção quanto na divulgação de *Fake Histories*, é o **viés de confirmação**:

(...) a tendência de procurar ou interpretar evidências favoráveis a crenças já existentes, e de ignorar ou reinterpretar evidências desfavoráveis a crenças já existentes. (...) os psicólogos acreditam que, na verdade, todos nós fazemos isso, geralmente inconscientemente. (...) Mesmo ao julgar algo tão subjetivo como a personalidade, os psicólogos descobriram que vemos o que procuramos numa pessoa. (...) O viés de confirmação não é apenas generalizado, mas os seus efeitos podem influenciar poderosamente a vida das pessoas. (...) O viés de confirmação também pode sobrecarregar os estados emocionais e os preconceitos. (...) Até os cientistas estão sujeitos ao viés de confirmação.⁶⁷

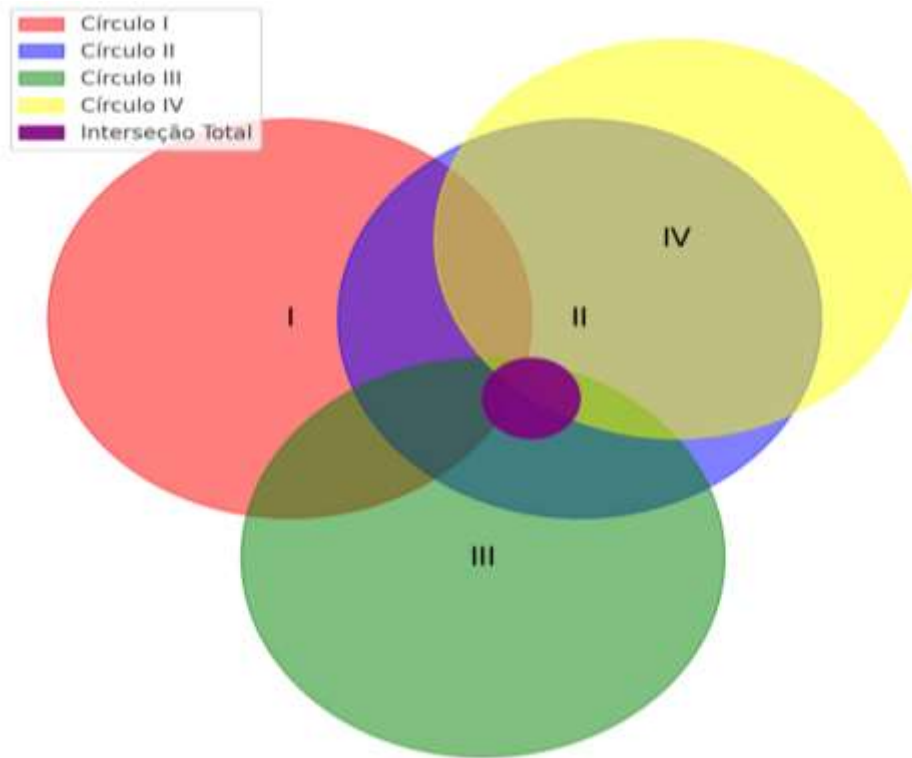
Então, é a **intencionalidade consciente de adulterar as evidências históricas** que mais nos interessa aqui para completar a confluência dos 4 círculos. Com efeito, eles não apenas tangenciam o círculo central, contribuindo para a formação de uma *Fake History*, mas também há que se conceber que se inter-relacionam entre si, como dá a entender o diagrama⁶⁸ abaixo:

⁶⁵ CARVALHO, 2021, apud PINSKY; PINSKY. *Novos combates pela história*. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 149.

⁶⁶ SHERMER, Michael. *Why people believe weird things: pseudoscience, superstition, and other confusions of our time*. New York: Henry Holt and Company, 1997, p. 298. [Tradução nossa].

⁶⁷ *Ibidem*, p.299-301. [Tradução nossa],

⁶⁸ Gerado por *Open AI*.



Assim sendo, o **fato histórico** (círculo I) é um elemento basilar nessa construção conceitual, como vimos, pois é do tipo de relacionamento com ele que podemos admitir, por assim dizer, a entrada na roda ou descarte de alguma concepção supostamente correlata, como parece ser o caso da pós-verdade:

(...) é um adjetivo definido como 'relacionado ou denotando circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal'. (...) Em vez de simplesmente se referir ao tempo após uma situação ou evento específico – como no pós-guerra ou no pós-jogo – o prefixo na pós-verdade tem um significado mais parecido com “pertencer a uma época em que o conceito especificado tornou-se sem importância ou irrelevante”.⁶⁹

Esse desprezo preempatório ao fato – e por extensão ao fato histórico –, a coloca em companhia dos conceitos afastados da noção de *Fake History* (interseção total) com a qual trabalhamos como o “negacionismo raiz”, proposto por Marcos Napolitano⁷⁰, do tipo que simplesmente proclama “Isto nunca existiu!”. Nele os fatos são negados decisivamente como

⁶⁹ Vide, a propósito, discussão sobre o conceito em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>>. Acessado em 27/12/2024. [Tradução nossa]

⁷⁰ Essa e outras tipologias são aqui elencadas por ele: “Dentre as estratégias ligadas ao negacionismo e ao revisionismo ideológico da história, destacamos cinco formas: **I**) negacionismo raiz (...); **II**) revisionismo ideológico que camufla posições conservadoras e contra os grupos e movimentos sociais (...) — esse tipo de revisionismo se opõe a uma suposta ‘história politicamente correta’; **III**) atualização das teorias conspiratórias da extrema direita (...); **IV**) relativismo historiográfico (...); e **V**) História como utopia regressiva (...).”

SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: CEPE, 2022.

aconteceu de forma espalhafatosa – e para o espanto e indignação de boa parte da comunidade internacional – pelas declarações de um então controverso e famoso político, o ex-presidente do Irã, Ahmadinejad, que tentou negar por mais de uma vez, no exercício do cargo, a ocorrência do Holocausto, chamando-o de “alegação improvável e mítica”.⁷¹ Aliás, a negação do *Shoah* é do tipo mais emblemático e fez escola:

(...) o apagamento dos vestígios do genocídio sempre foi um objetivo dos próprios nazistas, e não foi outro o sentido do conhecido discurso de Himmler, em 1943, quando afirmou que a “solução final” seria uma página não escrita na gloriosa história alemã. Tratou-se, portanto, do **acionamento da máquina negacionista que pretendeu produzir a “destruição do fato, da noção de fato, da factualidade do fato”**.⁷²

As conjecturas engendradas pela chamada **história contrafactual** ou **virtual** tampouco nos apresentam alguma valia para nossos propósitos. Mesmo admitindo que sejam amiúde úteis para aquilatar alguns desdobramentos históricos, ainda que como um espelho por oposição alternativa, não nos parecem adequadas para o esforço de combate às falsidades perpetradas em nome da história como disciplina/ciência:

(...) não se inscreve no campo como escrita historiográfica, mas como procedimento lógico para construção de proposições demonstráveis ou para explorar potencialidades presentes no passado. (...) Por mais que hipóteses contrafactuais possam (e sejam) utilizadas como recurso intelectual para abrir espaço para a compreensão ou explicação de um fenômeno qualquer (político, econômico, artístico, teórico, historiográfico etc), o texto historiográfico jamais se sustenta por meio da perseguição exclusiva do contrafactual, que nunca deixa de ser ali um “raciocínio contrafactual” sempre circunstancial e, em alguns casos, não mais que marginal. (...) Até mesmo a diferenciação entre contrafactuais plausíveis e contrafactuais implausíveis repousa no elenco de evidências existentes.⁷³

Afastada também da noção de *Fake History* também foi a **Teoria da Conspiração**: “Desde meados dos anos 1960, o termo se refere a explicações que mencionam conspirações sem fundamento, muitas vezes produzindo suposições que contrariam a compreensão predominante dos eventos históricos ou de simples fatos.”⁷⁴ Desse modo, ao prescindir do fato histórico em si, ou marginalizá-lo, além do reconhecimento, coloca-se abaixo da linha de caracterização mínima até da fraude que tentamos distinguir.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/presidente-do-ira-diz-que-o-holocausto-e-um-mito-9thdrgcw89b9nrd9sfz24bjgu/>> Acesso em: 25/07/2025.

⁷² Revista Brasileira de História, vol. 41, Nº 87, p.15 [Grifos meus]

⁷³ MORAES, Luís Edmundo de Souza. *O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho, 2011, p.8-9.

⁷⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_da_conspira%C3%A7%C3%A3o#cite_ref-2>. Acesso em: 27/12/2024.

Há um conceito aparentado que não despreza o fato mas deve, desde logo, ser afastado de nossa concepção, a saber, a ideia de *Fake News* pois lida basicamente com a notícia. Embora jornalistas amiúde classifiquem algumas de suas notícias como “históricas”, não com pouco alarde, precipitação e tom propagandístico, dizendo tratar aquele momento de um fato que será registrado nos “anais da História”, nem sempre é isso o que acontece dentro de uma perspectiva temporal mais duradoura. Por esse motivo, é salutar estabelecer algumas distinções básicas:

Podemos definir *notícia* como todo relato pretensamente objetivo e informativo sobre algo no presente e que é socialmente distribuído como verdade por um determinado enunciador. Dessa forma, uma *fake news* pode ser encontrada, assim como uma notícia verdadeira, não apenas na imprensa, mas também em diversos outros meios e formatos: na tradição oral, nos discursos políticos, em pregações religiosas, em cartazes e livros.⁷⁵

Disso decorre que uma das diferenças fundamentais entre notícia e fato histórico é o tempo e a profundidade de interpretação. A notícia é um relato imediato de um evento que ocorreu recentemente e visa informar o público no curto prazo. O fato histórico, por sua vez, surge da análise e interpretação desse evento ao longo do tempo, ganhando significado na medida em que é contextualizado e reavaliado por historiadores. Outra diferença significativa é que as notícias são normalmente moldadas para atender às demandas imediatas do público e das organizações de mídia, que escolhem o que divulgar e como apresentar o evento. O fato histórico, por sua vez, é selecionado e interpretado com base em critérios acadêmicos e historiográficos, levando em conta sua relevância para a compreensão de processos históricos mais amplos. A notícia cumpre a função de comunicar algo que é relevante em um contexto imediato, mas não visa necessariamente uma compreensão profunda dos processos ou significados subjacentes. O fato histórico, ao contrário, busca explicar e compreender as causas, os efeitos e as implicações dos eventos dentro de uma linha temporal mais ampla. As notícias são geralmente efêmeras e destinadas a perder relevância com o passar do tempo. O fato histórico, no entanto, é duradouro, pois foi selecionado e reinterpretado ao longo do tempo como algo significativo para a compreensão de processos históricos duradouros.

Mesmo a chamada *História do Tempo Presente* (HTP) não prescinde, *in totum*, de uma perspectiva temporal mais extensa tampouco de uma abordagem teórico-analítica mais profunda que perscrute o “iceberg factual”, por assim dizer, abaixo da superfície da pura emissão jornalística. Há nesse campo desafios peculiares:

⁷⁵ PINSKY; PINSKY, *op. cit.*, p. 150.

O historiador do tempo presente é também confrontado com o privilégio da “poeira” de arquivos recentes não hierarquizados, uma vez que não sabe, devido à falta de conhecimento do futuro, o que se revelará importante e o que só será acessório. Além disso, a História do tempo presente não permite destacar as regularidades, as continuidades e os riscos do factual que pode torná-la tributária dos “caprichos da mídia”.⁷⁶

Dito de outro modo, essa abordagem da HTP não elimina a necessidade de perspectiva temporal e da consideração do tempo de longa duração; em vez disso, ela exige uma adaptação metodológica que permita conciliar a análise do imediato com a compreensão dos processos históricos de fundo.

Por conseguinte, sendo a notícia distinta dessa forma do fato histórico, não há acolhimento, no nosso conceito, das *Fake News*. Tampouco nos valeremos das expressões variantes como “*Fake News* históricas”, “*Fake News* na história”⁷⁷ ou “*Fake News* do passado”⁷⁸ porque pode facilmente nos remeter a “(...) uma relação incestuosa com o jornalismo.”⁷⁹ Ainda assim, não podemos descartar todo o arsenal já construído para combater as *Fake News*, muitos dos quais nos utilizaremos sobretudo no produto final deste trabalho.

Ademais, o círculo I se inter-relaciona com o II (**discurso sobre o passado com aparência e pretensão de ser verdadeiro**) pelo menos em parte, pois esse discurso, para simular veracidade, precisa recorrer quando menos a uma *meia-verdade* (que, de tão parcial – por isso “meia” – acaba se revelando uma mentira inteira). Também se inter-relaciona com o IV círculo (**adulteração intencional de evidências históricas**), pois não se pode imaginar fatos históricos do nada, desprovidos de suas evidências materiais, documentais, testemunhais, etc. Este círculo, por sua parte, está intimamente imbricado com o III (**motivação pelo interesse na obtenção de algum benefício**) pois, geralmente, é a força motriz que põe em andamento o arriscado empreendimento fraudatório: “É preciso mostrar as relações, e apontar para os sentidos e para a intencionalidade histórica das produções. Este seria um passo para a análise de qualquer fonte histórica, incluindo-se aí depoimentos que buscam ‘ser memória’.”⁸⁰

Toda essa complexa mutualidade nos indica que algumas noções podem ser abarcadas por esse conceito guarda-chuva, pois, dependendo da ênfase que se dá a um círculo ou a outro, ou até mesmo no âmago das suas inter-relações, podemos identificar gradações do

⁷⁶ DOSSE, François. *História do tempo presente e historiografia*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 – 22, jan/jun. 2012. DOI: <10.5965/2175180304012012005>.

⁷⁷ Expressão preferida pelo historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho (UnB), que também é jornalista de formação, em interessante artigo já citado.

⁷⁸ Vide menção em: <<https://www.tecmundo.com.br/internet/280362-fake-news-passado-noticias-falsas-espalhavam-internet.htm>>. Acesso em: 31/12/2024.

⁷⁹ DOSSE, *op. cit.*, p.6.

⁸⁰ SILVA, Carla Luciana. *História e memória da repressão nos anos 1970 e 2014*. Projeto História, São Paulo, n. 50, p. 138-170, Ago. 2014, p.140

mesmo fenômeno da *Fake History*. Além disso, não é demais intuir que na análise dos casos concretos, nem sempre iremos encontrar a confluência dos 4 círculos tão patentes assim ou cada círculo na mesma intensidade, haverá necessidade de se atentar para o implícito, o parcial, o subentendido. Não se trata, portanto, de um modelo rígido a ser encaixado a fórceps, mas que precisa se acomodar às idiossincrasias encontradas na multiplicidade de casos. Senão, vejamos...

O termo **pseudo-história** pode ser usado de forma intercambiável com o de *Fake History*, como já foi exemplificado, pois talvez seja o que mais se aproxima da noção que assimilamos, com uma cautela: quando se enfatiza a intencionalidade fraudulenta de uma pessoa deve-se levar em consideração, nesse caso, a possibilidade de ocorrência de uma espécie de “ignorância sincera”, no sentido de desconhecimento mesmo, por estar inserida numa bolha informacional ou sujeita aos mecanismos psicológicos justificantes já aludidos. Isso ocorre habitualmente na **produção** dessa suposta narrativa histórica, quando há descuido metodológico no sentido de falta de rigor, acurácia e transparência no manejo e interpretação das fontes históricas disponíveis (ou não). Também ocorre na **reprodução** desse relato inverossímil pelas mesmas razões anteriores e até por simples inércia intelectual indolente. Então, tomemos essa tênue distinção para caracterizar um matiz do conceito: quando a intenção de manipular é nitidamente dolosa, estamos falando de *Fake History*; caso haja certa ingenuidade informacional na produção e/ou reprodução da falsa narrativa, optaremos pela pseudo-história.

Outro termo que orbita nossa concepção é o **revisonismo**. Contudo, desde o princípio, devem-se fazer distinções, pois, assim como existe o *bom colesterol* (HDL) e o *colesterol ruim* (LDL), há o revisionismo “bom” e o “ruim”. Aquele do primeiro tipo é considerado pela comunidade dos historiadores como próprio mesmo do seu ofício, dado a revisões periódicas diante da descoberta de novos documentos ou da necessidade de um enfoque interpretativo mais coerente (ou até mesmo mais criativo), que poderia adicionar mais sentido, como nos aponta Ricoeur: “A contínua reescrita da história, fruto da dimensão crítica do conjunto das operações historiográficas, cooperaria, a cada nova interpretação, para um acréscimo de sentido da realidade pretérita (...).”⁸¹

Já o do tipo “ruim”, deve ser identificado e rechaçado veementemente pela comunidade historiográfica. Esse é o caso do **revisonismo ideológico** que congrega

(...) autores politicamente interessados em manipular dados e desvirtuar fatos em nome de interesses específicos dados a priori. Como afirmou Deborah Lipstadt, no livro *Negação*, os historiadores têm o direito de interpretar os

⁸¹ RICOEUR, Paul. (2000, p. 369, nota e), citado por MENDES, *op. cit.*, p. 99.

fatos, mas não podem conscientemente deturpar fatos. O Holocausto Judeu é fato consumado, assim como outros fatos relativos à história brasileira: os portugueses estiveram na África para praticar o tráfico de escravos, as populações indígenas foram massacradas ao longo da história brasileira, a tortura foi utilizada durante a ditadura militar. Negar tais fatos, é negar evidências, é o mesmo que afirmar que a Terra não é arredondada.⁸²

Esse matizamento correlato à nossa formulação conceitual também pode ser acolhido como mais uma variante da *Fake History*, levando-se em conta que o seu *modus operandi* já fora há muito suficientemente dissecado:

(...) o revisionista de natureza ideológica se baseia em algumas operações facilmente identificadas: a) apropriação distorcida de teses historiográficas reconhecidas; b) destaque sensacionalista para casos particulares e excepcionais do passado (personagens, valores, instituições), cujas distorções transformam-se rapidamente em exemplos de como teses consagradas por historiadores acadêmicos são “falsas”; c) utilização de fragmentos de fontes, sem a devida contextualização ou crítica; d) exposição linear de fatos por relação direta de causa e efeito, abordagem há muito criticada e superada pela historiografia; e) defesa de posições sobre o passado que já partem de um olhar ideológico, moral ou valorativo — mas devidamente ocultado —, adequando a argumentação para comprová-la (...)⁸³

A ocorrência dessa adulteração, cada vez mais frequente, apresenta particular interesse para nós, Professores da Educação Básica e, por extensão para este programa de PROFHISTÓRIA, pois impacta diretamente o ensino desta disciplina, considerando que o **revisonismo ideológico**⁸⁴, “(...) ao competir com o conhecimento historiográfico e escolar, fomenta não apenas a deslegitimação destes, mas também do profissional de história – quer seja o professor, quer seja o pesquisador.”⁸⁵

Seguindo nossa discussão teórica, vamos retomar a categoria **negacionismo**. Ora, há uma “(...) diferenciação proposta por Pereira, em que o negacionismo seria uma versão

⁸² NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. *Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça*. Síntese (não paginada) dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de História da FFLCH/USP – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/u206/Texto%20S%C3%ADntese%20%20Negacionismo%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 31/12/2024.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ “De acordo com Napolitano e Junqueira (2024) o conceito de ideologia é polissêmico e controverso, mas, para os nossos objetivos didáticos, basta adotar a postura profissional ética dos autores citados anteriormente: “(...) defendemos que a História e a historiografia façam parte da construção da cidadania e do Estado Democrático de direito, o que significa ir além de uma historiografia de ‘esquerda’ ou de ‘direita’. É preciso reconhecer que essas nuances ideológicas existem na comunidade de historiadores e professores de História e atuam na escolha de objetos e interpretações. Mas, em si mesmas, não são obstáculos ao conhecimento histórico, desde que o rigor metodológico, a ética de pesquisa e ensino e a objetividade sejam mantidos.”

⁸⁵ ZAROTTI, Pedro. *O revisionismo ideológico nas escolas: apontamentos a partir de uma pesquisa exploratória com professores de história da educação básica*. Revista História Hoje. São Paulo, v. 12, nº 26, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i26.1007>>, p.306-307.

extrema do revisionismo.”⁸⁶ Já descartamos aqui, na preliminar, uma versão extremada do próprio negacionismo pela sua absoluta negativa do fato em si. Isso não significa que não exista esse negacionismo raiz que preferimos chamar aqui de *Literal / Total*. Justamente por ser mais delimitado, portanto, mais claro e de fácil constatação. Então, qual tipo de negacionismo nos apetece, consoante aos nossos objetivos propostos?

Esse seria o que podemos chamar de *negacionismo simbólico / parcial*. Nesse tipo podemos entrever a confluência dos 4 círculos do nosso modelo operacional:

(...) é possível considerar o negacionismo como uma *fraude* em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade que ele afirma praticar. Por um lado, trata-se de uma *historiografia falsificada*, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico (linguagem, notas de rodapé, lista bibliográfica etc.), mas ao mesmo tempo em que rompe com seus fundamentos e limites. Por outro, trata-se de um *passado falsificado*, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo.⁸⁷

Em um estudo de caso do documentário *1964 - O Brasil entre armas e livros*⁸⁸ o historiador Gabriel D. Fernandes, oriundo do PROFHISTÓRIA, aponta sutilezas dessa modalidade de negacionismo, no seu entender:

(...) não negam de fato a ocorrência do golpe e a instalação de um governo autoritário militar, mas relativizam esses episódios. Em vez de um revisionismo crítico, realizam um de forma ideológica, buscando criar a ideia de que houve uma narrativa *falsa* que foi vencedora após o fim da ditadura militar. Essa narrativa vencedora teria sido a da esquerda.⁸⁹

Seja qual for à terminologia escolhida cabe, a esta altura, lembrar-nos do alerta oportuno de autores já citados acerca da vacina principal que deve ser usada no combate às manipulações históricas há pouco abordadas:

O melhor antídoto contra o negacionismo e o revisionismo ideológico é a verdade histórica. (...) A verdade histórica, há muito tempo, deixou de ser a verdade absoluta e factual que os historiadores do credo cientificista buscavam. A verdade deve ser referencial, um “ponto de fuga” identificável nas fontes e evidências, um compromisso ético e ontológico do historiador,

⁸⁶ *Ibid.*, p.313.

⁸⁷ MORAES, *op. cit.*, p.15.

⁸⁸ Documentário *1964: O Brasil entre as armas e os livros*. Direção: Lucas Ferrugem; Henrique Viana; Felipe Valerin. Brasil Paralelo, 2019. Duração: 2h07'. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=132s>>. Acesso em: 01/01/2025.

⁸⁹ FERNANDES, Gabriel Dias. *Ditadura Militar em Tempos Negacionistas: uma análise do tema em livros didáticos*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022, p.28.

passível de interpretações, novos contornos narrativos e articulações factuais.⁹⁰

Outra nomenclatura usada há muito, sobretudo nos estudos acerca do Holocausto, e que não deve ser desprezada, é o da **distorção** do passado:

(...) “distorção” refere-se a tentativas de utilizar a investigação histórica sobre as dimensões e o significado do Holocausto, quer para diminuir o seu significado, quer para servir fins políticos e propagandísticos. Embora a sua utilização não esteja estritamente confinada à era comunista, o termo “distorção” é geralmente utilizado em referência a esse período, durante o qual a investigação histórica foi completamente sujeita ao controle da censura política do Partido Comunista.⁹¹

Uma versão nacional similar do conceito, por assim dizer, foi recentemente apresentada por dois pesquisadores brasileiros:

(...) propomos uma nova categoria, *distorcionismo*, para nomear práticas manipuladoras na reconstrução do passado que simulam procedimentos metodológicos da historiografia acadêmica, porém desprovidas de compromisso ético e epistêmico com a produção do conhecimento. Argumentamos que essa categoria é útil na medida em que confere maior precisão a uma modalidade de deturpação do passado que se distingue de outras operações, que podem ser tanto falseadoras, como o negacionismo, quanto legítimas do ponto de vista historiográfico, como o revisionismo.⁹²

Essa formulação é bem próxima aos tipos de *conceito-matiz* que já vimos, como o da pseudo-história, e poderia facilmente encasar-se em nossos 4 círculos (com algumas poucas adaptações pontuais)⁹³ sugeridos: “(...) ‘distorcionismo’ para operações que deturpem, distorçam e falsifiquem documentos, interpretações ou narrativas sobre o passado, em vista de interesses mercadológicos, políticos e ideológicos.”⁹⁴ Ao mesmo tempo, não nos é penoso

⁹⁰ NAPOLITANO & JUNQUEIRA, *op. cit.*, [Grifos nossos]

⁹¹ *Final Report of the International Commission on the Holocaust in Romania* (Presented to Romanian President Ion Iliescu), November 11, 2004, Bucharest, Romania, p.1 [Tradução Nossa]

⁹² JOFFILY, Mariana & WALDEREZ, Ramalho. *Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI*. p. 12. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2024v300108>>. Acesso em 02/01/2025.

⁹³ “A interessante categoria proposta se enriqueceria ainda mais, a nosso ver, se:

1) acoplasse o adjetivo “histórico” a sua difusão, pois o vocábulo originário em si é muito elástico (pode-se falar, por exemplo, em “distorção para guitarra”), assim como é amplo o termo negacionismo (pode-se negar a eficácia de uma vacina ou a forma geóide da terra, por exemplo);

2) ao tratar da intencionalidade, levasse-se em consideração também o que chamamos lá atrás de “ignorância sincera”, por meio de vários mecanismos psicológicos como os que elencamos, tanto na produção quanto na distribuição das narrativas distorcidas;

3) ao admitir a inevitabilidade do posicionamento político cidadão, e até da militância política do historiador, não se restringisse a exemplos (sejam negativos e/ou positivos) de apenas uma ponta do espectro político, até para evitar a pecha de “doutrinação ideológica” atribuída à academia por amplos setores da sociedade brasileira hodierna;

4) acrescentasse aos acertados “interesses mercadológicos/políticos-ideológicos” identificados, outros que porventura podem (e comumente estão) estar envolvidos.”

⁹⁴ JOFFILY; WALDEREZ, *op. cit.*, p.8.

perseguir e coadunar integralmente com os nobres objetivos dessa perspectiva apresentada pelos Professores Mariana Joffily & Ramalho Walderez:

Mapear e criticar as práticas de distorção histórica tem funções igualmente epistêmicas – distinguir histórias mais ou menos verdadeiras – e ético-políticas – desvendar e historicizar as motivações e as estratégias adotadas por esses empreendimentos. Estabelecer essa nuance não implica encastelar a historiografia especializada como se ela fosse a única forma legítima de narrar o passado. Trata-se, antes, de levar adiante a vocação crítica da historiografia academicamente orientada, expondo as manobras distorcionistas tanto para o público interno quanto para o público externo ao campo e contribuindo, desse modo, para capacitá-los para a identificação dessas manobras. A melhor maneira de proteger o conhecimento histórico não consiste em isolá-lo, mas em universalizá-lo.⁹⁵

Diante do exposto, cabe considerar válidas essas aproximações explicativas da manifestação da *Fake History* apresentadas, pois nuances da mesma dissonância histórica em tons diversos. Nesse diapasão, haverá tantos tipos classificatórios quanto forem os critérios elencados segundo a batuta analítica selecionada⁹⁶, dada a complexidade, dinamicidade e variedade desse fenômeno historicamente camaleônico.

⁹⁵ *Ibidem*, p.18-19.

⁹⁶ Isso ocorre, de resto, com os conceitos correlatos: “(...) Negacionismos diversos são coletividades-seitas distintas: existem aqueles que desafiam qualquer conhecimento estabelecido, outros tantos que são engenheiros e operários de bolhas negacionistas mais ou menos restritas, milhares de consumidores silenciosos de conteúdos e práticas de tais bolhas e, enfim, mas não finalmente, céticos inveterados, que duvidam de tudo, até do seu próprio ceticismo.”

SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: CEPE, 2022.

CAPÍTULO 2 – DA ANÁLISE DE CASOS ILUSTRATIVOS DE *FAKE HISTORY* À LUZ DO DIAGRAMA DOS 4 CÍRCULOS

Alguns casos selecionados exemplificarão o arrazoado do capítulo anterior para que possamos cotejá-los à luz da relação teoria-prática. O primeiro podemos chamar de “O Nariz da Androsfinge que cheira *fake*”, que será mais bem ilustrado pelo desenho abaixo:

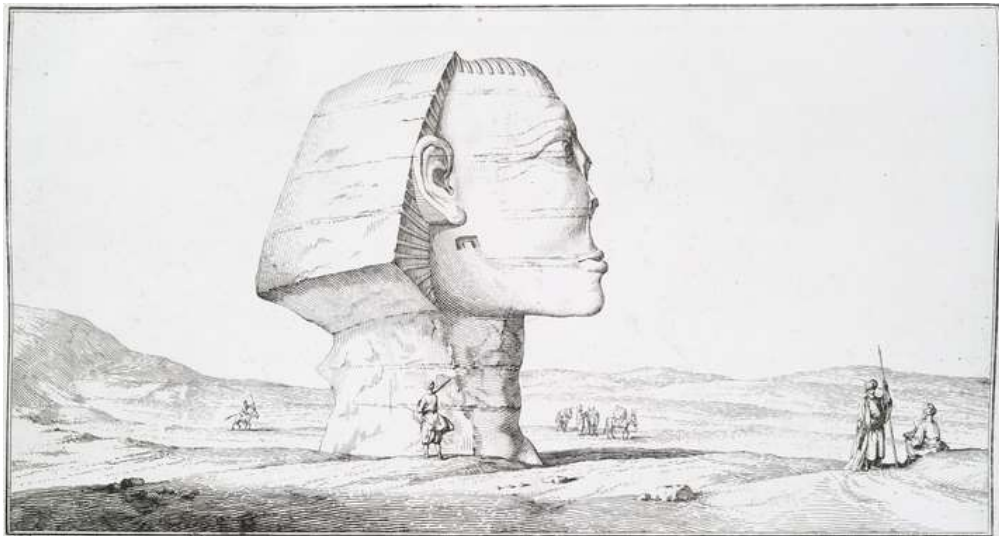


Figura 1 Representação da Esfinge de Gizé.

É patente para quem visita o planalto de Gisé, na margem oeste do Rio Nilo, nordeste da África, ou simplesmente observa essa icônica imagem bicentenária⁹⁷ da enorme escultura de uma cabeça humana com um turbante real voltada para o sol nascente, que lhe falta um prosaico... Nariz! Até hoje não se sabe ao certo como, quando e por qual motivo a erosão e/ou mutilação dessa protuberância se deu, mas é certo que isso aconteceu em determinado tempo e lugar. Ao longo das eras, fábulas foram criadas em torno desse evento e suas possíveis motivações. Uma delas é que alguns povos inimigos arrancaram o nariz da estátua, já que na antiguidade, isso simbolizava a perda da honra. Outra hipótese elencada vem do Dr. Siegmund Jakob Baumgarten que, em 1760, descreveu essa esfinge como “muito pouco ferida, exceto apenas que seu nariz está mutilado, provavelmente por muçulmanos, devido a

⁹⁷ *Profil de la tête colossale du Sphinx*, extraída da obra *Voyage d'Égypte et de Nubie* (1795), de Frédéric Louis Norden, que pode também ser encontrada neste acervo:

Disponível em: <<https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47d9-656a-a3d9-e040-e00a18064a99>>. Acesso em: 08/01/2025.

sua aversão às imagens”, de acordo com Teeuwisse.⁹⁸ Outra motivação aventada foi bem específica: “No século XV, o historiador al-Maqrīzī afirmou que Muhammad Sa’im al-Dahr tinha destruído o nariz em 1378 porque não suportava que os moradores locais fizessem oferendas à Esfinge.”⁹⁹ Contudo, o arqueólogo Mark Lehner, que mais recentemente estudou o dano à Esfinge, concluiu que isso aconteceu entre o terceiro e décimo século da Era Cristã, portanto em um período mais recuado que aquele das explicações anteriores.

Mas foi provavelmente da malograda (do ponto de vista bélico) *Campanha do Egito*, no final do séc. XVIII, que prosperou e sobreviveu uma lenda: Napoleão Bonaparte teria ordenado suas tropas a atirarem no nariz da Esfinge com tiros de canhão, porque lhe parecia “muito africano”, ao invés de europeu, dado o seu suposto viés xenófobo, branco, eurocêntrico e racista. Essa narrativa chegou até nossa era digital, compartilhada *online* por muita gente que a vê como evidência de um racismo estrutural tanto que, em 1995, um proeminente líder da *Nação do Islã* (NOI), Louis Farrakhan, proferiu isto¹⁰⁰ em seu aclamado discurso da *Marcha do Milhão de Homens*: “Ouçam (4x) ... A supremacia branca levou todos vocês (não vocês todos, alguns caras brancos), a tentar reescrever a História, a nos apagar. A supremacia branca levou Napoleão a explodir o nariz da Esfinge porque isso te lembra muito da majestade do homem negro...”¹⁰¹

Em síntese, e retomando algumas categorias engendradas no primeiro capítulo desta dissertação, temos um evento real (a mutilação das narinas da Esfinge), associado a um **fato histórico** (círculo I) consolidado (a *Campanha do Egito* de 1798-1801) e produzindo um **discurso sobre o passado com aparência e pretensão de ser verdadeiro** (círculo II), ao ligar um personagem histórico real, que esteve em uma região verdadeira, cometendo um ato logicamente possível com meios que dispunha (pois era militar e tinha a autoridade de um Imperador). Além disso, Farrakhan, líder bem-informado que era, impulsionou uma **adulteração intencional de evidências Históricas** (círculo IV) pois, a essa altura, já havia documentos conhecidos (como o desenho reproduzido no início deste capítulo, dentre outros) que comprovavam que a atribuição da danificação do nariz da Esfinge por Napoleão era não só anacrônica, mas virtualmente impossível. Essa manipulação das fontes era nitidamente **motivada pelo interesse na obtenção de algum benefício** (círculo III), facilmente deduzido

⁹⁸ TEEUWISSE, Jo Hedwig. *Fake history: 101 things that never happened*. London: Penguin Books, 2023. p. 18. [Tradução nossa.]

⁹⁹ *Ibidem*, p.18. [Tradução nossa]

¹⁰⁰ Talvez ecoando uma pergunta retórica do seu famoso antecessor, *Malcom X: ‘Quem te ensinou a odiar o formato do seu nariz?’* Vídeo disponível a partir de 0’12”. [Tradução nossa]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HwyTGI3-oh8>>. Acesso em 08/01/2025.

¹⁰¹ Confirma esse trecho a partir de 2h19’40” e o discurso na íntegra e no original na íntegra disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KUvUjvqSO6o&t=8946s>>. Acesso em 08/01/2025. [Tradução nossa]

no plural (poder político, religioso, dinheiro, fama) a fim de promover uma agenda cara a seu público cativo:

... [Esse] mito é usado para fazer uma afirmação sobre o racismo, o que, claro, transforma o que antes era um conto inofensivo em algo muito mais prejudicial. Ironicamente, a *Nação do Islã* e Farrakhan são acusados de intolerância para com judeus, LGBTQ+ e pessoas brancas, e são conhecidos por teorias de conspiração extravagantes. Embora não sejam responsáveis pela alegação, eles desempenham um papel importante na sua persistente popularidade.¹⁰²

Por mais abjeto que seja o racismo (e de fato o é!), e por mais nobre que seja a luta contra ele, não é ético apropriar-se de um passado mal representado para promovê-la, pois isso é *fake*. *Fake History*. Há outros casos¹⁰³ mais complexos que vamos tentar abordar à frente.

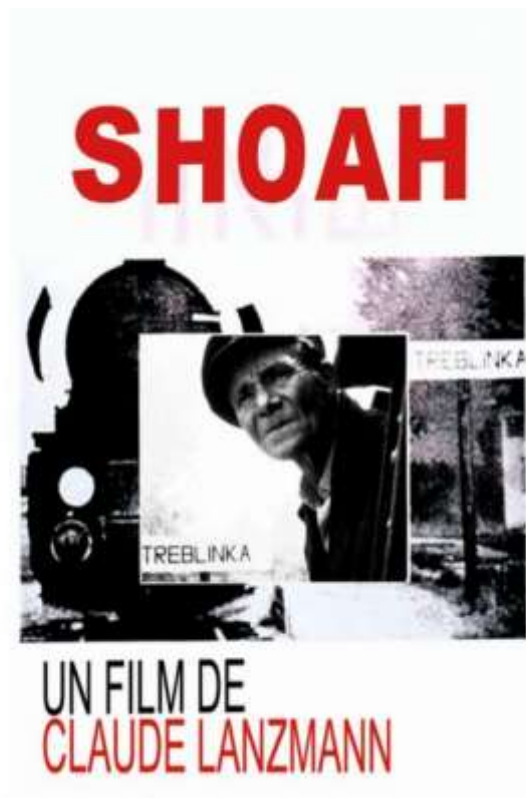


Figura 2 Cartaz do documentário *Shoah* (1985), de Claude Lanzmann, obra fundamental para a preservação da memória do Holocausto.

Um caso icônico sobejamente documentado e comentado refere-se às falsas alegações acerca do Holocausto judeu durante a 2ª Guerra Mundial. Sem adentrar profundamente nesse

¹⁰² TEEUWISSE, Jo Hedwig. *op. cit.*, p. 17. [Tradução nossa.]

¹⁰³ O próximo será introduzido pelo cartaz do filme *Shoa*, que já foi registrado pela UNESCO para fazer parte do acervo “*Memória do Mundo*”. Disponível em: <<https://unesco.delegfrance.org/La-candidature-franco-allemande-du-film-de-Claude-Lanzmann-Shoah-au-Registre-5387>>. Acesso em: 07/09/2025.

temário, analisaremos um julgamento emblemático à luz de três historiadores prolíficos. Nosso primeiro personagem desse trio e, de longe, o mais controverso é:

David Irving, negacionista do Holocausto, falou ao lado de outros teóricos da conspiração antissemitas em uma reunião secreta¹⁰⁴ do Fórum “neonazista e supremacista branco” de Londres, onde foi alegado que Auschwitz é “como a Disneylândia”¹⁰⁵ e que o Holocausto foi “fofoca”, “propaganda” e um “rumor”, pode revelar o *The Independent*. Irving, cuja derrota num julgamento por difamação é dramatizada no blockbuster *Denial*,¹⁰⁶ de 2017, começou por elogiar os organizadores por garantirem que havia “apenas rostos brancos na audiência”. Outros palestrantes contaram piadas antissemitas e referências codificadas a Adolf Hitler para uma multidão receptiva de cerca de 100 pessoas na reunião, que contou com a presença de um repórter disfarçado.¹⁰⁷

Essas alegações estapafúrdias, do ponto de vista historiográfico, do autoproclamado historiador britânico e seus apoiadores, vinham sendo investigadas há muito por Deborah Lipstadt, nossa segunda personagem mencionada de passagem no capítulo anterior, a historiadora judia estadunidense que descortinou seu *modus operandi*:

Irving é o porta-voz mais perigoso da negação do Holocausto. Familiarizado com as evidências históricas, ele as distorce até as conformarem com suas tendências ideológicas e agenda política. Um homem que está convencido de que o grande declínio da Grã-Bretanha foi acelerado pela sua decisão de entrar em guerra com a Alemanha, é muito fácil para ele recolher informações precisas e moldá-las para confirmar as suas próprias conclusões. (...) Ele exige “prova documental absoluta” quando se trata de provar a culpa dos alemães, mas baseia-se em provas altamente circunstanciais para condenar os Aliados. Esta é uma descrição precisa não só das táticas de Irving, mas também daquelas dos negacionistas em geral.¹⁰⁸

Como se sabe, pela contundente acusação acima, além de outras, houve um julgamento por suposta calúnia, movida por David Irving contra a *Penguin Books*, a editora do livro de Lipstadt referenciado nas notas, sendo esta o verdadeiro alvo da ação. O autor da lide saiu na *pole position*, por assim dizer, pois moveu o processo por difamação num tribunal britânico onde o ônus da prova recai sobre os réus, diferentemente dos EUA e do Brasil. A defesa dos réus (Lipstadt & Penguin) arrolou várias testemunhas e *experts*, entre os mais

¹⁰⁴ Outra reunião clandestina — desta vez em Nova York — foi realizada, gravada e posteriormente desbaratada. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YhCbHZPwEEQ&t=2s>>. Acesso em 13/01/2025.

¹⁰⁵ Trata-se da repetição dessa analogia absurda e infeliz, gravada um mês após o célebre julgamento, que pode ser conferida (aos 18’17”). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JF4GFGMNm3g>>. Acesso em 13/01/2025.

¹⁰⁶ Vídeo disponível [com legendas] em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GZAafF4r-xY>>. Acesso em: 13/01/2025.

¹⁰⁷ Reportagem na íntegra e no original [Tradução nossa] disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/david-irving-holocaust-denial-neo-nazi-alt-right-london-forum-meeting-auschwitz-hitler-revisionist-a7719291.html>>. Acesso em: 13/01/2025.

¹⁰⁸ LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*. Penguin, 1994, p.181 (*Kindle edition*). [Tradução nossa].

notáveis figurou o Prof. Richard J. Evans, nosso terceiro personagem, especialista em história da Alemanha e então Professor de História Moderna na *University of Cambridge*. Deste modo, o juiz Justice Gray descreveu a participação dele no julgamento, a quem chamou de protagonista, conforme consta no veredicto original disponível:

(...) Evans incluiu em seu longo relatório escrito múltiplos exemplos de como, em sua opinião, Irving retrata Hitler de uma maneira que está totalmente em desacordo com a evidência disponível. Ele citou várias ocasiões nas quais, segundo alegou, Irving distorceu o registro histórico de uma forma ou de outra; suprimiu evidências; fez uso acrítico de fontes não confiáveis e chegou a conclusões perversas e irracionais sobre eventos e documentos. Evans também chamou a atenção para ocasiões em que Irving escreveu em termos inadequadamente lisonjeiros sobre Hitler.¹⁰⁹

Em suma, para esse caso, temos um evento real (o julgamento em tela), que se debruça sobre um **fato histórico** (círculo I) determinado (a *Shoah*¹¹⁰), produzindo um **discurso sobre o passado com aparência e pretensão de ser verdadeiro** (círculo II) pois, ao assumir a identidade de um historiador, David Irving mimetiza seus métodos e a própria característica revisionista inerente ao ofício praticando, no entanto, o tipo de *revisionismo ideológico* mencionado no primeiro capítulo deste trabalho. Ao fazê-lo **motivado pelo interesse na obtenção de algum benefício** (círculo III), a saber, notoriedade e recursos financeiros (seriamente diminuídos após a publicação da obra de Lipstadt em questão, o que desencorajou muitas editoras a publicarem seus escritos, daí uma das principais causas da controvérsia judicial), Irving promovia sua cruzada para reabilitar a imagem do *III Reich* e suas lideranças, alimentando grupos neonazistas extremistas, ainda que disfarçados:

As evidências apoiam a afirmação de que Irving se associou a várias organizações de extrema direita nos EUA. Ele tem uma relação estreita e de longa data com o *Institute of Historical Review* (...). É uma organização declaradamente revisionista cuja membresia inclui, sem dúvida, muitos da extrema direita. Irving concordou que a membresia do IHR inclui “antissemitas malucos”.¹¹¹

Ficou estabelecido de forma inequívoca, durante o julgamento, que o litigante – figura polêmica no cenário historiográfico – cometeu **adultrações intencionais em evidências históricas** (círculo IV), em larga escala, afastando qualquer presunção de inocência, erro circunstancial, ignorância sincera ou mera ingenuidade:

¹⁰⁹ Sentença judicial disponível na íntegra em: <<https://phdn.org/archives/www.david-irving.de/docs/irvingjudgment.pdf>>. p. 32. [Tradução nossa]. Acesso em: 15/01/2025

¹¹⁰ “(...) Em face da *Shoah*, a historiografia não poderia pender nem para o relativismo nem para o dogmatismo dito positivista. Destarte, o historiador e a escrita de sua representação contribuem para que a realidade do passado traumático não seja relativizada em sua existência, que não pode deixar de ter-sido (GAGNEBIN, 2011).”

MENDES, *op. cit.*, p.103.

¹¹¹ LIPSTADT, *op. cit.*, p.316 [Tradução nossa]

O exame detalhado desses documentos por Evans revela, segundo ele afirmou, falsificação consistente do registro histórico por parte de Irving. Evans, em seu depoimento oral, não recuou à visão expressa a opinião de que o que ele descreveu como “erros flagrantes” de Irving foram calculados e deliberados. Ele concedeu que qualquer um pudesse cometer erros, mas apontou (assim como fez Browning) que, onde todos esses considerados erros visam inocentar Hitler, a inferência natural é de que a falsificação dos registros foi intencional. Evans, em seu depoimento oral, não recuou à visão expressa em seu relatório escrito de que Irving não merece ser chamado de historiador.¹¹²

Nada mais apropriado, para um pseudo-historiador como esse, seja lá qualquer que seja a gradação de deturpação empregada, que produzir falsa história (*Fake History*). Nosso próximo – e último caso ilustrativo – saiu do ostracismo étnico/nacional à recepção internacional¹¹³:



Figura 3 Cine-debate sobre o Holodomor (1932-1933),

genocídio que vitimou milhões de ucranianos durante o regime soviético.

Ele já tem verbete na *Internet Encyclopedia of Ukraine*, e será através de um trecho traduzido dele que nos será aqui apresentado:

Fome-Genocídio de 1932–3 (Голодомор; Holodomor). A morte por fome de cerca de quatro milhões de pessoas, principalmente camponeses de etnia ucraniana, numa fome na Ucrânia soviética causada pelas políticas e ações autorizadas por Joseph Stalin e outros líderes do partido bolchevique e do governo da URSS. Embora os ucranianos que viviam fora da União Soviética reconhecessem essa fome como uma grande tragédia nacional já em 1933, a discussão sobre ela foi **proibida** na URSS e ali **negada** até finais

¹¹² IRVING JUDGEMENT, *op. cit.* p.33 [tradução nossa].

¹¹³ A imagem seguinte trata-se de um cartaz de um evento no qual foi projetado o documentário *Hunger for Truth* (2018), seguido de debate, disponível em: <<https://berlin.bard.edu/news/events/the-holodomor-1932-33-the-trauma-revived-film-screening-and-qa>>. Acesso em 07/09/2025.

de 1987. A fome também foi largamente negligenciada como tema de estudo por acadêmicos de todo o mundo até a década de 1980. (...) ela também ficou conhecida como *Holodomor* (de *moryty holodom* ‘causar sofrimento e morte através da fome’). “Grande Fome”, “fome artificial” e “fome organizada” foram usados nos círculos da **diáspora ucraniana**¹¹⁴ antes de “Holodomor” se tornar o termo aceito na maior parte do mundo.¹¹⁵

A primeira menção que tivemos notícia sobre esse desse acontecimento histórico ocorreu há menos de uma década, quando nos deparamos de forma fortuita com o documentário *The Soviet Story*, de Edvīns Šnore, encontrado em um canal de Ensino de Geografia¹¹⁶. Naquela ocasião, estávamos pesquisando vídeos alusivos ao período conhecido como o *Entre Guerras* (1918-1939), para enriquecer nossas aulas de História na Educação Básica (Ensino Médio). Além das fortes imagens do filme do cineasta letão que assistimos estupefatos, o então desconhecimento de dois fatos históricos mencionados no filme, mesmo considerando nossa formação em História, nos deixou perplexos: o *Pacto Molotov-Ribbentrop* (que tinha uma parte secreta e que teve o impacto de ajudar a precipitar o segundo conflito mundial)¹¹⁷ e a *Holodomor*. Recorremos às anotações e a nossa memória estudantil básica e universitária a fim de (re)lembrar qualquer menção a esses relevantes fatos nas aulas de História e, sequer nas pós-graduações, recuperamos alguma alusão. Tal constatação ajuda a explicar, em parte, a lamentável lacuna na nossa formação acadêmica na longínqua *Era Pré-Internet*. Atualmente, com a persistência da Guerra Rússia-Ucrânia (eclodida em 2022), há um recrudescimento do interesse, sobretudo na *Holodomor* e a polêmica está conflagrada na

¹¹⁴“(...) a liderança da Igreja Ortodoxa Ucraniana nos EUA manteve uma forte ligação emocional com os acontecimentos na Ucrânia e sentiu a obrigação moral de tentar ajudar os seus ‘irmãos’ na ‘Grande Ucrânia’ (Ucrânia Central e Oriental) através de orações, doações, e campanhas de informação. Eles viam a fome como um aspecto do ataque bolchevique à cultura ucraniana, à espiritualidade e à nação política ucraniana e viviam na expectativa do dia em que o regime soviético, ‘moscovita’, que tinha sido violentamente imposto à Ucrânia a partir do exterior e, de acordo com as suas informações, era resistido por todos os principais grupos sociais ucranianos, cairia. Apelaram à unidade, dentro da diáspora, e à solidariedade com os ucranianos sob o domínio soviético (e polaco) como uma pré-condição necessária para alcançar esse fim.”

HOLODOMOR.CA. *Ukraine’s famine as reflected on the pages of Dnipro (1931–40)*. Disponível em: <<https://holodomor.ca/resource/ukraines-famine-as-reflected-on-the-pages-of-dnipro-1931-40/>>. Acesso em: 17/01/2025. [Tradução nossa]

¹¹⁵ ENCYCLOPEDIA OF UKRAINE. *Famine-Genocide of 1932–33*. Disponível em: <<https://www.encyclopediaofukraine.com/display.asp?linkpath=pages%5CF%5CA%5CFamine6Genocideof1932hD73.htm>>. Acesso em: 17/01/2025. [Tradução e grifos nossos].

¹¹⁶ A produção cinematográfica contém certas citações controversas que não teremos ocasião de analisar aqui. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_e_gLw860U&rco=1>. Acesso em: 18/01/2025.

¹¹⁷ “O Pacto Germano-Soviético foi um acordo assinado pela Alemanha nazista e pela União Soviética no dia 23 de agosto de 1939. Ele foi negociado pelo ministro de relações exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, e pelo ministro de relações exteriores soviético, Vyacheslav Molotov. Popularmente chamado de Pacto Nazi-Soviético (...), também é conhecido como Pacto Hitler-Stalin. (...) Com o Pacto Molotov-Ribbentrop em vigor, a Alemanha atacou a Polônia em 1º de setembro de 1939 sem receio de uma intervenção soviética. Em 3 de setembro de 1939, a Grã-Bretanha e a França, que haviam garantido a proteção das fronteiras da Polônia cinco meses antes, declararam guerra contra a Alemanha. Apenas duas semanas depois, em 17 de setembro, a União Soviética invadiu a Polônia pelo leste. Tais eventos marcaram o início da Segunda Guerra Mundial.”

O verbete completo está disponível em: <<https://encyclopedia.usmmm.org/content/pt-br/article/german-soviet-pact>>. Acesso em: 18/01/2025.

rede mundial de computadores, inclusive no Brasil. Alguns comentários abaixo, extraídos de uma transmissão de um dos vários canais que abordaram o assunto, ilustram bem essa lacuna, e não teríamos dificuldade em nos identificar com a maioria desses relatos (sic):

- “terminei o ensino médio em 2021 e só fui saber sobre holodomor quando me tornei autodidata”;
- “Na faculdade também não”;
- “Nunca me ensinaram o Holodomor na escola. Eu só fui aprender aos 35 anos ao viajar para o exterior, conversar com as pessoas e ver monumentos às vítimas do Holodomor.”
- “Sou ucraniana e meus avós sobreviventes de Holodomor. Minha vovó tinha 10 anos na época e ela lembrava muito bem como foi isso. Como absolutamente toda comida foi retirada da casa deles, como eles sofreram durante inverno e primavera! Até último dia dela ela estocava comida com medo de passar por isso de novo”.¹¹⁸

O apagão escolar exemplificado nas nossas experiências e nas de outrem acima não deve passar despercebido ao olhar atento de um historiador-detetive até porque, segundo alguns teóricos da análise do discurso, como a Prof^a Eni Puccinelli Orlandi, cuja fala tivemos o privilégio de escutá-la silenciosa e atentamente, “(...) o silêncio, por si só, significa, ou seja, o silêncio não fala, ele significa.”¹¹⁹ Nessa perspectiva, ao contrário do que sugere o senso comum, “Quem cala, consente”, qual é o significado da pouca atenção que se dá a um fato histórico de tamanha monta (*The Soviet Story* menciona cerca de 7 milhões¹²⁰ de mortos em 1 ano de Holodomor!), se levarmos em conta a enorme (e merecida!) publicidade que se dá até hoje a outro fato contemporâneo, o Holocausto (6 milhões de mortos), apesar de seus detratores, como analisamos? A nosso ver, trata-se de outra modalidade de *Fake History* que achamos por bem denominá-la de “negacionismo silenciário”, pois nem sempre combate diretamente o fato histórico em si, mas abandona-o, de forma injustificada mesmo quando convém abordá-lo, ao ostracismo (como se fosse de somenos relevância) e ao esquecimento intencional como se isso, por si só, fosse capaz de anular dos anais da História acontecimentos

¹¹⁸ YOUTUBE. Comentários dos usuários no vídeo: *O Holodomor é um MITO? O "Argumento" dos Negacionistas da Fome Comunista na Ucrânia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DBho_s6JYCc&t=300s>. Acesso em: 18/01/2025

¹¹⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Efeitos do verbal sobre o não-verbal*. Rua, Campinas, n. 1, p. 35-47, 1995. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/download/8638914/6517/>>. Acesso em: 20/01/2025.

¹²⁰ Há estimativas ainda mais superlativas, como aquelas providas pelo Cel. Fernando Montenegro, analista político da CNN Portugal: “Há antigos ressentimentos. Isso ocorre em razão das atrocidades cometidas pelos russos em diversos momentos da História. A Ucrânia fez parte do império russo, depois teve um breve período de independência. Mas logo foi ocupada pelo Exército Vermelho [da extinta União Soviética]. Os ucranianos foram proibidos de falar o próprio idioma. Também houve o *Holodomor*, que **matou entre 7 e 10 milhões de ucranianos pela fome**. Em dois anos (1932/1933), os russos mataram de fome na Ucrânia mais cidadãos do que os nazistas eliminaram nos campos de concentração.”

MONTENEGRO, Fernando. Entrevista. *Revista Oeste*. Disponível em: <<https://revistaouest.com/revista/edicao-113/a-guerra-na-ucrania-interessa-aos-estados-unidos/>>. Acesso em: 12/01/2025.

constrangedores demais para serem silenciados, mesmo que por consensos periódicos de grupos de Historiadores. No que tange ao ensino dessa história, ainda há muito trabalho pela frente:

(...) **a história da fome de 1932-33 não foi ensinada.** Em vez disso, entre 1933 e 1991 a URSS simplesmente se recusou a reconhecer que alguma vez tivesse havido qualquer tipo de fome. O Estado soviético destruiu arquivos locais, certificou-se de que os registros de mortes não se referissem à fome, e chegou a alterar os dados de recenseamentos disponíveis publicamente a fim de esconder o que ocorrera. Enquanto existiu a URSS, não foi possível escrever uma história totalmente documentada da fome e da repressão a ela associada.¹²¹

Há que se esclarecer, desde o início, que a fome mencionada envolveu fenômenos climáticos cíclicos, técnicas agrícolas rudimentares e não se restringiu geograficamente à região ucraniana, embora nela os desdobramentos fossem mais agudos, mas se estendeu pela extensão da URSS que substituiu um Estado imperial autoritário por um novo regime autocrático¹²². Para o historiador Eric Hobsbawm¹²³, é inegável que a condução econômica nesse período fora ineficiente e uma das principais causas da severa escassez de vitualhas:

Os camponeses — a maioria da população — (...) não apenas eram mais taxados e recebiam menos seguridade, como a política agrícola básica que substituiu a NEP¹²⁴, ou seja, coletivização compulsória em fazendas cooperativas ou estatais, foi e continuou sendo desastrosa. Seu efeito imediato foi baixar a produção de grãos e quase reduzir à metade o gado, **com isso produzindo uma grande fome em 1932-3.** A coletivização levou a uma queda na já baixa produtividade da agricultura russa (...). Não fosse um leve relaxamento do sistema coletivo, que permitiu aos camponeses produzir para o mercado em pequenos lotes privados de terra — cobriam 4% da área cultivada em 1938 —, e o consumidor soviético teria comido pouco mais que pão preto. Em suma, a URSS trocou uma agricultura camponesa ineficiente por uma agricultura coletiva ineficiente, a um custo imenso.¹²⁵

Como contextualização desse período soviético, consultamos 19 livros didáticos de História, com diversos autores, níveis de ensino da Educação Básica (do Fundamental ao

¹²¹ APPLEBAUM, Anne. *A fome vermelha: a guerra de Stalin na Ucrânia*. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 21.

¹²² Essa simples – e verdadeira – afirmação pode tocar nos brios políticos-ideológicos de alguns que ainda nutrem uma devoção inamovível pela, quiçá, 1ª experiência socialista em larga escala da história. A historiografia ética e séria não pode ceder a esse tipo de capricho, por assim dizer, sob pena de se isolar em um gueto ideológico cômodo e sectário demais: “(...) **é importante que se combata o negacionismo de qualquer orientação ideológica.** Todo cidadão comprometido com a democracia, não apenas o cientista ou o historiador, deve se informar corretamente e combater o negacionismo científico e historiográfico.”

Dicionário dos negacionismos no Brasil [organização José Szwako, José Luiz Ratton], *op.cit.*, p. 388.

¹²³ HOBBSAWM, Eric. Marxista, filiado ao Partido Comunista Inglês desde a juventude, era conhecido como pró-URSS.

¹²⁴ NEP - Nova Política Econômica implementada por Vladimir Lênin. Para uma explicação sucinta, ver: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/nep.htm>>. Acesso em: 20/01/2025.

¹²⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 297.

Ensino Médio) e várias editoras. Nenhum desses autores teria dificuldade em subscrever, de uma forma ou de outra, os seguintes traços do regime, elencados em um deles:

(...) Stalin implantou na Rússia uma ditadura sangrenta, conhecida como **stalinismo** e que possuía as seguintes características:

- a) sistema de partido único (não se admitia oposição);
- b) opressão às nacionalidades (todos os povos não russos que habitavam a URSS eram obrigados a falar o russo, abandonar seus costumes e aderir ao ideário stalinista);
- c) burocratização do Estado (os funcionários do governo stalinista formavam uma “classe” com poderes e privilégios que outros cidadãos não tinham);
- d) promoção de julgamentos forjados (os adversários políticos eram torturados e forçados a se confessar “traidores da pátria” e, a seguir, eram executados ou mandados para campos de trabalho forçado – os *gulags* –, como os existentes na Sibéria). Muitos revolucionários de 1917 foram vítimas dos julgamentos forjados (os “expurgos de Moscou”);
- e) supressão, pelo terror, da liberdade de imprensa; muitos artistas, cientistas, pensadores e políticos, a exemplo de Trotsky, foram perseguidos e mortos.¹²⁶

Em outra coleção, que se propôs justamente a adotar uma abordagem crítica da História desde o título, é possível começar a entrever algumas das principais causas que resultaram na enorme escassez de víveres¹²⁷ que vimos mencionando até aqui:

Em vez de um trabalho paciente de conscientização e estímulo econômico, Stálin resolveu coletivizar na marra. Enviou soldados para o campo e obrigou os camponeses a formar *kolkhozes*. Foi uma tragédia. Os camponeses preferiam queimar a plantação e matar o gado a obedecer a ordem dos burocratas de Moscou. Então, muitos deles foram presos e fuzilados. Os camponeses abastados, os *kúlacs*, fazendeiros prósperos com meia dúzia de empregados, foram severamente reprimidos. Considerados inimigos do socialismo, milhares acabaram fuzilados. O resultado foi a queda vertiginosa da produção agrícola. Toda a história da URSS foi de dificuldades na agricultura. A coletivização do campo foi uma amostra terrível dos métodos stalinistas: o dogmatismo, a imposição brutal de uma visão de mundo, o ódio a todos os que discordavam. (...) Embora o terror do Gúlag tenha sido típico de apenas uma fase da história soviética – o tempo de Stálin – marcaria definitivamente a memória do socialismo no mundo. Stálin mostrou-se implacável com seus adversários políticos, até mesmo os marxistas. (...) O comunista mais sincero que criticasse Stálin era

¹²⁶ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade & cidadania*. São Paulo: FTD, 2016. Ensino Médio, vol. 3, p. 46.

¹²⁷ Até o Papa anterior, Francisco I, entrou nessa celeuma ao reconhecer a responsabilidade inequívoca do mandatário de então: “(...) Este sábado marca o aniversário do terrível genocídio do Holodomor, o extermínio pela fome em 1932-33 causado artificialmente por Stalin. Rezemos pelas vítimas deste genocídio e rezemos por tantos ucranianos, crianças, mulheres e idosos, crianças, que hoje sofrem o martírio da agressão. (...) Em março de 2008, o Parlamento da Ucrânia e dezenove nações independentes reconheceram as ações do governo soviético na Ucrânia do início dos anos 1930 como atos de genocídio. Uma declaração conjunta da ONU de 2003 definiu essa carestia como resultado de políticas e ações ‘cruéis’ que resultaram na morte de milhões. Em 23 de outubro de 2008, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual reconheceu o Holodomor como um crime contra a humanidade.”

PAPA FRANCISCO. *Declaração oficial sobre o Holodomor*. *Vatican News*, 2022. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-11/papa-francisco-audiencia-geral-ucrania-paz-holodomor.html>>. Acesso em: 12/01/2025.

considerado “inimigo do povo”. Essa foi uma das maiores contradições da URSS: *nenhum país perseguiu tantos comunistas como a URSS de Stálin!*¹²⁸

É sintomático perceber que, mesmo com uma visão crítica do período soviético/stalinista, apenas dois livros, dentre os 19 analisados¹²⁹, mencionam *en passant* a crise alimentar da década de 1930, mesmo não usando o termo **Holodomor**. O primeiro vem da pena dos historiadores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos:

Revoltados pela perda de suas terras e por serem forçados a trabalhar nas fazendas do Estado, os *kulaks* mataram cerca de 45% do gado bovino e 70% do rebanho de carneiros e cabras de que eram proprietários. Como punição, milhões de camponeses, considerados *kulaks*, foram mandados para as regiões geladas da Sibéria. Em fins de 1935, 98% dos camponeses trabalhavam nas terras coletivizadas. Mas eles não tinham estímulos para produzir. O que ganhavam era muito pouco. O resultado imediato foi uma

¹²⁸ SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*. Ensino Médio, vol. único. São Paulo: Nova Geração, 2005. p. 512-513.

¹²⁹ Lista completa das coleções didáticas consultadas:

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a história*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Moderna, 2016.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *História: passado e presente – do século XX aos dias de hoje*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Ática, 2017.

BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. *História: de olho no mundo do trabalho*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade & cidadania*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: FTD, 2016.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Moderna, 2016.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. *História nos dias de hoje*. 9º ano. São Paulo: Leya, 2012.

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da história*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CAMPOS, Flavio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. *Oficina de história*. Volume 3. São Paulo: Leya, 2016.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. *História: vontade de saber*. 9º ano. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

MARINO, Denise Mattos; STAMPACCHIO, Léo. *História*. Coleção Link, 9º ano. São Paulo: IBEP, 2012.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. *História em debate*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. *História do mundo ocidental*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. *Contato história*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Quinteto, 2016.

PETTA, Nicolina Luiza de; OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. *História: uma abordagem integrada*. Volume único. São Paulo: Moderna, 1999.

SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da história*. Volume 3. São Paulo: Edições Escala Educacional S/A, 2010.

SCHMIDT, Mario. *Nova história crítica*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: Nova Geração, 2005.

VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. 3º ano do Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2016.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Olhares da história: Brasil e mundo*. Volume 3, Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2016.

queda brusca da produção agrícola, que não se recuperou. *Em 1932 e 1933, a URSS enfrentou uma nova onda de fome.*¹³⁰

O segundo é apresentado pelos historiadores Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira que, além de citar a mortandade famélica explicitamente, aborda as famigeradas farsas narrativas e imagéticas do “Czar Vermelho”, além de relativizar o poder transformador da ampliada e massificada educação stalinista:

O líder soviético não apenas inventou sua biografia, mas também procurou adulterar a história do país. Nos relatos sobre a Revolução Russa, descritos na *Grande Enciclopédia Soviética*, sua participação foi destacada e a de seus rivais, como Trótsky, apagada ou transformada em atuação contrarrevolucionária. O regime stalinista chegou até a adulterar fotos e outros documentos, numa tentativa de apagar dos registros históricos a presença dos opositores. (...) Stalin investiu pesadamente na **alfabetização em massa**, alcançando resultados impressionantes em poucos anos. Porém, *a educação stalinista visava criar técnicos, não cidadãos. Os alunos não eram preparados para pensar criticamente, e sim apenas para ser engrenagens de um sistema, crescendo isolados do mundo e doutrinados desde crianças para se sacrificar pelo Estado e por seu líder.* (...) Entre 1930 e 1931, milhões de camponeses foram assassinados, presos ou deportados para campos de trabalho forçado. A produtividade agrícola caiu pela metade e cerca de **10 milhões de pessoas morreram durante o período da grande fome (1932-1933).**¹³¹

Essa última afirmação amplia ainda mais a extensão dessa tragédia humana. Na perspectiva de alguns historiadores, esses números foram superdimensionados com propósitos também políticos:

A coletivização das terras de maneira forçada gerou grande onda repressiva. Críticos do regime eram condenados como “inimigos do povo”, em processos cujas provas eram fabricadas, e os mais elementares direitos eram desrespeitados. Nos gulagui, campos de reeducação com trabalhos forçados, morreram mais de 8 milhões de pessoas. Trotski, que vivia exilado no México, foi assassinado por um agente de Stalin, em 1940. (...) Alguns historiadores discordam desses dados, *alegando que o número de mortos foi inflado por pesquisadores anticomunistas. É inegável, contudo, que houve grande repressão durante o governo de Stalin.*¹³²

Diante disso, é patente que a questão da discrepância numérica para eventos dessa monta não pode ser ignorada, tampouco instrumentalizada para inviabilizar a discussão em questão, em uma tentativa de “jogar o bebê com a banheira e tudo” apenas porque não há dados absolutamente exatos acerca do acontecimento, como ocorre, aliás, na maioria das

¹³⁰ VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. *História* (3º ano do Ensino Médio). São Paulo: Saraiva, 2016, p. 59 [Grifos nossos].

¹³¹ ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a história: ensino médio, 3*. São Paulo: Moderna, 2016. p. 92-93. [Grifos nossos].

¹³² MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. *História em debate: ensino médio, 3*. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. p. 57.

guerras, revoluções, genocídios, etc. Assim, adotamos aqui, de forma análoga e comparativa para o caso do Holodomor, o mesmo raciocínio de Hobsbawm acerca da contabilidade das vítimas atribuível ao *Shoah*:

De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza tão astronômicas? Seria menor o horror do holocausto se os historiadores concluíssem que exterminou não 6 milhões (estimativa original por cima, e quase certamente exagerada), mas 5 ou mesmo 4 milhões? E se os novecentos dias de sítio alemão a Leningrado (1941-4) mataram 1 milhão ou apenas três quartos ou meio milhão de fome e exaustão? Na verdade, podemos realmente *apreender* números além da realidade aberta à intuição física?¹³³

Além da querela estatística, há muitas outras questões controversas em torno desse complexo fato histórico que, mesmo não sendo nosso objeto de estudo principal, merecerá aqui mais espaço que os demais casos justamente por ter sido o mais silenciado há muitas décadas. Ainda assim, pode-se dizer que, do lado dos detratores da **Holodomor**, há aqueles que a negam, classificando-a como mito. Uma das obras mais afamadas, nessa perspectiva, é o livro *Fraud, Famine and Fascism – The Ukrainian Genocide Myth from Hitler to Harvard*¹³⁴, dos anos 80 do século passado que, até hoje, é muito citada por blogueiros e *youtubers* pró-soviéticos que advogam no interesse do stalinismo. Talvez o maior trunfo desse autor¹³⁵, um sindicalista e fotógrafo canadense, foram demonstrar que várias fotos usadas por aquilo que ele denomina “propagandistas ocidentais / nazistas” eram, na realidade, relativas à fome soviética da década anterior, de 1920.

Entre os defensores da tese do **Holodomor**, há vasta bibliografia sustentada por ampla documentação. Um dos autores que se destacam nesse grupo é o jornalista galês Gareth Jones, que foi secretário particular do Primeiro Ministro Britânico David Lloyd George. Ele foi 3 vezes à URSS nesse período, por onde viajou a pé, pois falava russo fluentemente, e foi uma das primeiras testemunhas oculares a denunciar ao mundo os horrores do que mais tarde ficou conhecido como **Holodomor**. Uma seleção de 40 textos e reportagens de Jones foi traduzida para o Português e compilada no livro *Fome na Ucrânia – Os relatos do Front do*

¹³³ HOBBSAWM, Eric. *op. cit.*, p. 41.

¹³⁴ TOTTLE, Douglas. *Fraud, Famine and Fascism: The Ukrainian Genocide Myth from Hitler to Harvard*. Toronto: Progress Books, 1987.

¹³⁵ Em 1988, a Comissão Internacional de Inquérito sobre a Fome de 1932–33 na Ucrânia foi criada para apurar se a fome realmente ocorreu. Tottle teria sido convidado pela comissão para comparecer às audiências, mas não respondeu. Seu livro *Fraud, Famine and Fascism* foi examinado durante uma das sessões da comissão em Bruxelas, realizada entre os dias 23 e 27 de maio de 1988, com depoimentos de diversas testemunhas especializadas no tema. De acordo com o presidente da comissão, Jacob Sundberg, constatou-se que Tottle provavelmente contou com a assistência de autoridades soviéticas na produção do material incluído em seu livro. DOUGLAS TOTTLE. *Fraud, Famine and Fascism*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Douglas_Tottle>. Acesso em: 13/03/2025.

Holodomor.¹³⁶ Outra obra recente que evidencia o crescimento editorial dessa vertente é o livro de uma jornalista estadunidense também russófona, Anne Applebaum, já citada, correspondente da revista *The Economist*, que fez uma extensa revisão do que havia sido escrito até então com novas fontes.

Outra questão controversa relacionada à caracterização do *Holodomor* é a sua adequabilidade ou não ao conceito de **genocídio**. O vocábulo em si tem sua etimologia composta pelos termos: "gênero" (do grego *genos*, γένος), que significa "raça", "povo", "tribo", "linhagem" + "-cídio" (do latim *-cidium*, de *caedere*), que significa "matar", "assassinato". Foi cunhado pelo jurista Raphael Lemkin, que era judeu polonês, no crepúsculo da segunda grande guerra (em 1944), ainda sob profunda comoção provocada pelo *Shoa*. Ele, que chegou a participar dos julgamentos de Nuremberg (1945-1946), advogou insistentemente (e logrou!) estabelecer seu neologismo como crime internacional, pouco antes da publicação da famosa *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), através da **Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio**:

O artigo 2º desta Convenção define o Genocídio como segue: ‘por Genocídio entende-se qualquer um dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no seu todo, ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Extermínio de membros do grupo.
- b) Atentado grave contra a integridade física ou mental dos membros do grupo.
- c) Submissão intencional do grupo a condições de existência tendentes a provocar sua destruição física, total ou parcial.
- d) Medidas tendentes a impedir os nascimentos no âmbito do grupo.
- e) Transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo.¹³⁷

Embora essa Convenção tenha representado um marco jurídico-civilizatório de grande relevância, sofreu críticas desde o seu nascedouro, seja por limitar demais o conceito, seja pela abrangência e repercussão que obscureceu outras formas atroz de extermínio, seja “olvidando-se” de outros grupos, categorias e até de indivíduos.¹³⁸

Uma crítica contundente, nessa esteira, veio do historiador australiano Dirk Moses que argumenta que o conceito jurídico e político de genocídio, ao se concentrar apenas na destruição de grupos nacionais, é insuficiente e politicamente seletivo. Ele sustenta que o foco exclusivo em genocídio ofusca outras formas de violência em massa, muitas vezes praticadas

¹³⁶ JONES, Gareth. *Fome na Ucrânia: Os relatos do Front do Holodomor*. Avis Rara, 2022.

¹³⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v. 1. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 543-544.

¹³⁸ SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Discussão acadêmica virtual*. Apud: Debate sobre complexidades do tema. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=L42qYTzbFwo&t=7363s>>. Acesso em: 13/06/2025.

por Estados em nome da segurança permanente. Caracteriza, desse modo, o conceito de genocídio adotado na Convenção da ONU de 1948 como limitado, pois reconhece como genocidas apenas crimes cometidos com intenção de destruir grupos “nacionais, étnicos, raciais ou religiosos”, sem considerar matanças por razões políticas, sociais e econômicas, por exemplo, hierarquizando sofrimentos e naturalizando formas de violência sistêmica que não se encaixam na definição jurídica.¹³⁹

Também foi criticada a inefetividade dessa Convenção na dimensão interestatal, uma vez que o dispositivo não contém caráter cogente em si, vinculado à autoridade de um organismo supranacional (o que a ONU não representa plenamente), como de resto costuma ser no âmbito do Direito Internacional:

(...) focalizou-se a indeterminação da questão da penalidade deixada integralmente ao arbítrio dos Estados signatários. Foi também criticada a pretensão irreal na qual esta se baseia, isto é, que em presença de crimes como o de Genocídio, que não podem ser cometidos sem a anuência, a participação, instruções ou até a cumplicidade estatais, um Estado pode aceitar punir ou fazer punir aqueles que agiram de acordo com as suas instruções superiores ou valendo-se de sua aquiescência.¹⁴⁰

Mesmo não destrinchando todas as limitações conceituais, políticas e/ou jurídicas desse ainda relevante dispositivo legal, interessa-nos, neste momento, a relação com o caso em análise. Com efeito, ele tem sido instrumentalizado com assiduidade para esse e outros acontecimentos:

O Holocausto tem sido chamado retroativamente de genocídio, desde a adoção da *Convenção do Genocídio* de 1948. Mais tarde, os massacres armênios de 1915-1917 também foram chamados de genocídio. E recentemente a Ucrânia lançou uma campanha para ter o **Holodomor** (a fome que, parcialmente como resultado do programa de coletivização de fazendas de Stalin, matou milhões de pessoas em 1932-1933) reconhecido como genocídio. Para cada um desses crimes, devido ao fato de eles serem rotulados de “genocídio”, debates acrimoniosos são constantes sobre o grau de premeditação pelos perpetradores, cujo resultado tem consequências consideráveis para qualquer avaliação moral deles.¹⁴¹

Engana-se, entretanto, quem supõe que essa relação é recente. Desde os primórdios da formulação da ideia de genocídio, essa adequação foi proposta por nada mais, nada menos, que o próprio criador do conceito, que estudou Direito na Universidade de Lviv, uma cidade polonesa-judia-ucraniana (que nos anos 20 do século passado se chamava *Lwów*). Já havia passado, pelo seu radar, esse tipo de atrocidade humana: “O ataque turco contra os armênios,

¹³⁹ MOSES, A. Dirk. *The Problem of Genocide: Permanent Security and the Language of Transgression*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. ISBN: 9781107103580.

¹⁴⁰ BOBBIO, *op. cit.*, p. 543–544.

¹⁴¹ BAETS, Antoon De. *O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História*. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 5, set. 2010, p. 92. [Grifos nossos].

‘assassinados pelo simples fato de serem cristãos’, motivou-o em particular a pensar mais profundamente sobre o Direito Internacional e a questionar como ele poderia ser empregado para impedir tais tragédias.”¹⁴² Assim, pode-se dizer que seu vínculo com este caso não é abstrato, mas de certa forma visceral:

Lemkin também foi o pai fundador dos estudos sobre genocídio, pois pesquisou e redigiu grande parte de uma história mundial do genocídio no final da década de 1940 e início da década de 1950. De fato, suas contribuições para a compreensão do fenômeno do genocídio integram o pensamento jurídico com a história e as ciências sociais de uma forma que continua a inspirar eruditos e estudantes. Para a nossa compreensão do Holodomor no contexto do genocídio, é importante acrescentar que sua trajetória também se cruzou com a história da Ucrânia e a fome ucraniana, sobre as quais ele escreveu e falou.¹⁴³

No caso concreto em tela, Lemkin não titubeou em nenhum momento quanto à adequação do conceito: “*Não é somente um caso de morte em massa. Trata-se de um genocídio, da destruição, não só de indivíduos, mas de uma cultura e de uma nação.*”¹⁴⁴ Ele prossegue em seu contundente discurso *Soviet Genocide in the Ukraine*, proferido em 1953, por ocasião do 20º aniversário do Holodomor, celebrado em Nova York:

Estas foram as principais etapas da destruição sistemática da nação ucraniana, da sua progressiva absorção no seio da nova nação soviética. É certo que não houve qualquer tentativa de aniquilamento total, à semelhança do método aplicado pelos alemães na perseguição aos judeus. No entanto, se o plano soviético acabar por ser totalmente bem sucedido, se a intelligentsia, os sacerdotes e os camponeses forem eliminados, então nesse caso a Ucrânia terá morrido como se todos os ucranianos tivessem sido mortos individualmente, porque terá perdido a componente que manteve e desenvolveu a sua cultura, as suas crenças, os seus ideais colectivos, que a guiou e lhe deu uma alma, em suma, aquilo que a fez ser uma nação em vez de um conjunto de pessoas.¹⁴⁵

Os acadêmicos que se atêm estritamente à “letra fria da lei” costumam empacar na questão da totalidade versus parcialidade, levantada por Lemkin como uma peculiaridade desse tipo de genocídio, e, por isso, deixam de reconhecê-lo como tal:

A Holodomor não se encaixava nesse critério. A fome ucraniana não teve o objetivo de eliminar todos os ucranianos vivos; ela também foi barrada, no verão de 1933, bem antes de poder devastar toda a nação. Apesar de Lemkin, mais tarde, argumentar e mesmo descrever a sovietação da Ucrânia como

¹⁴² APPLEBAUM, *op. cit.*, p. 478.

¹⁴³ NAIMARK, Norman M. *How the Holodomor can be integrated into our understanding of genocide. East/West: Journal of Ukrainian Studies*, v. 2, n. 1, 2015, p. 118. Disponível em: <https://www.ewjus.com/index.php/ewjus/article/view/115>. Acesso em: 11/06/2025. [Tradução nossa e Grifos nossos].

¹⁴⁴ LEMKIN, Raphael. *Soviet genocide in Ukraine*. Editado por Roman Serbyn; compilado por Olesia Stasiuk. Kyiv: Marko Melnyk Publishing House, 2020. p. 187. [Grifos nossos].

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.186.

“exemplo clássico de genocídio soviético”, é agora difícil categorizá-la, ou qualquer outro crime soviético, como tal no Direito Internacional.¹⁴⁶

Essa dificuldade se deve, em parte, ao fato de que os soviéticos participaram ativamente do Julgamento de Nuremberg e da redação dos artigos da Convenção da ONU, buscando evitar que seus próprios crimes fossem abrangidos pela definição proposta. Os russos, tanto no passado quanto no presente, têm obtido êxito em escapar da responsabilização criminal — postura que tem sido cada vez mais questionada em diversos países. A professora Francine Hirsch, historiadora da Universidade de Wisconsin-Madison, é uma das pesquisadoras que não hesita quanto à classificação do Holodomor como genocídio. Em entrevista à *BBC News Brasil*, ela afirma que:

Genocídio não significa necessariamente o assassinato de todos os ucranianos. Estamos vendo uma campanha para eliminar, esmagar ou diminuir a identidade e a nação ucraniana. Estamos vendo incitação ao genocídio pelos políticos russos. E estamos vendo os crimes horríveis contra civis cometidos pelas tropas da Rússia. Essa combinação de incitação com atrocidades precisa ser levada muito a sério (...). Acho extremamente lamentável que o Holodomor e a fome dos Cazaques não tenham sido investigados como genocídios em 1991 (quando a União Soviética colapsou). E acho que essa é uma das razões pelas quais é tão importante coletar evidências do que está acontecendo agora, porque precisaremos dessas evidências para ter um reconhecimento legal do que está ocorrendo.¹⁴⁷

Há, atualmente, certa consensualidade em torno desse caso, cuja presença tornou-se praticamente obrigatória na galeria das grandes atrocidades da história contemporânea:

Formou-se um consenso entre os estudiosos de que os genocídios no século XX englobaram (embora não se limitassem a eles) os seguintes casos: o genocídio Herero em 1904–1907, o genocídio Armênio no Império Otomano em 1915–1923, o Holodomor na ex-Ucrânia soviética em 1932–1933, o Holocausto judaico em 1938–1945, Bangladesh em 1971, Camboja em 1975–1979, Guatemala em 1981–1983, Timor-Leste em 1975–1999, Bósnia em 1991–1995 e Ruanda em 1994.¹⁴⁸

Outra fonte rica de debate gira em torno da existência, ou não, de intencionalidade na produção de uma atrocidade, seja ela parcial ou total, contra uma comunidade. As discussões vão desde uma exigência quase positivista por um documento oficial que ateste, de forma explícita, a ordem de extermínio de determinado grupo (sob pena de desclassificar todo o empreendimento macabro, como tentaram fazer os negacionistas do Holocausto), até a

¹⁴⁶ APPLEBAUM, *op. cit.*, p. 480-481.

¹⁴⁷ Vide entrevista completa em: BBC. *Holodomor: historiadora explica como Stalin usou a fome para punir ucranianos*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61181927>>. Acesso em: 29/06/2025.

¹⁴⁸ Artigo disponível em: *Holodomor. Oxford Bibliographies*. Disponível em: <<https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0105.xml?rsk=thk701&result=1&q=holodomor#firstMatch>>. Acesso em: 03/07/2025. [Tradução nossa]

aceitação de um conjunto de indícios e/ou fatos logicamente combinados, apontando para um objetivo inequívoco: provocar a matança. A historiadora Anne Applebaum, mais uma vez, oferece um exemplo importante neste contexto.

(...) o registro histórico inclui decretos unicamente dirigidos às suas fazendas coletivas, como o que fechou as fronteiras da república, a inclusão de dezenas de fazendas coletivas e vilarejos ucranianos nas listas negras, e a implícita vinculação da ucranização ao fracasso na coleta de grãos. O registro demográfico também revela que a Ucrânia teve uma taxa de mortalidade mais alta naqueles anos do que qualquer outra parte da União Soviética.¹⁴⁹

Portanto, a ausência de uma ordem oficial expressa não significa que inexistam documentos comprobatórios¹⁵⁰ do “conjunto da obra”, por assim dizer. Por exemplo, um telegrama de Stalin notificava os camponeses de que deveriam entregar todo o grão, sob pena de sofrerem buscas extensivas, com o objetivo de encontrar “grão roubado e escondido do inventário”. Caso o grão fosse localizado, a punição prevista seria aplicada com base na “lei das cinco espigas de trigo” — pena de morte ou, no mínimo, dez anos de privação de liberdade. Caso nenhum grão fosse encontrado, impunha-se uma multa em espécie: a confiscação de carne e batatas:

Tomem conhecimento da Resolução do Comitê Central de 1º de janeiro de 1933: Recomenda-se ao Partido Comunista da Ucrânia e ao Conselho de Comissários do Povo da RSS da Ucrânia que informem amplamente, por meio de seus conselhos de aldeia, kolkhozes, trabalhadores de kolkhozes e fazendas individuais trabalhadoras, que:

a) aqueles que voluntariamente entregarem ao Estado o grão previamente roubado e escondido do inventário não serão reprimidos;

b) em relação aos trabalhadores de kolkhozes e agricultores individuais que teimosamente persistirem em ocultar o grão previamente roubado e escondido do inventário, serão aplicadas as medidas mais severas de punição previstas na Resolução do Comitê Executivo Central e do Sovnarkom da URSS de 7 de agosto de 1932 “Sobre a proteção da propriedade das empresas estatais, kolkhozes e cooperativas, e a consolidação da propriedade socialista”¹⁵¹

Em alguns casos, as medidas recomendadas em relação aos camponeses e fazendeiros que resistiam à coletivização forçada — e que ousassem, como último recurso, saquear as propriedades socializadas para mitigar a fome desesperadora de suas famílias e comunidades — eram categóricas o suficiente para não deixar margem a interpretações sobre como

¹⁴⁹ APPLEBAUM, *op. cit.*, p. 485.

¹⁵⁰ Para uma boa coleção de fontes “primárias”, vide: *Pyrih Documents*. Disponível em: <<https://education.holodomor.ca/educational-resources-list/pyrih-documents/>>. Acesso em: 03/07/2025.

¹⁵¹ STARK, Renate. *Holodomor, famine in Ukraine 1932-1933: a crime against humanity or genocide?* Irish Journal of Applied Social Studies, v. 10, n. 1, art. 2, 2010, p. 28. Disponível em: <<http://arrow.dit.ie/ijass/vol10/iss1/2>>. Acesso em: 01/07/2025. [Tradução nossa].

deveriam ser tratados. É o que se observa, por exemplo, na Resolução “Sobre a salvaguarda da propriedade das empresas estatais, fazendas coletivas e cooperativas, e o fortalecimento da propriedade pública (socialista)”, de 7 de agosto de 1932, em seu segundo inciso:

Tornar toda a propriedade pertencente às fazendas coletivas e cooperativas (colheitas nos campos, reservas públicas, gado, estoques e armazéns cooperativos etc.) equivalente à propriedade estatal e fortalecer plenamente a proteção dessa propriedade contra o furto. *Utilizar repressões judiciais do mais alto grau como medidas de proteção social contra o furto de propriedade kolkhoziana e coletiva: execução por fuzilamento e confisco de todos os bens, podendo ser substituída, em circunstâncias atenuantes, por dez anos de prisão com confisco de todos os bens. Não poderá ser concedida anistia* a criminosos condenados em casos de furto de propriedade de fazendas coletivas e cooperativas.¹⁵²

Na contramão desse arrazoado factual, é inescapável admitir que há muito existe um movimento de reabilitação da imagem de Josef Stalin¹⁵³ — vida & obra — inclusive na Rússia atual, onde várias de suas estátuas, outrora derrubadas durante o colapso da URSS, têm sido restauradas e reposicionadas em locais públicos estratégicos: “(...) um baixo-relevo foi instalado na passagem da estação de metrô Taganskaya, em Moscou. Ele retratava cidadãos soviéticos entusiasmados, literalmente adorando Stalin. Havia algo quase egípcio antigo no grau de reverência representado.”¹⁵⁴

Paralelamente, há um esforço acadêmico, por parte de alguns, nesse sentido hagiográfico, conforme já aludido anteriormente em nota pretérita (nº 153). Um artigo publicado recentemente — que ignora toda essa documentação mencionada e outras

¹⁵² *Communist Newspaper*, 9 ago. 1932; “Collectivization of agriculture: the most important resolutions of the Communist Party and Soviet government, 1927–1935”. Moscou, 1957, p. 423-424. (Tradução e grifos nossos). Também disponível em: <<https://education.holodomor.ca/the-historians-craft-lesson-on-the-holodomor/>>. Acesso em: 03/07/2025.

¹⁵³ Uma Dissertação do PROFHISTÓRIA encontrada, que milita nesse sentido, assevera que: “(...) para dar seguimento à linha interpretativa da URSS totalitária e da satanização de Stalin, torna-se necessário este tipo de discurso, mesmo que ilógico, pois demonstra sempre que Stalin era um bruto, intelectualmente incapaz e que todas as suas vitórias políticas foram com o uso da força, por artimanhas, entre outros mecanismos negativos para um ser humano. (...) Como tentamos demonstrar, os livros didáticos analisados fazem a transposição de uma interpretação dominante contida nos meios de comunicação e nos livros didáticos analisados, a interpretação do totalitarismo soviético. E estamos convencidos de que esta interpretação, além de reducionista, linear e elitista, no sentido de que aborda certos fenômenos partindo apenas de certas elites da sociedade, não cumpre com o que indicam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, nem tampouco com a atual BNCC.”

O autor, *Professor Naren*, como ficou conhecido o candidato a vereador pelo PC do B, nas eleições municipais de 2022, analisou alguns dos livros didáticos aos quais tivemos acesso, mas chegamos a conclusões distintas: nós nos alinhamos ao consenso historiográfico dos autores dos 19 livros analisados, ele lançou seu voo solo com uma abordagem panegirista do Stalinismo.

COSTA, Narendranath Martins. A experiência socialista soviética no ensino de História: escolas de educação básica de Santa Maria. Orientadora: Marta Rosa Borin. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, 2018. p. 93, 94–95.

¹⁵⁴ Vide reportagem na íntegra: *Stalin monument opens in Moscow metro. MEMRI*. Disponível em: <<https://www.memri.org/reports/stalin-monument-opens-moscow-metro>>. Acesso em: 05/07/2025 [Tradução nossa].

evidências —, apoiado em fontes já amplamente refutadas no atual estado da arte da produção sobre o tema, propõe-se a “desmantelar a farsa do Holodomor”, reduzindo-a, simplesmente, a uma conspiração ao mesmo tempo nazista, direitista, da CIA e anticomunista:

A ideia do “holocausto ucraniano”, criada para manchar a URSS, começou com Adolf Hitler. (...) Assim, “foi lançada a campanha entre 1934-1935 sobre o tema ‘genocídio’ bolchevique na Ucrânia que deveria preparar os espíritos para a ‘libertação’ projetada da Ucrânia” (MARTENS¹⁵⁵, 2003, p. 131). O que impressiona é como os EUA fomentam essas mentiras até os dias de hoje e propagam o anticomunismo de forma eficaz através de sua hegemonia no cinema e no entretenimento. (...) Seria uma irresponsabilidade dizer que não houve fome na Ucrânia entre 1932-1933, e isso ocorreu graças à extrema-direita ucraniana, ligada a hitleristas, que tentaram sabotar o socialismo a todo custo, agindo contra a coletivização da agricultura.¹⁵⁶

Esse tipo de “negacionismo autoral” por parte desse historiador¹⁵⁷ não é um caso isolado, como já vimos, embora permaneça minoritário. Isso porque o conjunto de evidências escritas, materiais e testemunhais aponta para um consenso mais amplo em torno da natureza desse genocídio, sua intencionalidade e responsabilidade. Os organizadores de uma coletânea publicada com 230 documentos até então desconhecidos e/ou classificados como sigilosos — incluindo material diplomático, da inteligência polonesa, da polícia, da administração, entre outros — vão direto ao ponto:

A fome de 1932–1933 foi provocada pelo homem. Não foi resultado de alguma catástrofe — guerra, seca, etc. — mas consequência das políticas bolcheviques em relação ao campo. O crime que se seguiu, que mais uma vez recai sobre os ombros da liderança bolchevique, foi o fato de as autoridades não reconhecerem oficialmente que a fome estava ocorrendo no país e rejeitarem qualquer ajuda externa — tanto de organizações ucranianas quanto de organizações internacionais. No entanto, é verdade que a maioria dos países ocidentais, desejando manter as melhores relações possíveis com a URSS por razões econômicas, bem como pela crescente ameaça representada pela Alemanha de Hitler, adotou a posição de que a fome era um problema interno dos bolcheviques.¹⁵⁸

¹⁵⁵ O belga Ludo Martens faz parte desse movimento apologético, chegando a escrever uma obra intitulada *Stálin – um novo olhar*. Sobre suas filiações político-ideológicas, vide: <<https://www.marxists.org/portugues/martens/index.htm>>. Acesso em: 05/07/2025.

¹⁵⁶ SANTOS, Mateus Martins. *Ucrânia na era Stalin: desmantelando Holodomor*. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 18, n. 28, 2022, p. 95, 100. ISSN 2359-0017. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/revistaich/issue/view/1354>>. Acesso em: 05/07/2025.

¹⁵⁷ O artigo, citado completamente na nota anterior, inicia com a seguinte epígrafe de Zinoviev, que parece orientar a abordagem do autor: “(...) agora que posso sobrevoar este século, digo: Stalin foi a maior personalidade do nosso século, o maior gênio político. Adotar uma atitude científica a respeito de alguém é diferente de manifestar uma atitude pessoal.”

Ibidem, p. 94. [Grifos nossos].

¹⁵⁸ INSTYTUT PAMIĘCI NARODOWEJ (Institute of National Remembrance). *Apud: Holodomor: The Great Famine in Ukraine 1932–1933. Poland and Ukraine in the 1930’s–1940’s: Unknown Documents from the Archives of the Secret Services*. Warsaw–Kiev: Graficzne ZAPOLEX, 2009, p. 41. [Tradução e grifos nossos].

Aos poucos, até publicações mais sectárias têm reconhecido essas responsabilidades solidárias da liderança bolchevique. Um insuspeito jornalista pró-soviético, por exemplo, articulista do *Jornal Vermelho* (do PC do B), não hesitou em utilizar o nome ucraniano, tampouco em atribuir a devida responsabilidade principal:

A Ucrânia é o quinto maior exportador de trigo, respondendo por sete por cento das vendas globais em 2019. Considerado o celeiro da Europa, 71% das terras da Ucrânia são agrícolas. É também o lar de um quarto do ‘solo negro’ do mundo, ou chernozem, que é altamente fértil. ***O trigo está ligado a uma história dolorosa na Ucrânia. Em 1932, o Holodomor ou Grande Fome, que viu milhões de ucranianos morrerem de fome, foi o resultado de decisões políticas de Joseph Stalin para coletivizar a agricultura e confiscar as terras dos agricultores***¹⁵⁹

Um trabalho seminal de Renate Stark, já citado, faz um balanço geral da questão à luz das evidências coligidas na atualidade, ao qual nos subscrevemos, tomando posição favorável quanto ao pleito há muito apresentado à ONU — e já reconhecido por dezenas de nações até a presente data:

(...) foi comprovado de forma convincente que a fome foi deliberadamente provocada pelo uso instrumental de políticas governamentais, e que aqueles que as implementaram — Stalin e um pequeno grupo de outros funcionários ao seu redor — foram, portanto, responsáveis por cometer um crime contra a humanidade e, ***de fato, pretenderam realizar um genocídio para enfraquecer a nação ucraniana.*** (...) O Holodomor na Ucrânia em 1932-33 é um exemplo sinistro de indução artificial e indubitavelmente intencional de fome por meio de decisões governamentais desfavoráveis. (...) Essa criação comprovadamente artificial de condições de fome pode, de fato, ser considerada um ato proposital e calculado, uma tentativa de erradicar um povo inteiro por meio da morte pela inanição. Nesse contexto, o postulado da Ucrânia de que a ONU ***reconheça o Holodomor não apenas como um crime contra a humanidade, mas também como genocídio, pode ser considerado apropriado e justificado.***¹⁶⁰

Destarte, para esse caso mais desconhecido, complexo e controverso — daí a maior extensão de análise — estamos diante de um ***fato histórico*** (Círculo I) determinado (o Holodomor), negado (quando não convenientemente silenciado!) por um ***discurso sobre o passado com aparência e pretensão de ser verdadeiro*** (Círculo II), que utiliza todo o jargão historiográfico, muitas vezes em nome de um revisionismo voltado a estabelecer a “verdade histórica”, quando, na realidade, o que se faz é escamotear um atavismo ideológico.

O vocábulo “ideologia” é polissêmico e comporta diversos significados. Ao longo de todo o texto, temos adotado a perspectiva marxista geral, pois “(...) o conceito marxista de

¹⁵⁹ Texto original: *Guerra Rússia x Ucrânia pode gerar fome e inflação do trigo no mundo*. Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/noticias/guerra-russia-x-ucrania-pode-gerar-fome-e-inflacao-do-trigo-no-mundo/>>. Acesso em: 03/03/2025.

¹⁶⁰ STARK, *op. cit.*, p. 27-28.

ideologia tende a vê-la como forma de ocultamento da realidade”¹⁶¹. Portanto, é nesse sentido negativo mesmo que o termo tem vigorado por tanto tempo:

No século XIX, quando o sentido pejorativo do termo predominou, a ideologia era tida como uma forma de enganar, e muitas vezes uma ideologia atribuía a outra a alcunha de “ideológica”, esquecendo-se do paradoxo de que essa afirmação também é ideológica. Ao longo do século XX, entretanto, alguns pontos positivos também foram percebidos no conceito. A concepção marxista de ideologia foi cedendo lugar a outras concepções, mas o pressuposto marxista básico, de que se deve tomar cuidado com as aparências de uma ideia, e sempre perguntar quais são as “forças” que estão por trás dela, não foi abandonado. (...) A acusação de ser ideológico frequente no século XIX e século XX, dá a entender que certos movimentos sociais e políticos não têm uma fundamentação real e teoricamente sólida.¹⁶²

Há, igualmente, uma perspectiva que também tangenciamos, de matriz neopositivista, oriunda de Pareto, segundo a qual ideologia indica: “(...) as deformações que os sentimentos e as orientações práticas de uma pessoa operam nas suas crenças, travestindo os juízos de valor sob a forma simbólica das asserções de fato. Desse modo, é mantido o requisito da falsidade da ideologia...”¹⁶³

A narrativa popular acerca do presente caso é, como se demonstrou, *motivado pelo interesse na obtenção de algum benefício* (círculo III), a saber: atenuar as atrocidades e responsabilidades do regime soviético, mormente durante o stalinismo, a fim de obter ganhos político-ideológicos e, em alguns casos, até econômicos, por meio de eleições para cargos legislativos e/ou executivos — como vimos em relação a determinado personagem (vide nota nº 153). Essa militância ideológica acaba provocando, por ação e/ou omissão, a *adulteração intencional de evidências históricas* (círculo IV), aquilatando com benevolência os aspectos favoráveis ao regime autoritário em questão e minimizando os “eventuais excessos”¹⁶⁴, desviando o foco para causas secundárias (com o objetivo de escamotear responsabilidades de determinados ídolos políticos).

Outra estratégia diversionista consiste em exigir a comprovação material de certos dispositivos (por exemplo, alguns detalhes nas câmaras de gás nazistas) ou de documentos

¹⁶¹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 206.

¹⁶² *Ibidem*, p. 207-208.

¹⁶³ BOBBIO, *op. cit.*, p. 586.

¹⁶⁴ Isso pode acarretar uma espécie de “Alzheimer Histórico” por vezes forçado: “A relação entre a história e a memória se tornou central na problematização da relação entre verdade e fidelidade. Isso remete ao necessário ‘trabalho de memória’ para evitar as patologias memoriais: sobrecarga de memória aqui, insuficiência de memória lá, como observou Paul Ricoeur (2000). Como por exemplo: de ambos os lados da Cortina de Ferro, as lembranças oprimidas pelo punho de ferro dos partidos comunistas no poder; as páginas sombrias da história da França como aquela do regime de Vichy que colaborou com a Alemanha nazista; ou a guerra da Argélia... DOSSE, François. *História do tempo presente e historiografia*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05–22, jan./jun, 2012. DOI: <<https://doi.org/10.5965/2175180304012012005>>, p. 11.

específicos (como uma ordem expressa escrita de Hitler para a “solução final” ou um decreto assinado por Stálin para a execução dos kuláks ucranianos). Na ausência de qualquer um desses elementos, esses militantes ideológicos tentam invalidar e inviabilizar qualquer discussão lógico-racional sobre o tema.

E, para os mais fanáticos, nem é preciso adulterar as evidências: fatos estabelecidos não são suficientes para convencê-los, pois, segundo os parâmetros da sua bolha ideológica, importa menos o quê e o porquê, e muito mais quem e de quem se fala. Desde que seja favorável ao seu campo político-ideológico — ou ao seu líder de estimação — tudo se torna aceitável. Até mesmo uma *Fake History* “do bem”.

CAPÍTULO 3 - OS INFOGRÁFICOS NO ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No capítulo anterior, foi possível depreender o potencial deletério das *Fake Histories*, em suas múltiplas expressões, no seio da sociedade como um todo, a partir da análise de três casos. Em especial no contexto educacional, faz-se necessário fornecer aos professores dispositivos analíticos fundamentais para a realização de um trabalho profilático desde os ciclos escolares iniciais:

Independentemente da construção metodológica da nomenclatura, o combate ao negacionismo coloca-se como dever para todos e todas que trabalham profissionalmente com a História. Nesse sentido, oferecer aos docentes do ensino básico uma atualização do que está sendo debatido pode auxiliar na estruturação dos argumentos e ainda oportunizar ferramentas para análise da presença dessa discussão conceitual nas narrativas escolares.¹⁶⁵

Urge, portanto, a elaboração de filtros capazes de ao menos processar minimamente a avalanche informacional contemporânea, sobretudo no contexto escolar, um dos lócus mais privilegiados — embora não o único — de (re) produção da Cultura Histórica, conceito que:

(...) abarca as várias práticas discursivas que circulam no espaço público e oferecem uma interpretação da experiência do tempo e da história. Além da historiografia acadêmica, pertencem à cultura histórica a História ensinada na educação básica, museus, filmes, peças de teatro, quadros, músicas, literatura, narrativas religiosas, etc. Todas essas práticas discursivas teriam como elemento unificador a produção de sentido para o presente, tendo em vista certa interpretação do passado.¹⁶⁶

Considerando que grande parte dos alunos da atualidade são nativos digitais desde a Educação Básica, propomos que os filtros mencionados assumam a forma de infográficos atrativos e coloridos, que possam ser afixados nos grupos organizados pelas turmas, em torno das carteiras escolares dispostas de forma quase equidistante. Os benefícios desse tipo de suporte, por assim dizer, revelam-se evidentes em diferentes campos:

Uma das maneiras mais fáceis e visuais de apresentar dados são os infográficos. Eles ajudam na compreensão de conteúdos complexos com auxílio de imagens, textos, ilustrações e ícones. Esse formato atrai muito a atenção do usuário, já que a maioria das pessoas consegue assimilar os conteúdos visuais, por isso, eles podem engajar seu público...Os números não mentem, 94% dos posts com elementos visuais têm maior engajamento,

¹⁶⁵ FERNANDES, Gabriel Dias. *Didadura Militar em Tempos Negacionistas: uma análise do tema em livros didáticos*. Goiânia, Dissertação, UFG, 2022, p.112.

¹⁶⁶ MENDES, Breno. *Limiar: Estudos de Teoria, Metodologia e Ensino de História*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021, p.122.

além de nosso cérebro processar esses dados visuais 60 mil vezes mais rápido que os dados apresentados em texto. Ou seja, os infográficos ajudam na compreensão da mensagem.¹⁶⁷

Fica patente, em termos didáticos, que essa espécie de conteúdo e formato não se encaixa bem no tipo de aula dita “tradicional”, ministrada “com cuspe e giz” ou, na denominação mais requintada de Isabel Barca¹⁶⁸, “aula-conferência”, que costuma ser um monólogo monótono. Ao contrário, requer uma abordagem didática envolvente, muito mais ativa e participativa:

A metodologia investigativa realiza-se por meio de perguntas sobre a realidade, uma vez que aprendemos à medida que trabalhamos com problemas e elaboramos respostas para eles. Assim, o objetivo é desenvolver com os estudantes a habilidade de construir significados para a experiência histórica. No contexto da aula de História, a investigação e a pesquisa podem funcionar como um guia para os alunos se defrontarem com situações-problema. Estas mobilizam as estruturas cognitivas do sujeito e os esquemas compartilhados pelos grupos de alunos. Dessa maneira, *a metodologia investigativa* reconhece a importância que a atitude curiosa e exploradora tem para a aprendizagem histórica.¹⁶⁹

Tal metodologia combina tanto com a abordagem de “Ensino de História baseada na Pesquisa” de Francisco Merchán Iglesias & Francisco García Pérez¹⁷⁰, quanto com a “Aula-Oficina” de Isabel Barca¹⁷¹, e também com “Aula Histórica”, proposta pelo arcabouço da *Didática Reconstitutivista da História*¹⁷², fortemente lastreada nos aportes teóricos de Jörn Rüsen.¹⁷³ No caso do nosso público escolar diário, composto na maior parte por adolescentes (do Ensino Fundamental ao Médio), esse formato (compatível com qualquer uma dessas abordagens elencadas), que é similar ao hipertexto (há até mesmo infográficos feitos em *flash*), já vem adaptado ao seu estilo cognitivo pois

¹⁶⁷ BENINCASA, Felipe. *Infográfico: saiba o que é, para que serve e como criar o seu*. Alura, 2019. Disponível em: <<https://www.alura.com.br/artigos/infografico-saiba-o-que-e-para-que-serve-e-como-criar-o-seu>>. Acesso em: 02/07/2024.

¹⁶⁸ BARCA, Isabel. *Aula oficina: do projeto à avaliação*. Apud: *JORNADA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA*, 4., 2004, Braga. Atas [...]. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2004. p. 131–144.

¹⁶⁹ MENDES, *op. cit.*, p.107, [Grifos nossos].

¹⁷⁰ MERCHÁN IGLESIAS, Francisco J.; GARCÍA-PÉREZ, Francisco F. *Una metodología basada en la idea de investigación para la enseñanza de la historia*. Apud: AISENBERG, Beatriz; ALDEROQUI, Silvia (org.). *Didáctica de las Ciencias Sociales: aportes y reflexiones*. Buenos Aires: Paidós Educador, 1994. p. 182–204.

¹⁷¹ BARCA, *op.cit.*, p.131-144.

¹⁷² SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Didática Reconstitutivista da História*. Curitiba: CRV, 2020, p.127-157.

¹⁷³ O passado está no presente e só a partir dele é que é cabível a aprendizagem histórica. Mas não podemos entender a aprendizagem da História somente como uma ida direcionada ao passado. O passado deve ser estudado a partir das evidências que esse mesmo apresenta no presente. A aprendizagem histórica deve buscar então ir ao passado a partir das carências de orientação (RÜSEN, 2001) apresentadas pelos estudantes.

SANTOS, Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos. *O conceito de passado e sua significância histórica para professores de história e os livros didáticos recebidos no PNLEM*. Antíteses, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 761–782, jul./dez. 2012. DOI: <<https://doi.org/10.5433/1984-3356.2012v5n10p761>>. p. 766.

(...) os alunos nativos digitais pensam e processam informações de um modo diferente. Seu estilo de pensamento é caracterizado por *multitasking*, a capacidade de realizar múltiplas tarefas simultaneamente. Nas práticas de leitura, os nativos digitais apresentam a preferência por ler gráficos e imagens antes do texto e não o contrário, e realizam uma leitura não linear pela lógica do hipertexto. Além disso, têm pouca paciência com preleções ou exposições de conteúdo mais extensas. Em virtude do intenso contato com a tecnologia e as redes sociais desde muito cedo, os estudantes contemporâneos são, de certa forma, falantes nativos da linguagem digital e navegam com certa naturalidade pela lógica do hipertexto...¹⁷⁴

Como se vê, as vantagens pedagógicas potenciais desse formato são múltiplas porque

Sistematizar e organizar informações complexas de uma maneira que melhore a compreensão é a principal função do infográfico. Hierarquizar os conteúdos e aplicar outros elementos torna muito mais atrativo o formato e acaba transformando a experiência do usuário mais agradável.¹⁷⁵

Desse modo, passamos a apresentar os infográficos – que se constituem em uma parte extra, mas ainda assim integrante deste capítulo – que elaboramos consoantes aos escopos delineados desde os primeiros esboços do projeto de pesquisa, expressos no **produto didático-pedagógico** (pensado aqui de forma geral que poderá ser posteriormente aplicado em *planos de aula* específicos ao estilo de cada Professor), nesta ordem:

- ❖ **INFO A** – (Re)ajustando as Lentes
- ❖ **INFO B** – Virtudes do Caçador de *Fake Histories*
- ❖ **INFO C** – Duvido & Inquiro, logo Filtro!
- ❖ **INFO D** – Pergunta-me ou te enrolo!

¹⁷⁴ MENDES, *op.cit.*, p.155.

¹⁷⁵ BENINCASA, *op.cit.*

PRODUTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

ANATOMIA DA *FAKE HISTORY*

OS INFOGRÁFICOS NO ENSINO
DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA



ISRAEL F. SANTOS

APRESENTAÇÃO

O produto pedagógico que ora apresentamos consiste em uma série de infográficos elaborados a partir das discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas ao longo desta pesquisa. O material busca oferecer aos professores da Educação Básica recursos visuais atrativos e acessíveis para o enfrentamento das chamadas *Fake Histories*, fenômeno que, em suas múltiplas expressões, afeta a formação crítica dos estudantes e a produção da cultura histórica no espaço escolar.

A escolha pelo formato de infográficos fundamenta-se na necessidade de fornecer filtros capazes de organizar e sistematizar informações em meio à avalanche de dados contemporânea, aproximando-se, assim, do estilo cognitivo dos nativos digitais. Além de favorecer a compreensão de conteúdos complexos, os infográficos estimulam metodologias investigativas e participativas, distanciando-se do modelo expositivo tradicional e dialogando com propostas como a Aula-Oficina, a Aula Histórica e o Ensino de História baseado na Pesquisa.

Nesse sentido, os infográficos aqui apresentados foram concebidos como instrumentos pedagógicos que unem rigor conceitual e linguagem acessível, visando auxiliar docentes e discentes na análise crítica de narrativas históricas. São eles:

INFO A - (Re)ajustando as Lentes

INFO B - Virtudes do Caçador de Fake Histories

INFO C - Duvido & Inquiro, logo Filtro!

INFO D - Pergunta-me ou te enrolo!



SUMÁRIO



- **INFO A:** (Re) Ajustando as Lentes 3
 - Notas 6
 - O infográfico A 7



- **INFO B:** Virtudes do Caçador de *Fake Histories!* 8
 - Notas 12
 - O infográfico B 13



- **INFO C:** Duvido & Inquiro, Logo Filtro 14
 - Notas 17
 - O infográfico C 18



- **INFO D:** Pergunto-me ou te enrolo 19
 - Notas 21
 - O infográfico C 22



(RE)AJUSTANDO AS LENTES



Identificando bolhas sociais/informacionais

Talvez o conceito sociológico que mais nos marcou na graduação foi a noção durkheimiana¹ do ser humano como um ser essencialmente “social”. Não que fosse o precursor da ideia, que remonta à antiguidade clássica, mas sua formulação nos parece bastante satisfatória. E é essa característica gregária intrínseca, por assim dizer, que facilita a proliferação das atualmente chamadas **bolhas sociais**:



Todos os atores sociais estão investidos dos mais variados *habitus*. No espaço social maior ou nos campos sociais somos socializados nos nossos corpos e no nosso jeito de ser e estar no mundo. Parafraseando Bourdieu o *habitus* é a expressão que os processos sociais foram efetivos. Por exemplo, um internauta apresenta determinados *habitus* daquele campo social que ele integra e interage, **formando assim as bolhas sociais**.



Ainda que esse tipo de sociabilidade seja inevitável, pois inerente à condição humana e, portanto, vetor de propagação de comportamentos e ideias (de quaisquer tipos), apresenta amiúde riscos e ameaças à própria convivência social que inicialmente se propôs promover. Nesses casos, a relevância da Educação – e em particular para os nossos propósitos – do **Ensino de História**, são frequentemente lembrados como antídotos imprescindíveis para combater esse tipo de ruptura comunitária:



“

(...) no ambiente polarizado, os extremos acabam por defender os mesmos retrocessos, usando os mesmos métodos para silenciar aqueles que pensam diferente com o objetivo de impor o pensamento único. O ambiente tóxico gerado pela desinformação e pela prática do discurso de ódio inibe a pluralidade dos debates e a liberdade de expressão. Na prática, **sem a garantia de diálogo construtivo e diante da virulência das bolhas sociais**, pessoas até então dispostas a colaborar com o debate público decidem não participar para se preservarem, em uma atitude muito semelhante à autocensura. É hora de virar esse jogo, e a **mudança começa com mais educação, tanto nos bancos escolares quanto fora deles.**

”

Outra noção correlata à anterior é a de **bolha informacional**,² ideias “siamesas”, pois não se pode conceber esse tipo sem o agrupamento social que lhe constitui. Assim como na modalidade antecedente, esta pode apresentar efeitos colaterais danosos para o convívio societal democrático, pois:

“

(...) podem perpetuar a propagação de desinformação e teorias conspiratórias, pois os usuários tendem a compartilhar e acreditar em informações que confirmam suas convicções, mesmo que sejam infundadas. Outra questão relevante é o impacto nas democracias. Em sociedades democráticas, o debate aberto e o confronto de ideias são fundamentais para tomadas de decisões informadas e justas. Contudo, **as bolhas de informação** podem criar um cenário onde a discussão pública é prejudicada, levando a decisões políticas desalinhadas com o interesse coletivo e mais baseadas em interesses setoriais.

”

Contudo, não basta diagnosticar os problemas *interna corporis* brotados nessas bolhas, é preciso assumir um compromisso de reconhecer sua influência em nós a fim de mitigar seus efeitos maléficos sendo esse, portanto, mais um objetivo com o qual este trabalho visa contribuir:



(...) Superar as bolhas de informação é um desafio, mas é essencial para garantir uma sociedade mais coesa e conectada. Primeiramente, é importante que os usuários tenham consciência de sua existência e de como elas podem influenciar suas perspectivas. **É necessário desenvolver uma abordagem mais crítica em relação às informações recebidas, verificando fontes e buscando diferentes pontos de vista antes de formar uma opinião.** Outra medida crucial é a **diversificação das fontes de informação.** Ao seguir pessoas com visões diferentes nas redes sociais, ler veículos de notícias variados e participar de debates com pessoas de opiniões diversas, podemos ampliar nossos horizontes e reduzir o impacto das bolhas de informação em nossas vidas.



O campo da historiografia, em particular, não está protegido desse esse tipo de isolamento social/informacional que previne essa troca dialética e dialógica de ideias:



(...) o negacionismo da história absolve os interesses mais escusos e rebaixa a reputação dos melhores ideais; o negacionismo antimídia isola os militantes extremistas em uma **bolha** imune ao diálogo. Ao fazê-lo, enfraquecem a crença na discussão aberta e razoável que busca conhecer os fatos, que é a base de qualquer projeto democrático.



Por tudo isso, pode-se deduzir facilmente a relevância de se começar esta série de infográficos por uma espécie de raio-x de bolhas sociais/informacionais pois, são principalmente nesses a

ambientes que se potencializam aquelas disposições psicológicas que mencionamos no Capítulo 1 (viés de atribuição intelectual, viés de confirmação,³ etc) e onde mais se proliferam, em consequência, as Fake Histories.



Notas


[1] DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Livro I, cap. 1

[2] “Segundo uma formulação bastante contemporânea, essas bolhas: “(...) nada mais são do que grupos de indivíduos se retroalimentando de ideias em espaços virtuais, especialmente nas redes sociais. Elas são resultado da algoritmização da sociabilidade online e têm potencial para gerar consequências ruins a democracias em geral e empresas em específico. Se sempre existiram falhas de informação, a Era dos Dados tornou esse fenômeno mais acirrado e potencializou suas consequências negativas. Isso porque indivíduos tendem a perder a capacidade de pensar para além da ideologia a qual pertencem seus pares; no extremo, a rivalidade com quem pensa diferente pode transformar-se em violência real”.

[3] É de bom alvitre, nesse contexto, que se fazer uma distinção importante: “(...) há, por um lado, uma já reconhecida diferença entre a busca pré-consciente por confirmação das visões existentes, feita de forma mais ou menos intensa por qualquer um de nós, dentro de todas as coletividades às quais pertencemos. Por outro, e este é o ponto central do argumento aqui defendido, há uma tentativa deliberada de revestir essa procura de confirmação como uma busca por uma verdade superior e imutável, como fazem as diferentes famílias e gerações de negacionistas. O negacionismo, tradicional ou contemporâneo, acrescenta e consolida novas camadas de reforço e de defesa de práticas psicológicas de vinculação grupal, amplamente compartilhadas, com o objetivo (nunca totalmente apresentado, nunca totalmente articulado) de prevenir sua explicitação e suas fragilidades.”

SZWAKO; RATTON, 2022, p. 168. [Grifo nosso]

História

(RE)AJUSTANDO AS LENTES 

(RE)AJUSTANDO AS LENTES



IDENTIFICANDO BOLHAS SOCIAIS/INFORMACIONAIS

"Todo ponto de vista é a vista de um ponto." - Leonardo Boff

QUAL É A MINHA TRIBO DENTRO DESTAS BOLHAS?



SUBO NESTE PALCO...

Por que eu acredito naquilo que acredito?

- Na minha história de vida, quais são minhas principais heranças familiares, sociais, religiosas, intelectuais, etc que ainda exercem influência no meu comportamento, no meu pensar e no meu agir?
- Quais são as fontes de autoridade/referência/modelo em minha vida e em quais áreas?
- Quais são meus medos, crenças e valores? Como afetam minhas decisões e a forma como interajo com as pessoas?
- Sinto-me menos favorecido em alguma área ou aspecto? Qual?
- Sinto a necessidade de culpar alguém? Quem? Por qual motivo?



ANTES DE INVESTIGAR FAKE HISTORIES...

- Como e onde costumo escolher minhas fontes de informações?
- Costumo generalizar sobre algum assunto, pessoa ou grupo específico? Quais?
- Que (pré)conceitos eu já tenho acerca do tema que vou analisar? Quais são as minhas principais hipóteses?
- Qual são os resultados/achados/conclusões aos quais eu espero/almejo chegar?



ESPELHO, ESPELHO MEU...

- Ao fazer essa autoanálise de forma sincera, você identificou alguns fatores pessoais/sociais/mentais que possam alterar sua visão acerca de algum objeto de estudo? Quais?
- Suas opiniões/análises estão determinadas/condicionadas por algum tipo de pressão, ameaça (velada ou explícita), risco, cargo, filiação, título, coerção, dinheiro, punição, benesses, ideologia ou poder?
- Que atitudes você poderá tomar para atenuar/controlar esse tipo de fator condicionante na sua investigação?
- Quais são **seus** reais motivos/interesses/intenções neste projeto de investigação? O que mais te encoraja nesta aventura que estás prestes a realizar?



LENTE INVERTIDA

- Como costumo lidar com ideias contrárias ao **meu** ponto de vista prévio?
- Tenho escutado o que considero oposição (lendo, ouvindo, conversando, observando, entrevistando) e representado suas ideias fielmente nos seus próprios termos?
- Tenho assumido a postura de apenas rotular/estigmatizar o "outro lado" sem ao menos conhecer suas produções na íntegra?
- Tenho alguma intolerância a algum tipo de ideia/conceito/pessoa/grupo/etnia, etc a ponto de "não suportar sequer ouvi-los"?
- Como uma pessoa de opinião/bolha oposta a minha veria o que estou vendo? O que essa pessoa estaria enxergando que eu ainda não consegui perceber?
- Que atitudes posso tomar para tentar "furar" minhas bolhas a fim de compreender melhor outros pontos de vista?
- O que dizem de você acerca da adesão a alguma bolha social/política/ideológica/religiosa, etc? Extremista? Moderado? Indiferente? Militante? Realista? Até que ponto esse olhar externo tem ou não fundamento?

Info B

VIRTUDES DO CAÇADOR DE *FAKE HISTORIES*

A “busca da **verdade**” continua sendo um ideal fundamental ao labor historiográfico. É mister compreender, contudo, que essa verdade almejada é multifacetada e inatingível — in totum — humanamente falando. Ainda assim é possível em muitos casos, como num quebra-cabeças incompleto, deduzir muitas peças absentes por meio do método histórico tripartido: heurística, crítica e hermenêutica.

A **objetividade** continua sendo um princípio caro à investigação científica e foi essencial na construção da História como ciência desde seus primórdios na derradeira parte do século XIX. Entretanto, ao longo dos séculos, o entendimento acerca desse ideal também foi se transmutando: ao invés de um ascetismo metodológico absoluto, sabidamente irreal, tem sido admitida uma parcialidade circunscrita. Em outras palavras, ter a objetividade como um alvo não significa mais pretender anular todo vestígio de subjetividade do pesquisador, algo considerado implausível hodiernamente.



Reconhecer a **subjetividade** como parte necessária da labuta científica “objetiva” não implica em cair em um “vale tudo epistemológico”, nada poderia estar mais distante dessa verdade. Com efeito, há balizas morais e éticas inerentes à investigação científica séria, sob pena de se cair em um “relativismo inconsequente” e/ou em um “simplismo achiológico” – e tautológico – típico do chamado senso comum.

Tais balizas orientam o Historiador em duas sendas paralelas que devem, por dever de ofício, ambas serem percorridas em idas e vindas, se encontrando na bifurcação: a primeira, põe a lupa sobre o objeto do conhecimento da História que é o passado pelas lentes do presente. A segunda, por seu turno, dá um “zoom” no operador da História, desejando encontrar nele certas virtudes essenciais a sua faina. Em suma, a pesquisa histórica é delimitada, a um só tempo, pelo método histórico e pelo próprio historiador, eivado de virtudes (e vícios!) doravante reconhecidas como epistêmicas.

A preocupação com o desenvolvimento de certas **virtudes** ditas **epistêmicas** vem da Antiguidade Clássica e se intensificou com a elaboração do método científico e esteve presente, desde sempre, na evolução da Ciência Moderna. A historiografia não prescindiu desse processo, muito pelo contrário, lançou mão desde suas origens a uma plêiade de virtudes minimamente consensuadas, explícita ou implicitamente, como a integridade, a curiosidade, a objetividade, a honestidade, o cuidado e o rigor, a acuidade, a precisão, a imparcialidade, a tenacidade, a abertura de espírito, dentre outras:



(...) Herman Paul tem mostrado que, além da empatia e do espírito crítico, os historiadores acadêmicos contemporâneos exercem uma série de outras virtudes importantes. Ele menciona traços de caráter e habilidades como coragem⁴



intelectual, justiça, humildade, dedicação e os poderes de síntese e imaginação (...). O equilíbrio de virtudes necessário para conduzir com sucesso um estudo histórico, afirma Paul, varia de acordo com fatores como o gênero textual, a natureza da questão de pesquisa e o estado da literatura secundária. Tudo isso combinado forma “situações historiográficas” específicas que diferem de estudo para estudo.

“ Não é penoso ressaltar que o necessário reconhecimento da subjetividade aludido há alguns parágrafos (o exercício proposto pelo *Infográfico A*, das bolhas, visa a auxiliar nesse reconhecimento também) não deve se restringir apenas ao profissional da história, mas passa também pela outra ponta do processo ensino-aprendizagem:

“ A referência do aprendizado histórico à experiência não teria sentido didático se não fosse relacionada à **subjetividade do aprendiz**. O aprendizado histórico deve, assim, **ser relacionado à subjetividade dos receptores**, à situação atual do problema e à carência de orientação, de que parte o recurso rememorativo ao passado. Sem esta referência ao sujeito, o conhecimento histórico petrifica-se em um mero lastro de reminiscências.

” E é nesse contexto pedagógico que aquelas virtudes assinaladas há pouco encontram possibilidades bastante interessantes no ambiente escolar:

“ [...] poderia ocorrer em aula através de atividades ou modos de interação que requeiram que os estudantes adotem pontos de vista diferentes dos seus, usem sua imaginação para estender ou aplicar o seu conhecimento, deem razões em favor de suas afirmações, ou coloquem questões ponderadas [*thoughtful*] e bem formadas. Tais



atividades oferecem [meios de] praticar virtudes como abertura intelectual [*open-mindedness*], criatividade, reflexividade [*reflectiveness*], rigor intelectual e curiosidade. Requisitos similares podem ser colocados em exames, artigos, e outras tarefas escritas [*written assignments*]

Essa abordagem não se restringe a uma mera possibilidade, mas já existem iniciativas interessantes nesse sentido. Um modelo dela é uma escola pública secundária californiana, a *Intellectual Virtues Academy* (IVA), que norteia seu currículo nas teorias a respeito da educação para virtudes intelectuais, elaborando definições concisas e de certa forma mnemônicas para educar seu corpo discente, como no exemplo a seguir:



“

Curiosidade: uma disposição para espantar-se [*wonder*], ponderar, e perguntar por quê. Uma sede pelo entendimento e um desejo de explorar. Slogan: faça perguntas! Humildade Intelectual: uma disposição para ‘admitir’ [*a disposition to ‘own’*] suas limitações e erros intelectuais. Despreocupação [*unconcerned*] com status ou prestígio intelectuais. Slogan: Admita o que você não sabe! [...]

”

Em conclusão, as virtudes epistêmicas elencadas aqui podem ser vistas como pressupostos necessários ao método histórico e devem ser assumidas, desde logo, tanto pelo historiador quanto pelo neófito estudante de história, ainda mais quando esse estudante incorpora a identidade investigativa de um “Caçador de *Fake Histories*”, mesmo que momentaneamente, que é a nossa proposta didática-pedagógica. Ter um compromisso, quase um juramento, com uma espécie de código de ética (e de honra, por



que não?), mesmo minimalista como neste **Infográfico B**, para fins pedagógicos, certamente enobrecerá e estimulará a curiosidade e o espírito detetivesco incipiente do público estudantil da Educação Básica com o qual trabalhamos. É o que esperamos.



Notas

[4] A **coragem** tem sido vista como uma virtude ética essencial desde a Antiguidade Clássica: “Corajoso é o homem que enfrenta e teme as coisas que deve, e pelo devido motivo. O homem corajoso age de acordo com o caso em questão, e do modo que a regra prescreve e por causa da honra, pois essa é a finalidade da virtude. A coragem em excesso é a temeridade. O excesso de medo é a covardia. A covardia, a temeridade e a coragem relacionam-se com os mesmos objetos. A coragem é a mediania; de outra face, os extremos são a covardia e a temeridade.”

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985, Livro III, capítulo 7, p. 61-62.

Contemporaneamente, essa virtude tem sido vista como essencial para o desenvolvimento das demais por outros autores:

a) “(...) a coragem é considerada a maior de todas as virtudes; porque, a menos que um homem possua essa virtude, ele não tem garantia de conservar qualquer outra.” (SAMUEL JOHNSON, 1775)

b) “A coragem é justamente considerada a primeira das qualidades humanas, porque, como já foi dito, é a qualidade que garante todas as outras.” (WINSTON CHURCHILL, 1931).

Ambas as citações acima [tradução nossa] encontram-se discutidas em:

QUOTE INVESTIGATOR. Courage is the first of human qualities because it is the quality which guarantees the others. Disponível em: <https://quoteinvestigator.com/2019/07/14/courage/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em 07/08/2025.

c) “A coragem não é simplesmente uma das virtudes, mas a forma de toda virtude no momento do teste.”

LEWIS, C. S. *The Screwtape Letters*. Geoffrey Bles, 1942, Carta XXIX, p.137. [Tradução nossa]



**VIRTUDES DO CAÇADOR
DE FAKE HISTORIES**



VIRTUDES DO CAÇADOR DE

FAKE
HISTORIES





DUVIDO & INQUIRO, LOGO FILTRO!



Das Fake News às Fake Histories

Na aurora da Ciência Moderna uma postura fundamental adotada revelou-se bastante profícua, a saber, uma espécie de ceticismo racional. Seu expoente primevo foi o filósofo-físico-matemático René Descartes que postulava, por exemplo, em suas *Meditações*:

“Presumo, então, que todas as coisas que vejo são falsas; convenço-me de que nunca houve tudo aquilo que a minha memória repleta de mentiras me representa; penso não possuir sentido algum; acredito que o corpo, a figura, a extensão, o movimento e o lugar não passam de ficções do meu espírito. Então, o que poderá ser considerado verdadeiro? Talvez nenhuma outra coisa, exceto que nada de certo existe no mundo.”

Esse ceticismo cartesiano radical (conhecido também como *Dúvida Metódica*), de natureza provisória, levou-o inicialmente à conjectura “Se duvido, penso” e daí a sua formulação mais emblemática: “Penso, logo existo”.⁵O importante para nós aqui é que essa postura inquisidora impregnou, de forma indelével, o espírito científico, inclusive o do *historiador-detetive* que mencionamos no Capítulo 1 desta Dissertação.



Desse modo, queremos preservar – e até instigar – essa postura inquisitiva no nosso alunado com relação às informações gerais que recebe rotineiramente e, em particular, com relação às informações jornalísticas e/ou históricas. Em outras palavras, vamos fornecer, neste **Infográfico C**, ao invés de respostas prontas, questões fundamentais para treinar a mente do educando a questionar, identificar e distinguir, por assim dizer, informações das *fake news* às *fake histories* em suas várias expressões e intersecções, como já vimos. Trata-se de uma postura essencial a esse mister:



(...) o processo requer um ceticismo saudável. Temos uma tendência inata de acreditar em qualquer coisa se estiver escrita, e quanto mais antigo for o documento ou mais ornamentada a escrita, mais tendemos a acreditar nele. Portanto, é importante lembrarmos que nossos veneráveis antepassados podiam mentir, distorcer a verdade ou cometer erros, assim como nós. Os documentos não revelam seus segredos facilmente. É preciso aprender a questionar as evidências como um advogado em um tribunal – de diferentes ângulos, de diferentes perspectivas, de forma incansável, desconfiada. Mesmo um relato escrito por um indivíduo de honestidade inquestionável pode estar manchado por erros e meias verdades. Que tipo de perguntas você deve fazer às evidências?



Resumindo nosso percurso até aqui, o **Infográfico A** visou sobretudo promover um autorreconhecimento da subjetividade da pessoa que se propõe a correr atrás das *Fake Histories*. O **Infográfico B**, por seu turno, levou essa pessoa a se comprometer, a despeito de suas inclinações e peculiaridades, com um padrão ético mínimo para a investigação. E, agora, este **Infográfico C** ensina a filtrar (essa é a analogia da vez) vários tipos de informações, tanto antigas, quanto contemporâneas, através de



perguntas-chaves, até porque a melhor expressão de uma dúvida é uma indagação correspondente que pode levar – é o que sempre esperamos – a um conhecimento genuíno acerca de um assunto em exame. Depreende-se, portanto, que essas são etapas preparatórias para o escrutínio em si de algum caso hipotético de *Fake History*, objeto do nosso derradeiro infográfico.



Nesse diapasão, fizemos um compilado de questões diversas e cunhamos obviamente algumas de nossa lavra para fazer a “filtragem geral” das informações tanto midiáticas quanto de natureza essencialmente histórica. Assim, o Pré-filtro, que é nossa primeira “Peneira”, foi baseado na metodologia SIFT de Mike Caulfield. Outros autores brasileiros, assim como nós, a traduziram e a adaptaram a contextos educacionais. . As demais 4 camadas de filtragem, na sua maior parte, foram baseadas (e traduzidas por nós) no *Historical Thinking Chart*, aliás já testado com êxito no programa “Lendo como um Historiador”, voltados para alunos do Ensino Médio, pelo *Stanford History Education Group*. No contexto brasileiro tal abordagem não teria óbices pois é compatível com algumas das habilidades preconizadas pela BNCC vigente, como por exemplo: “Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.”

Outras questões inseridas tiveram outras fontes,⁶ além das nossas próprias formulações, como já dissemos. A conferir o resultado na sequência.



Notas

[5] Posteriormente Descartes recebeu questionamentos de David Hume e Immanuel Kant, dentre outros, discussão que não faz parte do escopo deste trabalho, sendo aludida aqui de forma mais metafórica.

[6] São elas:

- BARCLAY, Donald A. Fake news, propaganda, and plain old lies: how to find trustworthy information in the digital age. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018. p. 115.
- HIGDON, Nolan. The anatomy of fake news: a critical news literacy education. Oakland, California: University of California Press, 2020. p. 144-158.
- CENTER FOR MEDIA LITERACY. Five key questions. Disponível em: <<https://yali.state.gov/media-literacy-five-key-questions/>>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- FURAY, op. cit., p.174-175.



**DUVIDO & INQUIRO,
LOGO FILTRO!**



DUVIDO & INQUIRO, LOGO FILTRO!

Das *Fake News* às *Fake Histories*

Pré-filtro: PENEIRA

- **PARE:** Não se precipite nem repasse sem antes conhecer o básico da informação que atraiu você (Quem? O quê? Onde? Quando? Por quê? Como?):
- **INVESTIGUE A FONTE:** Descubra a pessoa e/ou organização que produziu esse conteúdo:
- **BUSQUE MAIS:** Compare com outras coberturas/fontes:
- **CONHEÇA O CONTEXTO ORIGINAL:** Rastreie afirmações, citações, mídias, etc até chegar nele.

Areia grossa: CONTEXTUALIZAÇÃO

- Quando, onde e por que o documento foi criado?
- O que era diferente e/ou igual naquela época?
- Quais circunstâncias em que o documento foi criado o afetaram? Como?

Carvão Ativo: LEITURA ATENTA

- Que possíveis técnicas foram utilizadas para atrair a sua atenção?
- Quais são as afirmações do autor?
 - Que linguagem (palavras, frases, imagens, símbolos) o autor utiliza para persuadir o público do documento?
 - Como a linguagem do documento indica a perspectiva do autor?
 - Que evidências o autor utiliza?
 - As evidências continuam em pé após escrutínio?
 - Quem pode se beneficiar ou se prejudicar pela mensagem deste conteúdo?
 - Quais possíveis interesses motivaram a produção deste documento?

Cascalho: FONTE

- Esta é uma fonte independente?
- Quem publicou esta informação?
- Qual é a autoria deste documento?
- Quão bem-posicionado estava o autor para observar os eventos?
- Quando, onde e por que foi escrito/veiculado?
- Esta é uma fonte identificável, anônima, autoritativa e/ou informada?
- É confiável? Por quê? Por que não?

Areia Fina: CORROBORAÇÃO

- Há várias fontes? Quais são citadas integral ou parcialmente?
- Os documentos concordam entre si? Se não, por quê?
 - O que está faltando neste conteúdo?
 - Quais documentos são mais confiáveis?

Concepção: Israel Santos
Arte: Lillian Acássia

Info D

PERGUNTA-ME OU TE ENROLO!

Nosso último infográfico já foi suficientemente apresentado e dissecado no primeiro capítulo. As indagações contidas nele foram por nós mesmos elaboradas, baseadas na discussão empreendida lá atrás. Ele é o ápice da nossa proposta pois oferece, através do **Diagrama de 4 Círculos**, um modelo mínimo e ao mesmo tempo amplo de escrutínio⁷ de uma provável *Fake History*. Os demais infográficos podem ser considerados preparatórios para esse ataque final a alguma suspeita pseudo narrativa histórica que eventualmente vier a se apresentar.



As possibilidades pedagógicas práticas de uso desse material são ricas e múltiplas, se bem planejadas. Para quem tem experiência no chão da sala de aula,⁸ fica patente que ninguém irá conseguir digerir e trabalhar a contento todo esse material no atacado, de uma só vez, mas precisará decompô-lo em partes separadas em um crescendo de dificuldades, didaticamente apresentadas, sobretudo considerando nosso público-alvo da Educação Básica, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. É nesse entremeses que os conceitos históricos subjacentes deverão ser identificados, apresentados e definidos, mesmo que seja em um nível operacional para a progressão da atividade.

A metáfora detetivesca, anteriormente aludida e visualmente representada nos **Infográficos B e D**, nos pareceu bastante apropriada para instigar o “instinto investigativo do historiador” em nossos alunos sem, necessariamente, torná-los profissionais nesse nobre e relevante ofício (embora, não podemos negar, nutrimos a esperança de que dessas possíveis e prováveis experiências pedagógicas, uma boa safra de “vacionados” possa de aí advir).

Quanto à metodologia didático-pedagógica, já citamos no introito deste capítulo algumas possibilidades interessantes e já testadas: *Ensino de História baseada na Pesquisa, Aula-Oficina e Aula Histórica*. O fundamental aqui é que seja uma abordagem dinâmica, participativa, que envolva trabalho em equipe e que não se perda de vista o espírito de aventura (do Latim, “o que está por vir”) das descobertas, sejam elas grandes ou pequenas.

Respeitável público, o espetáculo do **Infográfico D** já vai começar...

Fake History

PERGUNTA-ME OU
TE ENROLO!



Notas

[7] Escrutínio esse que não pode evitar sequer os consensos engessados anteriormente: “(...) O combate à desinformação não deve cercear o direito à dúvida diante de consensos científicos, nem deve significar um culto cego e inquestionável à ciência. A historiografia, bem como a ciência como um todo, é meio fundamental para conhecermos melhor a natureza e a sociedade em que vivemos, para desenvolvermos políticas públicas eficazes e para melhorarmos a vida das pessoas. Mas também pode ser usada como parte de afirmação interesses econômicos e políticos por parte de governos e corporações. Não raro, no passado não muito distante, consensos científicos já foram usados para defender o racismo e o colonialismo, como no caso da eugenia e da biologia racista eurocêntrica do século 19. Para evitar esse tipo de uso, a ciência pressupõe transparência social e autocrítica constante, feitas de maneira organizada e chancelada pela comunidade científica e pela sociedade em geral. Duas coisas que os negacionistas não defendem, pois sua mentira organizada não quer ampliar o conhecimento, mas destruí-lo.”

SZWAKO; RATTON, op. cit., p. 389. [Grifo nosso]

[8] “(...) a história escolar orienta-se por regras pedagógicas próprias, adequadas aos diferentes graus de formação dos alunos; pelas práticas aprendidas e pela erudição obtida mediante a formação intelectual\profissional do professor como historiador; pelos saberes adquiridos na vida e pela experiência em sala de aula.”

ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca. A aula como contexto: historiografia e ensino de história. Apud: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). A escrita da história escolar: memória e historiografia- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 14-15. (Grifos nossos)



**PERGUNTA-ME OU
TE ENROLO!**



PERGUNTA-ME OU TE ENROLO!

CONCEPÇÃO ISRAEL SANTOS
ARTE: LILIAN ACASSIA

FAKE HISTORY

FATO HISTÓRICO

- Qual é o evento/acometimento específico do passado selecionado para análise?
- O que o caracteriza como fato real e, sobretudo, como fato histórico?
- Por que esse fato foi escolhido, por quem, e qual é a relevância dele para você?

MOTIVAÇÃO PELO INTERESSE NA OBTENÇÃO DE ALGUM BENEFÍCIO

- Quem seria beneficiado ou prejudicado por essa construção discursiva sobre o passado?
- Quais vantagens o autor, em especial, ganharia com essa perspectiva?
- Que tipo de interesses (políticos, econômicos, ideológicos, etc) estão em disputa, de forma explícita e implícita, nesta abordagem histórica em particular?

DISCURSO SOBRE O PASSADO COM APARÊNCIA E PRETENSÃO DE SER VERDADEIRO

- Que expressões no caso em análise reivindicam status de verdadeiro?
- Que indícios demonstram que esse discurso sobre o passado não é fidedigno?
- Que artifícios são utilizados para simularem o trabalho de um historiador?

ADULTERAÇÃO INTENCIONAL DE EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS

- Que evidências foram (ou deixaram de ser) apresentadas para sustentar as afirmações feitas na produção discursiva sobre o passado em questão?
- Que tipo de adulteração histórica (revisonismo, negacionismo, distorcionismo, etc) pode ser reconhecido no caso sob escrutínio?
- Que elementos indicam intencionalidade na falsificação do discurso sobre o passado?

REFERÊNCIAS



ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.

ASSIS, Arthur Alfaix. *Objectivity and the first law of history writing*. *Journal of the Philosophy of History*, v. 13, p. 107–128, 2019.

BARCLAY, Donald A. *Fake news, propaganda, and plain old lies: how to find trustworthy information in the digital age*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

BLANCO, Patricia. *Rompendo as bolhas da polarização*. EducaMídia – Instituto Palavra Aberta, 21 out. 2021. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/rompendo-as-bolhas-da-polarizacao/>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CENTER FOR MEDIA LITERACY. *Five key questions*. Disponível em: <<https://yali.state.gov/media-literacy-five-key-questions/>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Mariana; MACHADO, Daniela. *Guia da Educação Midiática*. 1. ed. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/guia/>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FURAY, Conal; SALEVOURIS, Michael J. *The methods and skills of history: a practical guide*. Massachusetts (USA): Wiley Blackwell, 2015.

HIGDON, Nolan. *The anatomy of fake news: a critical news literacy education*. Oakland, California: University of California Press, 2020.

INQUIRY GROUP. *Historical thinking chart*. Disponível em: <<https://www.inquirygroup.org/history-lessons/historical-thinking-chart>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

INQUIRY GROUP. *History lessons*. Disponível em: <<https://www.inquirygroup.org/history-lessons>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

INTELLECTUAL VIRTUES ACADEMY. *About IVA*. Disponível em: <<https://www.ivalongbeach.org/about/about-iva>>. Acesso em: 08 ago. 2025.

LANSKY, Luiz Vasconcellos Ferreira. *Cultivando o caráter intelectual em sala de aula: as virtudes intelectuais na epistemologia da educação*. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2022.

LEWIS, C. S. *The Screwtape Letters*. Geoffrey Bles, 1942.

MOLNAR, Marcelo. *Rompendo as bolhas de informação*. Insights Tecnologia (Boxnet), São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.boxnet.com.br/insights-tecnologia/rompendo-as-bolhas-de-informacao/>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

NÓBREGA, Iara Mariana de Faria. *O poder das bolhas: a gaiola de ouro do Facebook*. 2019. Dissertação (Mestrado em Cognição, Tecnologias e Instituições) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, Mossoró, 2019.

QUOTE INVESTIGATOR. *Courage is the first of human qualities because it is the quality which guarantees the others*. Disponível em:

<<https://quoteinvestigator.com/2019/07/14/courage>>. Acesso em: 07 ago. 2025.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *A aula como contexto: historiografia e ensino de história*. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2011.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida nesta dissertação permitiu demonstrar que a *Fake History* não se constitui em um mero desdobramento das *Fake News*, mas um fenômeno autônomo, dotado de características próprias e de profundo impacto social, cultural e educacional. O percurso investigativo confirmou a relevância do modelo tipológico representado no “Diagrama dos 4 Círculos” e mostrou sua aplicabilidade tanto na análise conceitual quanto no exame de casos empíricos e na elaboração de instrumentos didáticos voltados ao ensino de História.

No Capítulo 1, concluiu-se que a definição de *Fake History* exige uma tipologia que vá além das categorias tradicionais de pseudo-história, revisionismo ou negacionismo. O “Diagrama dos 4 Círculos” revelou-se adequado para identificar as dimensões centrais do fenômeno: a relação com o fato histórico, a construção de discursos com aparência de verdadeiro, a presença de interesses que motivam sua produção e a adulteração intencional de evidências. Essa modelagem permitiu estabelecer um marco analítico claro e operacional, capaz de orientar tanto a pesquisa acadêmica quanto a prática pedagógica.

No Capítulo 2, a análise de casos ilustrativos — como as narrativas sobre o nariz da Esfinge de Gizé, o negacionismo do Holocausto e o silenciamento/minimização do Holodomor — evidenciou que a *Fake History* manifesta-se em diferentes níveis de gravidade, desde distorções aparentemente inofensivas até falsificações de grande impacto político e social. Cada caso demonstrou a pertinência do modelo proposto, ao mostrar como os quatro elementos se entrelaçam na construção de narrativas falsas sobre o passado. Verificou-se, ainda, que tais distorções não são apenas erros de interpretação, mas processos intencionais que buscam legitimar interesses diversos, impactando diretamente a consciência histórica coletiva.

O Capítulo 3 destacou a centralidade do ensino de História como espaço privilegiado para o enfrentamento da *Fake History*. Concluiu-se que os infográficos didáticos elaborados constituem ferramentas eficazes para traduzir conceitos complexos em representações acessíveis e pedagógicas, estimulando a consciência histórica crítica e o desenvolvimento de virtudes epistêmicas nos estudantes. Os resultados indicam que tais recursos podem auxiliar professores e alunos na identificação de distorções, fortalecendo o ensino de História em tempos de intensificação das disputas pela memória e pelo passado.

Assim, as reflexões apresentadas ao longo da dissertação convergem para a compreensão de que a luta contra a *Fake History* requer tanto aprofundamento teórico quanto

inovação didática. Mais do que um problema acadêmico, trata-se de um desafio ético, social e pedagógico, que demanda o engajamento de pesquisadores e professores na produção de conhecimento crítico e na criação de instrumentos que capacitem os estudantes a distinguirem entre narrativas fundamentadas e falsas representações do passado. Ao reafirmar o compromisso da História com a verdade histórica como horizonte regulador, esta pesquisa contribui para fortalecer o papel formativo da disciplina na construção de uma cidadania crítica e esclarecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a história*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Moderna, 2016.

APPLEBAUM, Anne. *A fome vermelha: A guerra de Stalin na Ucrânia*. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida Rio de Janeiro: Record, 2019.

ARON, Raymond. *Dimensions de la conscience historique*. Paris: Plon, 1964.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *História: passado e presente – do século XX aos dias de hoje*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Ática, 2017.

BARCLAY, Donald A. *Fake news, propaganda, and plain old lies: how to find trustworthy information in the digital age*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *O discurso da história: o historiador e os seus modos de escrita*. Lusíada. História, n. 5-6, 2009.

BENINCASA, Felipe. *Infográfico: saiba o que é, para que serve e como criar o seu*. Alura, 2019. Disponível em: <<https://www.alura.com.br/artigos/infografico-saiba-o-que-e-para-que-serve-e-como-criar-o-seu>>. Acesso em: 02/07/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>>. Acesso em: 22/08/2025.

BAETS, Antoon De. *O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História*. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 5, p. 92, set. 2010.

BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. *História: de olho no mundo do trabalho*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2004.

BLANCO, Patricia. *Rompendo as bolhas da polarização*. EducaMídia – Instituto Palavra Aberta, 21 out. 2021. Disponível em: <educamidia.org.br/rompendo-as-bolhas-da-polarizacao/>. Acesso em: 24/04/2025.

- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade & cidadania*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: FTD, 2016.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Moderna, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. *História nos dias de hoje*. 9º ano. São Paulo: Leya, 2012.
- CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da história*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: Escala Educacional, 2005.
- CAMPOS, Flavio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. *Oficina de história*. Volume 3. São Paulo: Leya, 2016.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Fake News: do passado ao presente*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). *Novos combates pela história*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 256.
- CENTER FOR MEDIA LITERACY. *Five key questions*. 2019. Disponível em: <<https://yali.state.gov/media-literacy-five-key-questions/>>. Acesso em: 22/08/2025.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CORTEX INTELLIGENCE. *Bolhas de informação*. Disponível em: <<https://www.cortex-intelligence.com/blog/bolhas-de-informacao>>. Acesso em: 02/05/2025.
- DESCARTES, René. *Meditações*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. *História: vontade de saber*. 9º ano. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

DOSSE, François. *História do tempo presente e historiografia*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EHRMAN, Bart. *The historicity of Jesus*. 2024. Disponível em: <<https://www.bartehrman.com/historicity-of-jesus/>>. Acesso em: 07/02/2024.

FERNANDES, Gabriel Dias. *Ditadura Militar em Tempos Negacionistas: uma análise do tema em livros didáticos*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Mariana; MACHADO, Daniela. *Guia da Educação Midiática*. 1. ed. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/guia/>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

FISCHER, David Hackett. *Historians' fallacies: toward a logic of historical thought*. New York: Harper & Row, 1970.

FINAL REPORT of the International Commission on the Holocaust in Romania. Presented to Romanian President Ion Iliescu, Bucharest, 11/11/2004.

FOLHA DE S.PAULO. *Contra o consenso atual, historiador defende que Jesus foi apenas um mito*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 13/abr/2017.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/04/1875702-contr-o-consenso-atual-historiador-defende-que-jesus-foi- apenas-um-mito.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FURAY, Conal; SALEVOURIS, Michael J. *The methods and skills of history: a practical guide*. Massachusetts (USA): Wiley Blackwell, 2015.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOTQUESTIONS. *Jesus é um mito?* 2023. Disponível em: <<https://www.gotquestions.org/Portugues/Jesus-mito.html>>. Acesso em: 07/02/2024.

HAPGOOD, Michael. *SIFT: the four moves*. 2019. Disponível em: <<https://hapgood.us/2019/06/19/sift-the-four-moves/>>. Acesso em: 22/08/2025.

HIGDON, Nolan. *The anatomy of fake news: a critical news literacy education*. Oakland, California: University of California Press, 2020.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

INSTYTUT PAMIĘCI NARODOWEJ. *Holodomor The Great Famine in Ukraine 1932-1933*. Warsaw-Kiev: Graficzne ZAPOLEX, 2009.

INQUIRY GROUP. *Historical thinking chart*. 2019. Disponível em: <https://www.inquirygroup.org/history-lessons/historical-thinking-chart?_ga=2.246683852.937912576.1754924541-2107981092.1754924541>. Acesso em: 22/08/2025.

INQUIRY GROUP. *History lessons*. 2019. Disponível em: <<https://www.inquirygroup.org/history-lessons>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

JOFFILY, Mariana; WALDEREZ, Ramalho. *Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 30, n. 1, 2024. DOI: <10.1590/TEM-1980-542X2024v300108>.

JONES, Gareth. *Fome na Ucrânia: os relatos do front do Holodomor*. Trad. Duda Teixeira. São Paulo: Avis Rara, 2022.

LA ROCHEFOUCAULD. *Oeuvres. Tome I. Par M.D.L. Gilbert*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie, 1868.

LEMKIN, Raphael. *Soviet Genocide in Ukraine*. Editado por Roman Serbyn. Kyviv: Marko Melnyk Publishing, 2020.

LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*. London: Penguin, 1994.

MARINO, Denise Mattos; STAMPACCHIO, Léo. *História*. Coleção Link, 9º ano. São Paulo: IBEP, 2012.

MARTENS, Ludo. *Stálin - um novo olhar*. São Paulo: Editora Revan, 2003. 352 p.

MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade*. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 19, p. 97, 2015. DOI: <10.15848/hh.v0i19.912>.

MENDES, Breno. *Limiar: Estudos de Teoria, Metodologia e Ensino de História*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

MIRANDA JUNIOR, Robson Freitas de. *A história como "logos do outro": Michel de Certeau e a operação historiográfica*. Temporalidades, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 104, jan./abr. 2019.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. *História em debate*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

MOLNAR, Marcelo. *Rompendo as bolhas de informação*. Insights Tecnologia (Boxnet), São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.boxnet.com.br/insights-tecnologia/rompendo-as-bolhas-de-informacao/>>. Acesso em: 24/04/2025.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

MOSES, A. Dirk. *The Problem of Genocide: Permanent Security and the Language of Transgression*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

NAIMARK, Norman M. *How the Holodomor Can Be Integrated into Our Understanding of Genocide*. East/West: Journal of Ukrainian Studies, v. II, n. 1, p. 118, 2015.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. *Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça*. São Paulo: Departamento de História - FFLCH/USP, 2019. Disponível em:

<<https://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/u206/Texto%20S%C3%ADntese%20%20Negacionismo%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 31/12/2024.

NÓBREGA, Nóbrega, Iara Mariana de Faria. *O poder das bolhas: a gaiola de ouro do Facebook*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições) — Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, Brasil, 2019.

OIVA, Mila. *Publications*. Disponível em: <<https://milaoiva.fi/publications/>>. Acesso em: 02/07/2024

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal*. Rua, Campinas, n. 1, p. 35-47, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/download/8638914/6517/>>. Acesso em: 20/01/2025

OXFORD LANGUAGES. *Word of the Year* 2016. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>>. Acesso em: 27/12/2024.

PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. *História do mundo ocidental*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. *Contato história*. Ensino Médio, volume 3. São Paulo: Quinteto, 2016.

PETTA, Nicolina Luiza de; OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. *História: uma abordagem integrada*. Volume único. São Paulo: Moderna, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Liana Maria Azevedo da Silva, Daniela Kern e Alain François Bouchard. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RITTER, Harry. *Dictionary of concepts in history*. Connecticut: Greenwood Press, 1986.

ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca. *A aula como contexto: historiografia e ensino de história*. Apud: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RODRIGUES, Márcia B. F.; COELHO, C. M. *Paradigma indiciário: breve definição*. Disponível em: <https://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/RODRIGUES,%20M.B.F.%20e%20COELHO,%20C.M.%20Paradigma%20Indici%C3%A1rio_Breve%20defini%C3%A7ao.pdf>. Acesso em: 02/01/2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 1755.

SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. *Por dentro da história*. Volume 3. São Paulo: Edições Escala Educacional S/A, 2010.

SANTOS, Mateus Martins. *Ucrânia na era Stalin: desmantelando Holodomor*. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 18, n. 28, p. 94-100, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/revistaich/issue/view/1354>>. Acesso em: 05/07/2025.

SANTOS, Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos. *O conceito de passado e sua significância histórica para professores de história*. ANTÍTESES, v. 5, n. 10, p. 761-782, jul./dez. 2012. DOI: <10.5433/1984-3356.2012v5n10p761>.

SCHMIDT, Mario. *Nova história crítica*. Volume único, Ensino Médio. São Paulo: Nova Geração, 2005.

SHERMER, Michael. *Why people believe weird things: pseudoscience, superstition, and other confusions of our time*. New York: Henry Holt and Company, 1997.

SILVA, Carla Luciana. *História e memória da repressão nos anos 1970 e 2014*. Projeto História, São Paulo, n. 50, p. 138-170, ago. 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Livro I, Capítulo II, 1776.

SOUZA, R. F. de; DUARTE, R. Aldeia. *Sobre fake news e fake history*. Mídia e Cotidiano, v. 15, n. 3, p. 324, 2021.

SOWELL, Thomas. *Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas*. São Paulo: É Realizações, 2012.

STARK, Renate. *Holodomor, Famine in Ukraine 1932-1933: A Crime against Humanity or Genocide?* Irish Journal of Applied Social Studies, v. 10, n. 1, artigo 2, 2010. Disponível em: <<http://arrow.dit.ie/ijass/vol10/iss1/2>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

STEINHAUER, Jason. *Fake News? Fake History?* Foreign Policy Research Institute (FPRI), 2017. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2017/06/fake-news-fake-history/>>. Acesso em: 12/04/2023.

STEINHAUER, Jason. *Site oficial*. Disponível em: <<https://www.jasonsteinhauer.com>>. Acesso em: 12/04/2023.

SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: CEPE, 2022.

THE SKEPTIC'S DICTIONARY. *Pseudohistory*.

Disponível em: <<https://skepdic.com/pseudohs.html>>. Acesso em: 02/07/2024

TEEUWISSE, Jo Hedwig. *Fake history: 101 things that never happened*. London: Penguin Books, 2023.

TOTTLE, Douglas. *Fraud, Famine and Fascism: The Ukrainian Genocide Myth from Hitler to Harvard*. Toronto: Progress Books, 1987.

VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. 3º ano do Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2016.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EdUnB, 1982.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Olhares da história: Brasil e mundo*. Volume 3, Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2016.

VOYAGE. *d'Égypte et de Nubie*. 1795. Disponível em:

<<https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47d9-656a-a3d9-e040-e00a18064a99>>. Acesso em: 08/01/2025

YOUTUBE (Brasil). Fundação Pró-Memória de São Carlos. *[PALESTRAS FPMSC] Fake History e o ensino de História – com Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério*. São Carlos, 2023. 1 vídeo (2h11min). Publicado em: 31 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XIMOUKcddl8>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

ZAROTTI, Pedro. *O revisionismo ideológico nas escolas: apontamentos a partir de uma pesquisa exploratória com professores de história*. Revista História Hoje, São Paulo, v. 12, n. 26, p. 306-307, 2023. DOI: <10.20949/rhhj.v12i26.1007>.